



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

WESLEY DAVID SILVA DO NASCIMENTO

**AGOSTINHO DE SOUZA MOREIRA, COMANDANTE DOS RIOS GUAMÁ E  
CAPIM: trajetória de uma liderança cabana do interior da Amazônia (1829-1837)**

BELÉM-PA  
2024

WESLEY DAVID SILVA DO NASCIMENTO

**AGOSTINHO DE SOUZA MOREIRA, COMANDANTE DOS RIOS GUAMÁ E  
CAPIM: trajetória de uma liderança cabana do interior da Amazônia (1829-1837)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Cidade, Floresta e Sertão: Cultura, Trabalho e Poder.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci.

BELÉM-PA  
2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

N244a Nascimento, Wesley David Silva do.  
Agostinho de Souza Moreira, comandante dos rios Guamá e  
Capim : trajetória de uma liderança cabana do interior da Amazônia  
(1829-1837) / Wesley David Silva do Nascimento. — 2024.  
119 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Magda Maria de Oliveira Ricci  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em História, Belém, 2024.

1. Cabanagem. 2. Biografia. 3. Amazônia. 4. Século XIX.  
I. Título.

CDD 981.15

---

Banca Examinadora  
WESLEY DAVID SILVA DO NASCIMENTO

**AGOSTINHO DE SOUZA MOREIRA, COMANDANTE DOS RIOS GUAMÁ E  
CAPIM: trajetória de uma liderança cabana do interior da Amazônia (1829-1837).**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Magda Maria de Oliveira Ricci.

Data de aprovação: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MAGDA MARIA DE OLIVEIRA RICCI - Orientadora  
PPHIST/UFPA  
Presidente da Banca Examinadora

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> ELIANA RAMOS FERREIRA  
ProfHistória/UFPA  
Membro externo ao programa

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARIA ROSEANE CORRÊA PINTO LIMA  
ProfHistória/UFPA; Faculdade de História/UFPA-Bragança  
Membro externo ao programa

\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> SUENY DIANA OLIVEIRA DE SOUZA  
Faculdade de História/UFPA-Ananindeua  
Membro externo ao programa

Dedico à minha avó Rosa e minha mãe  
Fabrícia, por todo apoio e inspiração.

## AGRADECIMENTOS

Durante esses anos desafiadores vivenciados no Mestrado, aprendi a me conhecer melhor e a lidar com as adversidades, que foram muitas: ensino remoto, atraso de bolsa, mudança de cidade, furto de celular, notebook danificado, entre outras dificuldades que testaram a minha saúde mental. Muitas vezes pensei que não daria conta, mas contei com muita ajuda nesse caminho que foram de fundamental importância para chegarmos nesse resultado.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha espiritualidade que me manteve de pé até aqui. Agradeço à Nazinha por toda as graças alcançadas, à Exu por me guiar sempre pelos meus caminhos, à Ogum por toda a força para vencer as batalhas, à Vovó Cambinda que anda comigo para todos os cantos me dando sabedoria e tranquilidade para caminhar. Enfim, agradeço à todos os seres de luz que me guiaram nessa jornada. Aproveito para agradecer também ao Nato, Wilde e Marcela que me auxiliaram espiritualmente em várias ocasiões.

Agradeço à psicóloga Rayssa Melo pelo acompanhamento, pela acolhida e parceria nos momentos mais complicados nessa difícil e necessária tarefa que é o autoconhecimento. Agradeço também à psicóloga Nayane e ao projeto Respectus pelo suporte prestado recentemente, seus serviços foram fundamentais. O meu muito obrigado!

Gostaria de agradecer à minha família que não mediu esforços para me ajudar. À minha mãe Fabrícia pelo apoio e torcida incondicional, minha irmã Fernanda e minha sobrinha Helena pelo carinho, assim como meus tios e meu avô por todo suporte dado para eu alcançar essa meta. Agradeço ao meu pai Deyvison e meu tio Deimison por todo apoio também. Agradeço imensamente à minha avó Rosa por cada palavra de incentivo de sempre, a cada áudio e ligação que me deram a segurança e força necessárias para chegar até aqui.

Nessa jornada ganhei muitos amigos e fortaleci amizades de longa data. Gostaria de agradecer primeiramente à Gabriel Braga, Italo Laredo e Renata Souza por terem me acolhido e me aguentado nos primeiros meses em Belém, minha gratidão eterna à vocês. Aos meus colegas de apartamento da *Haus of Unique*, os da primeira temporada: Meiriane Viana, Deni Palhano e o nosso *kingo* Martin que transformaram essa casa num verdadeiro reality show com todas as emoções possíveis de se imaginar, além de toda a convivência e amizade que foram incríveis. À atual temporada: Rafa Magalhães e Raquel Amorim, por toda parceria e por todo companheirismo.

Gostaria de expressar minha eterna gratidão ao meu namorado, Rayner Frank, por todo o companheirismo, por toda a paciência, por todo apoio emocional, carinho e aconchego que

me deu todo combustível para correr atrás desse objetivo. Era ele quem estava comigo nos meus melhores e piores momentos dessa jornada me dando uma força que foi fundamental para continuar seguindo em frente. Muito obrigado por estar em minha vida, por todo amor e parceria. Aproveito para agradecer aos nossos gatos de estimação: Kátia Flávia, Lilith e Cleitinho por todo amor, companhia e apoio na hora de escrever. Eu brinco que esse trabalho foi escrito pelos meus gatos, pois quase todo dia tinha um deles ao meu lado me supervisionando. Meu muito obrigado, amo vocês.

Aos amigos que ganhei nesse Mestrado: Ejhon Lucas, por toda a parceira, pelas várias conversas sobre os dilemas da vida acadêmica que sem dúvidas foram fundamentais nessa jornada. Agradeço também ao Edvan Silva, Bruno Neves, Júlia Rafaela e Enos Sarmento, pela amizade e parceria construída nesse mestrado. Deixo registrado também o agradecimento pela amizade e parceria aos demais colegas de outras turmas do PPHIST: Marlisson Moraes, Lucenilda Santos, Évelin Peniche, Kelly Chaves, Kelvyn Gomes, Leonardo Ramos, Marcela Gomes. Faço uma menção especial ao João Victor Furtado, por me acompanhar desde a graduação e a cada passo dado até aqui. As trocas de ideias sobre pesquisa e sobre questões da vida também foram imprescindíveis nessa jornada. Agradeço à Danielle Moura por ter cedido algumas fontes que foram de fundamental importância para o entendimento dessa pesquisa. Da mesma forma, agradeço a minha banca de qualificação, começando pela professora Eliana Ramos Ferreira pelas fontes e conversas instigantes sobre Agostinho Moreira que me deixou ainda mais instigado com este trabalho. Agradeço à professora Marinelma Meireles pelas importantes contribuições para o desenvolvimento desse trabalho. E à professora Sueny Diana, minha conterrânea, que tenho grande admiração pelo seu trabalho e suas contribuições historiográficas, além das suas brilhantes sugestões que me ajudaram no desenvolvimento desta dissertação.

Faço também um agradecimento mais que especial aos amigos que a Faculdade de História de Bragança me deu: Ana Victória, Madalena do Carmo, Khelmeson Stelly, Silvane Aviz, Uarley Peixoto, Bianca de Goes, Thay Galvão e Pedro Romão. Obrigado por continuarem pertinho mesmo estando distante. Amo muito vocês. Deixo também um registrado um agradecimento aos meus amigos de Ourém: Thays Chaves, Emerson Soares, Patricia Chaves, Caio Aguiar, as Climáticas Ouremenses e todos os que não vão caber aqui, mas que são pessoas que tão no meu coração. Em nome da Vivi Reis o meu agradecimento a todos os meus amigos da militância, do coletivo Juntos e do Movimento Esquerda Socialista, por todo companheirismo e aprendizado, é muito bom lutar com vocês. Deixo registrado

também um agradecimento ao Gleyson Cupu, Jamilly Pereira, José Dias, José Sena, Junior Sá, Brigitte Liberté, Duda Amorim e a todos os amigos que vou esquecer de colocar aqui.

Meus sinceros agradecimentos aos professores do PPHIST, cujas discussões foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho, em especial Leila Mourão, Décio Guzman, David Palácios e José Maia Bezerra Neto pelas trocas durante as disciplinas que ajudaram bastante nessa empreitada. Agradeço também ao professor Francivaldo Nunes pelo trabalho na direção do programa. Aproveito para agradecer em nome da Fernanda Ferreira e do Leandro Salles a todos os que trabalham para o bom funcionamento do programa e no auxílio informacional aos seus discentes. Agradeço também em nome da Cíntia e da Regina à todos os funcionários do Laboratório de História. Estendo meus agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do Pará, em nome do seu diretor Leonardo Torii, assim como agradeço aos funcionários do IHGP, por todo auxílio durante as pesquisas.

Agradeço à CAPES por ter financiado essa pesquisa durante esses quase dois anos. Esse recurso foi essencial para possibilitar a realização dessa empreitada, assim como possibilitou o meu deslocamento da minha cidade, Ourém, a Belém onde resido atualmente.

Cabe aqui fazer também os meus agradecimentos aos professores da faculdade de História da UFPA-Bragança, os quais foram meus mestres durante a graduação. Agradeço ao professor Dário Benedito Rodrigues, Thiago Porto, Helder Lima, e as professoras Vanderlúcia Ponte, Magda Costa. Agradeço à todos os integrantes do Grupo de Estudos Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM), por todo aprendizado. Agradeço também ao professor Érico Muniz, pelas contribuições em minha formação e pela amizade construída além da UFPA. Agradeço à professora Eliane pelas importantes questões levantadas durante minha defesa de monografia e que me ajudaram a desenvolver essa dissertação. Especialmente agradeço à minha orientadora de graduação, Roseane Pinto, por ter abraçado a minha ideia desde o início e por todo o incentivo até aqui.

Agradeço imensamente a minha orientadora de Mestrado, Magda Ricci, por todas as conversas que proporcionaram muito aprendizado e todo suporte necessário para o desenvolvimento desse trabalho. Cumprirei essa etapa com a certeza que tive ao meu lado uma das melhores historiadoras do Brasil, pela sua competência enquanto professora e pesquisadora, por sua humanidade e na maneira de tornar o nosso trabalho mais leve e tranquilo. Obrigado por toda confiança, pela compreensão e por toda força depositada nesse trabalho.

No mais, agradeço à Universidade Federal do Pará por mais uma oportunidade de qualificação profissional, por todo aprendizado e crescimento pessoal proporcionado. Meu muito obrigado!

## RESUMO

A presente dissertação analisa a trajetória de Agostinho de Souza Moreira, uma liderança do interior do Grão-Pará nos anos iniciais da Cabanagem (1835-1836). Através da pesquisa em torno desse sujeito, este trabalho visa abordar os desdobramentos da guerra cabana nos rios Capim e Guamá, que compreende a freguesia de São Domingos da Boa Vista e São Miguel da Cachoeira, e a vila de Ourém; além de exercer influência na vila de Bragança e no lugar de Viseu. Nessas localidades, Agostinho Moreira atuou enquanto Comandante Geral com a responsabilidade de legitimar a autoridade do governo cabano na região. Anteriormente, esse sujeito teve passagens pela Câmara Municipal, pelo Juízo Ordinário e a Guarda Nacional, que permitiu conhecer muitas pessoas, a fiscalização da produção da região, além da geografia local. Marcada historicamente pelas fugas, pela ação dos mocambos, da resistência indígena e as deserções militares, essa região conhecida como o meio do caminho entre Pará e Maranhão convulsionou em muitas lutas protagonizadas por esses povos que lutavam por melhores condições de vida e de suas liberdades, durante a década de 1820. Assim, a partir de 1836 quando a Cabanagem começa a se radicalizar para os interiores do Pará, Agostinho Moreira garantiu notoriedade por possuir o controle de uma região que detinha os gêneros necessários para uma economia de guerra que ameaçava o controle das autoridades interprovinciais que se muniram fortemente em caçada ao líder cabano. Nesse sentido, apresentaremos a região de atuação de Agostinho Moreira marcada por travessias e refúgios. E em seguida analisaremos sua trajetória em busca por um lugar no poder local até sua ascensão como líder cabano, evidenciando sua organização, suas estratégias de guerra e as suas fugas durante a repressão anticabana. Fizemos isso através da busca pelos rastros documentais que nos levassem a Agostinho Moreira encontrados em ofícios e correspondências trocadas entre autoridades, termos de vereação e notícias de jornais que circulavam no Império, utilizando a metodologia do paradigma indiciário para identificar a ação dos amocambados e indígenas no período de maior radicalidade da guerra cabana.

Palavras-chave: Cabanagem; Biografia; Amazônia; Século XIX;

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the trajectory of Agostinho de Souza Moreira, a leader from the interior of Grão-Pará in the early years of Cabanagem (1835-1836). Through the research around this subject, this work aims to address the unfolding of the hut war in the Capim and Guamá rivers, which comprises the parishes of São Domingos da Boa Vista and São Miguel da Cachoeira, and the village of Ourém; in addition to exerting influence in the town of Bragança and in the place of Viseu. In these locations, Agostinho Moreira acted as General Commander with the responsibility of legitimizing the authority of the cabano government in the region. Previously, this guy had stints in the City Council, the Ordinary Court and the National Guard, which allowed him to meet many people, the supervision of the region's production, in addition to the local geography. Historically marked by escapes, by the action of the mocambos, indigenous resistance and military desertions, this region known as the middle of the road between Pará and Maranhão was convulsed in many struggles led by these peoples, who fought for better living conditions and their freedoms, during the 1820s. Thus, from 1836 onwards, when Cabanagem began to radicalize to the interior of Pará, Agostinho Moreira secured notoriety for having control of a region that held the necessary goods for a war economy that threatened the control of the interprovincial authorities who armed themselves heavily in the hunt for the cabano leader. In this sense, we will present the region of Agostinho Moreira's activity marked by crossings and refuges. And then we will analyze his trajectory in search of a place in local power until his rise as a cabano leader, highlighting his organization, his war strategies and his escapes during the anticabana repression. We did this through the search for documentary traces that would lead us to Agostinho Moreira found in letters and correspondence exchanged between authorities, terms of council, and newspaper reports that circulated in the Empire, using the methodology of the indiciary paradigm to identify the action of the amocambados and indigenous people in the period of greatest radicality of the Cabana war.

Keywords: Cabanagem; Biography; Amazon; Nineteenth century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa (1841).....	22
Figura 2 - Detalhe do mapa anterior (1841).....	22
Figura 3 - Detalhe do Mapa “O Estado e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro com as do Maranhão e Piauí” (...) (1853).....	30
Figura 4 - Curso dos rios Guamá e Caeté (17--).....	32
Figura 5 - Planta do Rio Capim desenhada por João Barbosa Rodrigues (1875).....	37
Figura 6 - Raio de ação do comando de Agostinho Moreira.....	70
Figura 7 - Mapeamento do município de Ourém (déc. 1920) – fragmento 1.....	90
Figura 8 - Localização do rio Murueré e do igarapé Jauariteua.....	91
Figura 9 - Mapa do cerco a Agostinho Moreira.....	100

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Relação dos escravos de Agostinho Moreira recolhidos em diligência.....	97
Quadro 2 - Escravos pertencentes a mãe de Agostinho Moreira .....	97

## **LISTA DE SIGLAS**

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará  
CMVO - Câmara Municipal de Ourém  
CCIB - Código Criminal do Império do Brasil  
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará  
BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro  
SPP – Secretaria da Presidência da Província

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1: .....</b>	<b>27</b>
<b>O MEIO DO CAMINHO ENTRE PARÁ E MARANHÃO: O QUE SE PRODUZIA E QUEM VIVIA NA REGIÃO DOS RIOS .....</b>	<b>27</b>
<b>1.1. Descrevendo o “meio do caminho” .....</b>	<b>29</b>
<b>1.2. Um caminho de travessias e refúgios entre povos diferentes e fugitivos .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 2: .....</b>	<b>55</b>
<b>ENTRE O CAPIM E O GUAMÁ: AS TRAJETÓRIAS DE AGOSTINHO DE SOUZA MOREIRA E SUAS RELAÇÕES DE PODER .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1. Agostinho Moreira e a disputa por espaços no poder local .....</b>	<b>56</b>
<b>2.2. De membro da Guarda Nacional a Comandante dos rios Guamá e Capim .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3. O raio de atuação do comando de Agostinho Moreira .....</b>	<b>69</b>
<b>2.4. A caçada ao “malvado Agostinho” pelas tropas repressoras: problemas e hipóteses .....</b>	<b>79</b>
<b>2.5. A prisão e interrogatório de Agostinho Moreira: algumas revelações .....</b>	<b>101</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>108</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

O movimento dos chamados cabanos da então província do Grão-Pará comumente foi estudado a partir de uma perspectiva marcada pela relação centro e periferia<sup>1</sup>. Para um dos primeiros estudiosos, o barão de Guajará (Domingos Antonio Raiol) a Cabanagem era consequência dos abalos políticos que vinham da Europa para o Brasil. Primeiramente aqueles oriundos da época Napoleônica e da vinda da família Real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, depois foram fruto da Revolução do Porto e independência do Brasil entre 1820 e 1825 e, finalmente, os cabanos teriam como origem mais imediata as consequências dos embates em torno da separação com Portugal e a perda de prestígio do primeiro monarca, D. Pedro I, que culminou em sua abdicação em 1831. Para Raiol a Cabanagem teria sido uma série de “motins políticos” longamente descritos como vindos de fora da região norte, nascidos dos problemas do novo Império que se formava no Brasil.

Nesta perspectiva, os cabanos seriam liderados por homens chaves, ou “cabeças” centralizados em Belém. Em 1834 havia o cônego e arcebispo João Batista Campos, e depois por três figuras: Félix Clemente Malcher (primeiro líder, que foi aclamado em janeiro e assassinado pelos próprios cabanos em fevereiro de 1835), Francisco Pedro Vinagre (líder entre março até julho de 1835, quando foi preso) e Eduardo Nogueira Angelim (que assumiu a liderança no momento da morte de Vinagre em agosto de 1835 e teria fugido de Belém em maio de 1836 e depois foi preso e mantido em cativeiro no Rio e depois em Pernambuco até 1855). Ainda de acordo com Raiol, o papel destas lideranças de Belém foi o de divulgar doutrinas que nasceram de alguns doutrinários liberais, e em especial alguns vindos do seio da igreja católica. O maior deles era o cônego da Sé e arcebispo João Batista Campos, morto na fuga durante o ataque à fazenda de Félix Malcher. Ele e alguns outros líderes religiosos como o padre Jerônimo Pimentel ou o Cônego José da Serra teriam contribuído para espalhar

---

<sup>1</sup> Em que pese a relevância e alcance do estudo de Maria da Glória Marcondes Gohn, a autora escreve que os movimentos sociais da primeira metade do século XIX, embora registrados pela historiografia oficial como fatos isolados e sem maiores implicações, foram fundamentais para a construção da cidadania sócio política imperial, mas, mesmo assim, seriam “motins caóticos, sem uma plataforma político-ideológica bem delineada e giravam em torno da construção de espaços nacionais, diferentemente dos movimentos sociais no século XX” (GOHN, 1995, p. 24). Nos estudos sobre a cabanagem Magda Ricci vem redefinindo este paradigma enfatizando que: “A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas. Contrastando com este cenário amplo, a Cabanagem normalmente foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil”(RICCI, 2007, p. 6).

doutrinas que identificavam o governo de Bernardo Lobo de Souza, presidente da província chegado no Pará em 1834 como maçom, destruidor do catolicismo e protecionista dos interesses lusitanos, sendo assim antipatriótico ou brasileiro. Escreveu Raiol:

Para maior desgraça da província tinham vingado as doutrinas regadas com o fim sinistro de excitar o sentimento patriótico e o religioso contra determinadas individualidades, agitando as turbas com falsa ideia de pretender-se destruir a Igreja e a integridade da nação! Destes perniciosos enredos nasceram as mais absurdas prevenções, das quais se aproveitaram as facções desvairadas para alimentar as antigas rivalidades e dividir em campos extremados os naturais e os europeus, os ricos e os proletários, a gente inculta e as classes mais esclarecidas, fazendo-se dos imaginários maçons e dos portugueses as primeiras vítimas das iras populares!<sup>2</sup>.

Em que pese o fato de Batista Campos e depois de Malcher terem sido mortos, e outras lideranças terem sido presas (como foram os casos de Angelim e Vinagre), mesmo sabendo que estes últimos presos foram acusados de liderarem os cabanos, sendo “cabeças”, mesmo assim Raiol era categórico na alegação de que estes líderes (que ele nomeava de “intrusos”) não controlavam uma série de outras lideranças (nomeadas de “facciosas”, “anarquistas”, turbulentas e “analfabetas”) que eclodiram pelos interiores que hoje chamamos de Amazônicos dentro de uma situação que já foi conceituada por “motins da ignorância”<sup>3</sup>. Escreveu Raiol:

Nem o **governo intruso de Malcher, nem o de Francisco Vinagre**, tinham podido **conter os facciosos**. A **anarquia** reinava desde o princípio do ano [de 1835], e o movimento já tinha descido à última escala social. Dominavam **os turbulentos, os analfabetos**, os homens sem conceito, para quem era indiferente a perturbação da ordem pública. Sem nada terem que perder, esses indivíduos estavam dispostos a entrar em qualquer aventura que se lhes deparasse. Os motins eram-lhes jogos de azar, nos quais poderia ser-lhes favorável a sorte<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> RAIOL, Domingos Antônio (barão de Guajará). **Motins políticos; ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v.3, (1865-1890, 5v), p. 806.

<sup>3</sup> Um estudo de Ricci e Lima analisa esta posição de Raiol dentro do referido conceito de “motins da ignorância”. Os autores recuperam que “no pensamento de Raiol, as lideranças populares dos motins no Pará são vistas como responsáveis por “incitar” as “turbas” na participação dos movimentos insurrecionais. Nesse processo, o “improviso” e o uso de palavras, supostamente mais “compreensíveis” ao entendimento e adequadas aos valores das classes populares, tornavam-se fundamentais, segundo Raiol, para o apoio aos ensejos desses líderes. Assim, na opinião do autor de *Motins políticos*, muito além dos anseios e projetos específicos de caboclos, negros e índios, participantes do processo de lutas, deflagradas na Amazônia, existia um quadro de “manipulação” dos grupos sublevados, os quais, analfabetos ou semiletrados, eram descritos com base em uma imagem estereotipada e negativa. Além disso, o livro de Raiol apresenta as populações pobres e escravas do Pará como supostamente “enganadas” por “ambiciosos” líderes rebeldes, que não mediam esforços nem escrúpulos para alcançarem seus objetivos. A partir desses pensamentos, o barão defende que a política deve constituir-se em monopólio das elites letradas, excluindo-se qualquer participação das classes populares que não possuem educação formal, principalmente por considerar que elas são facilmente iludidas” (RICCI & LIMA, 2015, p. 854).

<sup>4</sup> Grifos nossos. RAIOL, *op. cit.*, p. 805.

A retomada de Belém pelas tropas vindas do Rio de Janeiro e comandadas por José Soares d'Andrea em 13 de maio de 1836, fez com que os líderes cabanos que atuaram pelos interiores dos atuais territórios dos estados do Pará, Amazonas, Roraima e Amapá e mesmos os líderes indígenas e negros que perpassaram as fronteiras do atual território do Brasil na região das Guianas, fossem comumente relegados a um segundo plano por parte significativa da já longa quantidade de estudos que analisam a Cabanagem. Esta dissertação objetiva rever este senso comum.

O primeiro produto da historiografia da Cabanagem foi o estudo escrito em cinco tomos, entre 1865 e 1891, pelo barão do Guajará, Domingos Antonio Raiol e reeditado em 3 volumes pela UFPA em 1970<sup>5</sup>. Já pela época do centenário do movimento, comemorou-se a retomada anti cabana de Belém em 1936. Neste momento começou um processo de aproximação dos estudiosos da Cabanagem com a história das raízes do povo caboclo no Pará e na Amazônia. Neste campo nasceram dois estudos clássicos do desembargador, folclorista e sócio presidente do IHGP, Henrique Jorge Hurley, um primeiro intitulado *Cabanagem* e um segundo *Traços Cabanos*<sup>6</sup>. Também nasceu neste contexto um ensaio biográfico do líder liberal cabano Eduardo Angelim feita por sua bisneta Dilke Barbosa Rodrigues<sup>7</sup>.

Em 1942 os cabanos mereceram uma importante citação em um livro icônico do intelectual e historiador comunista Caio Prado Júnior que não apenas valorizava os cabanos, mas ressaltava que eles teriam sido os primeiros a fazer uma revolução que levou no Brasil o povo ao poder<sup>8</sup>. Nos anos que se aproximavam do sesquicentenário do movimento (1985), várias obras foram publicadas. Algumas de cunho marxista como a de Ricardo Guimarães, originalmente publicada em uma revista em 1978 e reeditada muitos anos depois em formato de um livro intitulado *Dois estudos para a mão esquerda. Cabanagem. Guerrilha ou luta de massas*<sup>9</sup>. Nela Guimarães comparava os Cabanos com os guerrilheiros do Araguaia que lutaram contra a ditadura militar instaurada no Brasil entre 1964 e 1989. Outra obra relevante foi a de Pasquale Di Paolo, ganhadora de um prêmio e que valorizava o movimento cabano como o maior e mais popular na América Latina<sup>10</sup>. Também nasceram ensaios que exaltavam os líderes cabanos como heróis ou mártires como foi o caso dos dois tomos de Carlos Rocque

<sup>5</sup> RAIOL, 1970.

<sup>6</sup> Cf. HURLEY, Henrique Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Livraria Clássica, 1936a; HURLEY, Henrique Jorge. **Traços cabanos**. Belém: Oficina Gráfica Instituto Lauro Sodré, 1936b.

<sup>7</sup> RODRIGUES, Dilke Barbosa. **A vida singular de Angelim**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936.

<sup>8</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>9</sup> GUIMARAES, Renato. **Dois estudos para a mão esquerda. Cabanagem. Guerrilha ou luta de massas**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

<sup>10</sup> DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem: a revolução da população da Amazônia**. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.

*Cabanagem: epopeia de um povo*, publicado em Belém em 1984 e que marcou o período da redemocratização na Amazônia com a construção de um memorial desenhado por Oscar Niemeyer<sup>11</sup>. Em homenagem a este memorial o folclorista e historiador marxista Vicente Salles publicou em 1992 *Memorial da Cabanagem* e depois em reunião vários ensaios de militantes socialistas e marxistas dando ênfase para a herança cabana em sua obra<sup>12</sup>.

Um estudo contemporâneo, feito por Eliana Ramos Ferreira em *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860)*, enfatizou o papel feminino no movimento cabano e a questão das terras neste contexto, foi a tese de doutoramento de Eliana Ramos Ferreira<sup>13</sup>. Por fim os estudos de David Cleary sobre a raça e as classes sociais na Cabanagem publicados na Universidade de Oxford em 1999<sup>14</sup> e o livro de Marc Harris *Rebelião na Amazônia - Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798 – 1840* tratam dos cabanos e a formação da sociedade cabocla na Amazônia<sup>15</sup>. São temas que relacionam a política nacional e internacional com o movimento de 1835-40 como analisa André Machado<sup>16</sup>, mas, de certa forma, mesmo com inúmeros pontos inovadores e fundamentais, ainda continuam valorizando a relação dos grandes centros com a periferia<sup>17</sup>.

Diante disso, é importante perceber que parte significativa da historiografia da cabanagem cristalizou eventos, lugares e sujeitos específicos. Fortemente marcada pela memória trágica do pós-cabanagem e de sua dura repressão, a organização militar dos cabanos e suas principais lideranças foram sendo sistematicamente apagadas ou ressignificadas. Mesmo Raiol agiu neste sentido ao defender algumas posições de antigos

<sup>11</sup> ROCQUE, Carlos. **Cabanagem epopeia de um povo**. Belém: Imprensa Oficial, 2 vols, 1984.

<sup>12</sup> SALLES, Vicente. **Marxismo, socialismo e militantes excluídos**. Belém: Paka-tatu, 2001; SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem**. Belém: SEJUP, 1992.

<sup>13</sup> FERREIRA, Eliana Ramos. **Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará–1835-1860)**. Tese (Doutorado em História Social). 283p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

<sup>14</sup> CLEARY, David. **Race, nationalism and social theory in Brazil: rethinking Gilberto Freyre**. University of Oxford. Transnational Communities Programme, 1999.

<sup>15</sup> HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: a Cabanagem, raça, e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. / Mark Harris; tradução: Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katarina Grund. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1ª reimpressão, 2019.

<sup>16</sup> MACHADO, André Roberto de Arruda. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da cabanagem e o papel do parlamento. **Revista de História** (São Paulo), p. 281-317, 2016.

<sup>17</sup> Para balanços bibliográficos sobre o movimento cabano, cf. RICCI, Magda Maria de Oliveira. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará**, Belém, Secretaria de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 4, T. 1, 2001; RICCI, Magda Maria de Oliveira. Llagas de guerra y actos de fe política: La “Cabanagem” en la narrativa historiográfica y antropológica. **Boletín americanista**, n. 64, p. 33-57, 2012; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia**. Manaus: Valer, 2001.

líderes cabanos que nos anos de 1860-70 ainda estavam vivos e atuantes no partido liberal do Pará. Assim, Raiol recupera um documento de Eduardo Angelim dos anos de 1850 e publicado no *Jornal do Amazonas*, um dos primeiros jornais liberais que ressurgiam nos anos pós cabanos. Para Raiol Angelim não seria radical e até teria mandado fuzilar lideranças negras e radicais no supracitado artigo. No entanto, o mesmo Raiol, embora valorize uma história a partir da centralidade da Corte instalada no Rio de Janeiro, foi um dos primeiros a notar que o movimento cabano nasceu no Rio Acará e teve início com a perseguição a Batista Campos e Félix Malcher, com a quebra da imprensa do primeiro, prisões e a destruição da fazenda do segundo líder liberal<sup>18</sup>. Tudo isso feito sem nenhum amparo legal. Para Vicente Salles:

O estudo da Cabanagem oferece ampla análise de várias contradições. Ideologicamente, o movimento foi forjado na cidade. Explodiu nos campos. Foi o epílogo de inúmeras agitações urbanas, com reflexos inevitáveis nos meios rurais. Como forma de luta armada, a liderança absoluta esteve sempre com os sertanejos<sup>19</sup>.

Salles ainda reforça que a área de maior tensão social, onde se deram os conflitos armados, está localizada nas áreas da lavoura canavieira das bacias do Capim, Moju, Acará e Muaná, no sul da ilha de Marajó, que, segundo o autor, foi nessa região “que a Cabanagem atingiu seu verdadeiro estágio de revolução social”; estendendo-se em seguida para Belém, depois tomando de conta da zona bragantina, o litoral atlântico, até o Turiaçu, depois o arquipélago marajoara e até os confins da calha do rio Amazonas<sup>20</sup>. Estudos mais recente já demonstram que os jornais cariocas e a imprensa liberal do Maranhão também mostram que à época o movimento cabano teve início na região ao entorno dos rios Acará e Moju<sup>21</sup>. Outro estudo de Ana Renata Lima também percebe na mesma região o nascimento de uma cabanagem vinda de baixo com incitação e líderes para além de Malcher, num movimento que a autora denominou de lutas camponesas<sup>22</sup>. Também é importante mencionar os estudos de Letícia Barriga que se dedica a entender a “guerra cabana que se fez nos sertões da Amazônia”, onde o protagonismo dos povos indígenas é evidenciado através do conhecimento ancestral da floresta e da arte de guerra dos povos Mura, Munduruku e Mawé

<sup>18</sup> RAIOL, 1970.

<sup>19</sup> SALLES, 1971, p. 261.

<sup>20</sup> *Ibid*, p. 264.

<sup>21</sup> Cf. LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Entre batalhas e papeis: a Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840)**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém. 2016.

<sup>22</sup> LIMA, Ana Renata do Rosário de. **Cabanagem: Uma Revolta Camponesa no Acará**. 1. ed. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004. v. 800. 88p.

durante a guerra nos rios Madeira, Tapajós e Amazonas. Para Barriga, as marcas culturais impressas por esses povos durante a guerra possibilitaram rumos cada vez mais radicalizados no interior da província transformando seu território em um “Quadrilátero Cabano”<sup>23</sup>. Assim, estudos como esses nos possibilitam um outro olhar, um outro entendimento das “Cabanagens”, em sua pluralidade, evidenciando a atuação de diferentes sujeitos e os contextos históricos de regiões que ainda precisam de atenção da historiografia.

É nesse sentido, que surge o interesse em Agostinho de Souza Moreira, comandante cabano. Este sujeito, em maio de 1836, era uma forte liderança regional nas imediações de Belém. Mas esta autoridade não era reconhecida só nestas imediações, sendo o que à época se diria ser “senhor” dos rios Guamá e Capim até o povoado de Vizeu, região que em sua totalidade situava-se no coração da circulação de pessoas e de mercadorias nas proximidades da baía do Guajará que envolve a cidade de Belém. Durante os anos de dura repressão anti cabana (1836-1839), Moreira foi uma liderança que causou a preocupação ao novo presidente de Província do Pará e comandante anti cabano José Soares d’Andréa, pois ameaçava todo o em torno da capital logo após a chegada desse comandante à Belém. Contra ele o novo presidente e comandante mandou o grosso de suas embarcações artilhadas e usou ampla força que tinha para destituir os homens de Agostinho Moreira do povoado de Vizeu e para bater suas ações nos rios adjacentes. Desta ação dependia a segurança não apenas de Belém, mas também a do caminho desta capital até a do Maranhão.

Para chegar nesse sujeito, houve um percurso anterior ao Mestrado que eu já havia traçado. Durante a graduação, me dediquei a estudar a Cabanagem em Ourém-PA, de onde saiu a minha monografia intitulada *Cabanagem em Ourém: revolução social nas matas e cabeceiras do rio Guamá* (2020). O trabalho de pesquisa consistiu em fazer um levantamento de reminiscências da Cabanagem em Ourém, buscando por fontes documentais de 1835 a

---

<sup>23</sup> Além do recente estudo defendido por Letícia Barriga, também é válido mencionar outros trabalhos que analisam o Ecuipiranga, um dos últimos acampamentos dos cabanos, assim como demais estudos que evidenciam a guerra cabana no Médio Amazonas, cf. BARRIGA, Letícia Pereira. **O Quadrilátero cabano e as Cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)**. 2023. 348 f. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém; BARRIGA, Letícia Pereira. **Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)**. 2014. 209f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém; PANTOJA, Ana Renata. **Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra**. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010; LIMA, Leandro Mahalem. **Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

1840, e de referenciais bibliográficos acerca do tema<sup>24</sup>. A partir disso, identificamos o contexto histórico da região estudada, marcada profundamente pela ação dos quilombos e das fugas de escravizados, bem como movimentos e levantes locais de cunho antilusitano. Nestas pesquisas surgiu o nome do chefe da “turma invasora de Ourém”, o alferes Agostinho de Souza Moreira em obras historiográficas como as de João de Palma Muniz<sup>25</sup>.

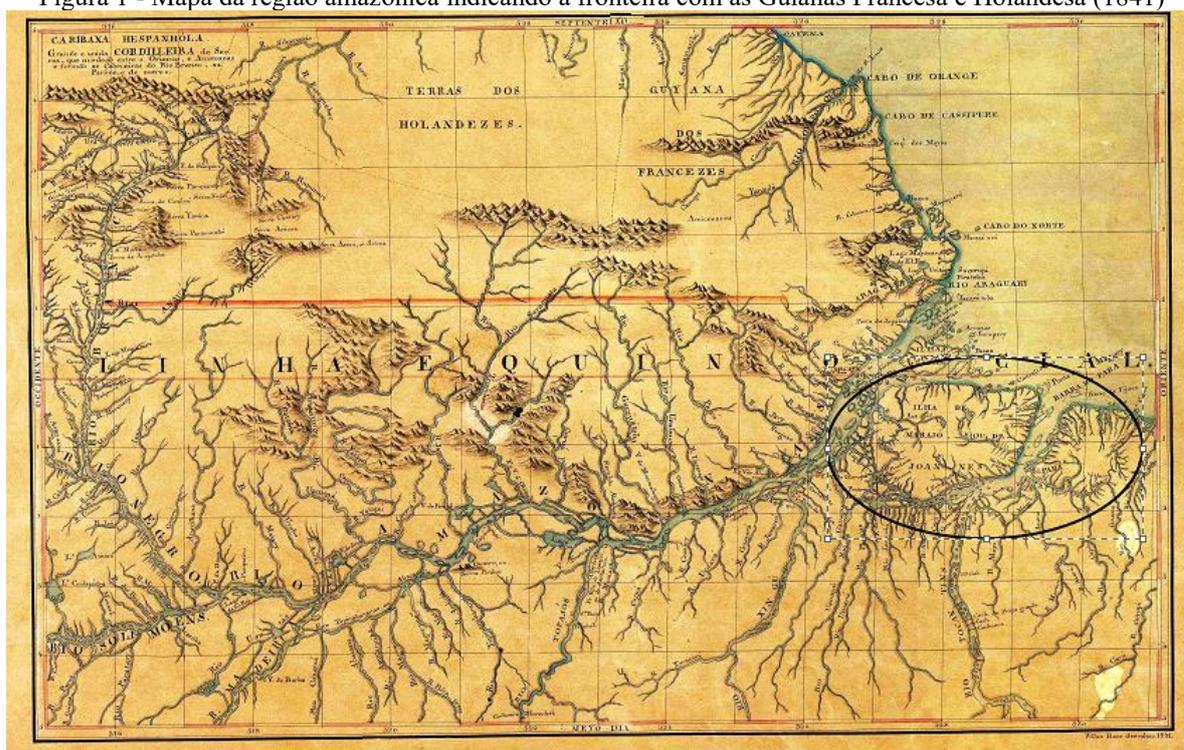
O mapa que se segue foi produzido logo após a primeira anistia aos cabanos em 1841 e pode ser entendido dentro de um caloroso debate diplomático que discutiu problemas de fronteiras entre os franceses e os holandeses das Guianas Francesa e Holandesa com os povos do Pará, representados pela diplomacia do Império do Brasil, depois da Cabanagem. Embora o foco de seu desenhista Villas Boas seja a parte noroeste da província paraense, por ele podemos identificar em detalhe que ampliamos o quanto a região mais ao sul em torno dos rios Guajará, Guamá e Capim (circuladas em preto), e que foi assenhorada por Agostinho Moreira e seu grupo, estava próxima de Belém. Recupero que, no detalhe do mapa, Belém era então nomeada como “Pará”, o que em si já caracteriza a sua centralidade e importância na percepção estratégica e política das relações entre as nações e governantes desta região. Também é possível perceber circulada em vermelho a estratégica localização da vila de Ourém, bem próxima ao cruzamento dos rios Guajará e Guamá e também caminho para o rio Capim.

---

<sup>24</sup> Os principais trabalhos foram: MUNIZ, Palma. **O município de Ourém: estudo de limites e apontamentos históricos**. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1925; ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de. **Ocupação, colonização e relações de trabalho em Ourém do Grão-Pará (1751-1798)**. 2018. Dissertação de Mestrado (Programa de PósGraduação em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Uso das fronteiras: Terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)**. 2016. 208 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia; GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs, XVII-XIX)**. 1997. 773f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP; SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: FGV/ UFPA, 1971; RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Revista Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007; LIMA, Ana Renata do Rosário de. **Revoltas Camponesas no Vale do Acará-Pa (1822-1840)**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

<sup>25</sup> MUNIZ, 1925, p. 150.

Figura 1 - Mapa da região amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa (1841)



Fonte: VILLAS BOAS. Mapa da região amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa. 1841. Biblioteca Nacional - Acervo Digital. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543250/cart543250.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543250/cart543250.jpg).

Figura 2 - Detalhe do mapa anterior (1841)



Fonte: Adaptação feita pelo autor de: VILLAS BOAS. Mapa da região amazônica indicando a fronteira com as Guianas Francesa e Holandesa. 1841. Biblioteca Nacional - Acervo digital. Link: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543250/cart543250.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart543250/cart543250.jpg)

Nesse sentido, o trabalho apresentado aqui se diferencia da pesquisa anterior pelo seu foco. Neste atual estudo procuro entender a região de Ourém e até um pouco além dela, a partir da liderança e ações de comando de um grupo liderado por Agostinho de Sousa Moreira. Procuro perceber como um sujeito interiorano, tinha anseios e organizou uma luta social que arregimentou toda uma classe de povos diferentes com experiências históricas similares, tal como demonstrou os estudos de Edward Thompson em seu conceito de classe social e de luta de classe<sup>26</sup>.

Saindo de uma concepção corriqueira de que o foco dos cabanos se resumia a central tomada de Belém, tenho como ponto de partida a ideia de que o povo cabano em torno da região que vai do rio Capim ao rio Guamá, e que compreende eventos ocorridos em vilas como as de Ourém, Bragança, Viseu e Turiaçu, teve marcas específicas e aglutinou um grupo com ideários de lutas que dialogavam diretamente com os marcos maiores dos cabanos, mas que mantinham focos próprios. Apesar de dialogar com estudos como os de Ana Renata Lima no que respeita à importância da região do Acará e Moju na luta cabana, ela está muito presente em rios mais próximos à Belém. Esta luta ainda pode ser percebida como mais ampla do que o que desejavam líderes proprietários como Félix Malcher, ou mesmo o seu agregado Eduardo Angelim. Além disso, entendo que os cabanos viviam e trabalhavam nos rios e várzeas, e que talvez possam ser percebidos como algo mais do que camponeses, até porque a região também abrigava fábricas de madeira, além de ser conhecida pela pesca e coleta de produtos endêmicos nas matas ou floresta. São homens do campo mas, sobretudo, ribeirinhos, são ainda frutos de diferentes culturas e etnias. Por fim, este grupo se unia por laços de solidariedade comuns e em torno de experiências de vidas e de lutas de negros quilombolas e de mestiços, os quais, apesar da independência do Brasil de 1822, da constituição de 1824 e do código criminal de 1832, continuavam quase sem o mais claro e amplo acesso às eleições para vereança ou juizado de paz. Assim, sem acesso ao poder, este grupo se via diante da manutenção nele de líderes com ascendência branca e portuguesa.

Ao alijamento político sobrepunham-se problemas em comum como uma dura política de recrutamento e a consequente perda de acesso às terras, várzeas e rios que, por uso comum, consideravam suas. Assim, busca-se nesta dissertação, discutir uma Cabanagem ocorrida no interior. Todavia este movimento local é importante tanto porque ameaçou seriamente a ordem Imperial nos momentos iniciais do governo de Andréa no Pará, quanto porque foi

---

<sup>26</sup> THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

central para a compreensão empírica e local dos maiores problemas que afligiam a massa dos cabanos: problemas de permanência de líderes estrangeiros e brancos, problemas de recrutamento forçado, de alojamento nas eleições e, por fim, um amplo problema de desterritorialização e de sentimento de perda de território.

Sendo assim, o produto final dessa dissertação enseja contribuir com os estudos da História Social da Cabanagem. Para entender os meandros de uma guerra genuinamente popular, a História Social traz inúmeras contribuições com seus aportes teóricos. Tendo como um de seus principais expoentes Edward Palmer Thompson, a História Social se dedica a investigar a história de sujeitos que correspondem às camadas populares da sociedade, em oposição à construção historiográfica em torno dos grandes heróis e dos seus feitos. Ao explicar a formação da classe operária inglesa, entre os séculos XVIII e XIX, Thompson focalizou sua abordagem em pessoas comuns, recorrendo à cultura popular, e desenvolvendo noções importantes sobre classe e experiência, que considerava os sujeitos sociais analisados como agentes de sua própria história. Para Thompson, “a consciência de classe é a forma como experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”<sup>27</sup>. Dessa forma, o conceito de classe social é um resultado de um processo histórico que se desenvolve a partir de um conjunto de experiências em comum, decorrente da identidade de interesses e valores de diferentes sujeitos sociais. Nessa perspectiva, Magda Ricci enfatiza que é mais seguro perceber, nos estudos sobre os cabanos e suas motivações que as associações desses sujeitos “estão centradas em experiências de classe que se constituíram temporalmente em uma associação entre práticas culturais herdadas e aquelas partilhadas pelos cabanos ao longo de sua saga revolucionária”<sup>28</sup>. Assim, Thompson defendeu que é por meio do conceito de experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”<sup>29</sup>. Nesse sentido, a utilização desse conceito será pertinente para a análise das ações e intenções de diferentes sujeitos sociais diante do movimento cabano.

---

<sup>27</sup> THOMPSON, 1987, p. 10.

<sup>28</sup> RICCI, Magda Maria de Oliveira. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840), In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 1: **Concepções de Justiça e resistência nos Brasis**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p. 156.

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou o planetário dos erros uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 15.

A documentação analisada compõe os periódicos digitalizados presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, e os documentos oficiais, do Fundo da Secretaria da Presidência da Província, nas Correspondências de Diversos com o Governo, as Relações de prisioneiros cabanos, entre outras, presentes no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Sobre a documentação de prisioneiros é importante fazer uma observação. Dos seis códices que carregam essa documentação, apenas dois se encontram disponíveis no APEP. Essa documentação é riquíssima e reveladora no que diz respeito ao alcance de Agostinho Moreira, pois muitos são os prisioneiros citados com alguma ligação com o comandante cabano. O problema se encontra justamente na indisponibilidade de alguns códices que foi acarretado, segundo informaram os funcionários do arquivo, pela constante consulta feita a esses documentos. Diante disso, tive conhecimento do livro do jornalista Lúcio Flávio Pinto, *Cabanagem – O massacre*<sup>30</sup>, que reproduz as seis listagens de prisioneiros cabanos presentes nos códices 1004, 1014, 1024, 1025, 1026 e 1040 do APEP, organizadas por ordem alfabética dos nomes presentes nas listas. Assim como na listagem, Lúcio Flávio Pinto caracteriza os prisioneiros por sua idade, cor, naturalidade, ocupação, o lugar onde foi preso, pessoa que o prendeu, culpa, data de embarque na corveta defensora e destino. No entanto, o trabalho não faz referência às fontes a cada prisioneiro mencionado no livro, somente na introdução onde explica de quais códices foram retiradas as informações. Apesar disso, diante da ausência da documentação oficial, ou da transcrição completa feita por algum profissional da área, as fontes reproduzidas por esse livro serão consideradas aqui com as devidas ressalvas. Além disso, também utilizamos do Acervo Palma Muniz, presente no Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), com a documentação referente ao fundo da Câmara Municipal de Ourém (CMVO).

As técnicas metodológicas da Micro-História serão importantes para a análise das fontes dessa pesquisa. Destacamos as contribuições de Carlo Ginzburg, em o *Queijo e os Vermes*<sup>31</sup>, com a análise da história de Menochio, onde se teceu um debate sobre o conceito de circularidade cultural, entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas, além do enfrentamento de lacunas com o diálogo entre variadas fontes documentais. Assim como a sua metodologia proposta em *O fio e os rastros*, de se buscar pistas que são deixados pela construção de determinado imaginário social e sua história, possibilitando que temas que

---

<sup>30</sup> PINTO, Lúcio Flávio. **Cabanagem – o massacre**. Belém: edição do autor, fevereiro de 2020. 354 p.

<sup>31</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1987.

foram bastante explorados possam trazer novas perspectivas. Dentro dessas fontes, buscamos também discutir a imagem negativa construída pelas autoridades sobre os cabanos, apoiado nas análises sobre o “banditismo social”, estudado por Eric Hobsbawm<sup>32</sup>, que permite analisar os movimentos sociais por uma ótica que discute uma sociedade onde se predomina a luta de classe, um sujeito se torna fora da lei ao entrar em atrito com os interesses das classes dominantes.

Partindo dos problemas e objetos acima descritos, a presente dissertação se divide em dois capítulos. O primeiro dedica-se a uma breve apresentação da região. Primeiramente buscou-entender a ocupação das vilas e freguesias por onde circulou e viveu Agostinho Moreira de modo a compreender algumas das características da economia e da população local. Já no segundo tópico, consta uma breve discussão acerca da importância do braço indígena no conhecimento da geografia da região, além de recuperar a presença constante de fugas e deserções e a formação de mocambos nesta espacialidade. Esse exercício de maior mapeamento social e econômico dessa região é necessário para se relacionar a experiência de Agostinho Moreira nele. Foi fundamental para se compreender o significado de uma história de vida marcada pela busca de um lugar no poder político e econômico local e depois o de resistência a estes poderes durante a Cabanagem. O segundo capítulo inicia-se com uma discussão acerca dos cargos que Agostinho Moreira disputou ou ocupou. Agostinho Moreira foi suplente de fiscal, juiz de crime e de órfãos, suplente de vereador e oficial da Guarda Nacional. Trabalharemos no sentido de explicar a função desses cargos e quais os sentidos da ocupação desses por pessoas como Agostinho Moreira. Os tópicos seguintes se dedicam à análise das formas de comando de Agostinho Moreira. Busca-se evidenciar sua relação e atuação com outros sujeitos ao longo desta primeira metade do século XIX, ou seja, perceber como Agostinho Moreira mantinha sob seu domínio ou influência variados grupos políticos, étnicos e sociais. Os dois últimos tópicos que encerram este estudo se dedicam à caçada feita à Agostinho Moreira e a sua prisão durante o movimento cabano, procurando entender suas estratégias de fuga, e possibilidades de resistência e luta.

---

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. Bandidos Sociais. In: **Rebeldes Primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. 2ª Edição, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

## **CAPÍTULO 1: O MEIO DO CAMINHO ENTRE PARÁ E MARANHÃO: O QUE SE PRODUZIA E QUEM VIVIA NA REGIÃO DOS RIOS**

Esse capítulo se faz como um preâmbulo importante para situar a pesquisa em torno da trajetória do líder cabano Agostinho de Souza Moreira. O objetivo deste capítulo é fazer uma abordagem sobre os lugares de atuação Agostinho Moreira, evidenciando, brevemente o histórico de ocupação territorial, as relações sociais e econômicas e, por fim as diferentes formas de resistência ao sistema de trabalho e conquista colonial na região limítrofe mais ao sudeste do antigo território do Grão Pará.

O meio do caminho entre Pará e Maranhão a qual citamos aqui compreender o entorno das vilas de Ourém e Bragança que durante o período colonial foram núcleos pensados para serem entrepostos comerciais e de comunicação entre as duas províncias, caminhos estes que depois podiam se desdobrar em outros que chegavam pelos complexos Araguaia, Tocantins a outros rios e bacias e em especial por Goiás velho (hoje estado do Tocantins) podiam alcançar províncias do centro sul de Minas Gerais, São Paulo e destas finalmente alcançar a capital do novo Império o Rio de Janeiro.

Este caminho mais extenso já era bem conhecido no século XIX. Em 1847-48, Antonio Ladislau Monteiro Baena escreveu um esboço de trabalho ao Presidente de Província do Pará Herculano Ferreira Pena no qual recupera muitos alvarás e normativas que haviam sido baixados pela Coroa Lusitana desde meados do século XVIII no intuito de fortalecer o caminho do Pará para Goiás pelo complexo Araguaia Tocantins. Baena, todavia via-se pessimista com o futuro desta rota que tradicionalmente esteve focada pela economia aurífera e que interessava mais ao presidente de província de Goiás do que ao do Pará, pois nesta última província tudo se podia obter por seu porto conectado por oceano à Europa e ao Centro Sul do Império. Escrevia Baena que cabia à província de Goiás transformar esta relação especialmente maculada pela febre do ouro:

Tudo desafiado pela grande decadência das minas, e pequeno número de escravos (...) que não permite trabalhos conspirantes a colher as possíveis utilidades (...) e, portanto, devem ficar ilibadas as minas que se supõe existir (...) Todas as esperanças de melhoramento no porvir devem ter por base dupla a agricultura e o comércio; só estes dois objetos primários da indústria do homem civilizado é que

podem restaurar essa província central, que a junção do Araguaia com o Tocantins separa do Pará<sup>33</sup>.

A queda da mineração do ouro em Natividade e Goiás velho se somava a fugas escravas e a presença de muitas etnias indígenas. Para atenuar os problemas centrais, Baena observava que para que o comércio entre o Pará e Goiás fosse estimulado faltavam mais gêneros comerciais a preços aceitáveis, o que se obteria na “regularidade de navegação comercial”, fato para o autor relacionado à necessidade do governo de Goiás criar e manter presídios nas margens do Araguaia<sup>34</sup>. Desta forma os caminhos entre o Pará e Goiás seguiam povoado por povos tidos por insubordinados e indesejáveis mesmo após o fim do movimento cabano em 1847-48, povos que tinham que ser controlados e presos.

A situação maior de navegação ilustra algo que também era comum no itinerário de navegação mais próximo às terras limítrofes entre o Pará e o Maranhão e até mais em rios mais próximos à Belém. Assim devo aqui estudar essas vilas do meio do caminho entre o Pará e o Maranhão como a zona de atuação de Agostinho Moreira. Ela compreende o rio Capim, mais precisamente a freguesia de São Domingos da Boa Vista, assim como também os povoados de Viseu até o Turiaçu, nas proximidades com o Maranhão.

Essa região vivenciou fortemente os processos históricos que tomaram de conta da província do Grão-Pará no início do século XIX, mais precisamente a partir do processo de Independência do Brasil, na década de 1820, onde mudanças estruturais somadas às expectativas populares com a mudança de regime, ocasionaram conflitos em todos os cantos da Amazônia. Essa região de fronteira entre Pará e Maranhão tem um histórico marcado por convulsões sociais protagonizados por tapuios e negros escravizados, datados desde o século XVIII, com fugas e formações de mocambos cujo sua incidência aumentava de Bragança, Ourém, Viseu, até o Turiaçu.

Nesse sentido faremos uma breve apresentação da região de estudo dessa dissertação apresentando algumas características da composição populacional, da economia local e das relações sociais tecidas nesse espaço. Evidenciando, sobretudo, as lutas dos amocambados e a caçada às suas comunidades, observando como a experiência adquirida por esses sujeitos a partir da resistência à perseguição se aliou com outros sujeitos que resistiam contra o trabalho forçado e o recrutamento militar compulsório se articulou e criou comunidades que exerciam

---

<sup>33</sup> BAENA, Tenente Coronel Antonio Ladislau Monteiro. Resposta a Ilmo. e Exmo. Sr. Herculano Ferreira Pena, Presidente da província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goiás em 1847, **RIHGB**. 1848. Vol. 10, p. 100.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 105.

um comércio bastante produtivo e mantendo relações com os moradores das vilas, que por sua vez ajudavam no fortalecimento dessas comunidades que ajudavam a criar táticas de defesa elementares que influenciaram nas lutas que se deram no Pará nas décadas de 1820 e 1830. Observando também como se desenvolveram as bandeiras de luta do povo cabano da região, que já antes da Cabanagem lutavam, aos eu modo, por suas liberdades, onde também se fez presente uma forte luta contra os portugueses que ganhou força com a Cabanagem.

### 1.1. Descrevendo o “meio do caminho”

O termo “meio do caminho”<sup>35</sup> colocado aqui, não se trata exatamente de uma fronteira, mas refere-se a uma zona de intersecção entre Belém e São Luís, respectivamente as capitais das províncias do Pará e Maranhão. De acordo com Sueny de Souza, entre fins do século XVIII, durante o governo de D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, foi aberta uma estrada de cargas e/ou comunicação que iria de Ourém a Turiaçu, com objetivo de instituir a “ordem colonizadora” e criar uma forma de ligação da capital com esses “sertões”<sup>36</sup>. Esse caminho terrestre era uma alternativa mais rápida à navegação marítima que de acordo com o viajante Daniel Kidder, ao viajar pelo Maranhão e o Pará nos anos 1830, afirmava que essa viagem atravessava trinta e duas baías e “costumava ser vencida em trinta dias”<sup>37</sup>, enquanto o caminho terrestre podia ser vencido em duas semanas<sup>38</sup>. Esse caminho mais curto se dava a partir de Belém, pelo rio Guamá, até o porto de Ourém. A partir dessa vila, havia uma estrada terrestre que ligava as margens do rio Guamá ao rio Caeté, no povoado de Tentugal. Do pequeno povoado, seguia-se navegando pelo rio Caeté até a vila de Bragança, em seguida, cruzava-se rios e baías até chegar nos portos de Piriá, Gurupi e Maracaçumé, até chegar à vila de Turiaçu, a última localidade na fronteira do Pará com o Maranhão<sup>39</sup>. No mapa a seguir destacamos a região em questão.

<sup>35</sup> Esse termo já foi tratado por Sueny de Souza em seus trabalhos sobre Turiaçu, povoado que em 1834, às vésperas da Cabanagem, se tornou vila. Até 1852 era a última localidade que fazia fronteira com o Maranhão, *cf.* SOUZA, 2016.

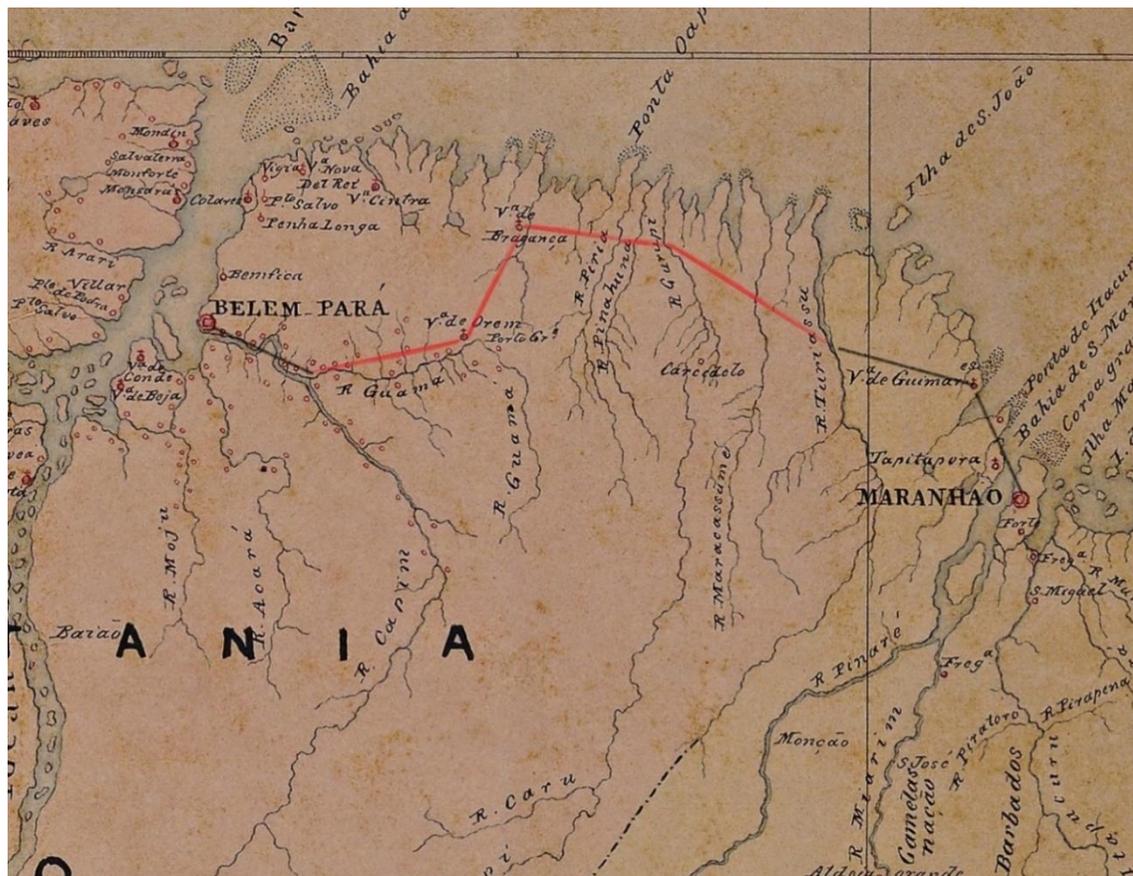
<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 127.

<sup>37</sup> KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 312 p. - (Edições do Senado Federal; v. 103), p. 201

<sup>38</sup> Sobre as estradas terrestres entre Belém e São Luís, *cf.* SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; RICCI, Magda. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 3, 2014.

<sup>39</sup> SOUZA, 2016, p. 27; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. p. 243.

Figura 3 - Detalhe do Mapa “O Estado e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro com as do Maranhão e Piauí” (...) (1853)



Fonte: Adaptação feita pelo autor do mapa: SÁ, José de Pereira. “O Estado e capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro com as do Maranhão e Piauí que dele se desanexaram em separado [do] Governo Geral no ano de 1774, aumentando até o paralelo de cinco graus de latitude boreal com as comunicações dos rios Negro, Orinoco e Cavaburis, a situação da nova fortaleza, e verdadeiro curso do rio Branco feito em 1780. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Guerra. BR\_RJANRIO\_OG\_0\_MAP\_0044<sup>40</sup>.

<sup>40</sup> Disponível em: [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_OG/0/MAP/0044/BR\\_RJANRIO\\_OG\\_0\\_MAP\\_0044\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_OG/0/MAP/0044/BR_RJANRIO_OG_0_MAP_0044_d0001de0001.pdf) Acesso em: 14 fev. 2024.

A figura anterior trata-se de um recorte de um mapa do Estado e da Capitania do Grão-Pará, Maranhão, Rio Negro e Piauí, produzido por José Pereira de Sá, em 1853. Este mapa descreve detalhes dos cursos dos principais rios do Grão-Pará e Rio Negro, onde aparecem destacadas vilas, freguesias e fortalezas. Apesar de elaborado em 1853, esse mapa nos fornece uma dimensão de como funcionava a ligação entre Belém e São Luís através do Rio Guamá. Sendo assim, no recorte desse mapa, destaquei em vermelho as rotas por onde ficam as localidades nesse “meio do caminho” entre Pará e Maranhão, a qual estudaremos neste trabalho. Em preto está destacado o início e o fim dessa rota que podia começar em Belém e terminar em São Luís, ou vice e versa. Dentre as localidades citadas, a vila de Ourém, que foi fundada em 1753, localizada ao lado da Casa Forte do Rio Guamá<sup>41</sup>, foi pensada para ser um ponto de conexão entre Belém e São Luís, devido a sua proximidade com a capital paraense e a fertilidade de suas terras, além de ser um ponto de escoamento da produção agrícola que saía da vila de Bragança. Os meios de transportes utilizados nesse trajeto eram pequenas embarcações, de Ourém pelo rio Guamá, em tropas de animais pelo caminho terrestre até Tentugal, e por canoas até Bragança, pelo rio Caeté, como destaca Luciana Oliveira<sup>42</sup>. No mapa a seguir, podemos ver uma demonstração da ligação entre Ourém e Bragança.

---

<sup>41</sup> A casa forte do rio Guamá foi construída por Luís de Moura entre 1724 e 1727, com o objetivo de conseguir uma patente de capitão. Para além disso, a casa forte tinha a função de defesa do território, além de servir como entreposto comercial e de comunicação, *cf.* ALMEIDA (2018).

<sup>42</sup> OLIVEIRA, Luciana de Fátima. **Projetos de colonização de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança: 1740-1760**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008, p. 128.

Figura 4 - Curso dos rios Guamá e Caeté (17--)



Fonte: Biblioteca Nacional – acervo digital<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> [CURSO dos rios Guamá e Caeté]. [17--]. 1 mapa ms., aquarelado, desenho a nanquim, 43 x 48. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart515353/cart515353.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart515353/cart515353.jpg).

Na cartografia anterior, está caracterizada a espacialidade da região dos rios Caeté e Guamá. Embora sem referências precisas espaciais ou de autoria, este documento atesta que, de longa data havia uma clara e importante conexão fluvial mais ao norte (parte de cima do desenho) de Ourém com Bragança através da estrada que interligava a Casa-Forte do Guamá (como também era referida Ourém) com o porto Caeté (que posteriormente viria ser o povoado de Tentugal) que dava acesso a vila de Bragança. Isso nos possibilita visualizar parte do trajeto que interligava essa área com Belém. Ele demonstra que este caminho poderia interligar ao que no desenho se denomina de (caminho para o Maranhão” e São Luís, para fins de comércio e comunicação, ele ainda continuava em direção ao território antigo de Goiás, hoje estado do Tocantins. Além disso, o documento iconográfico também demonstra uma ocupação de suas margens fluviais, o que se deu por uma ocupação desse espaço através das concessões de sesmarias ao longo dos rios.

De acordo com o corógrafo Ignácio Accioli Cerqueira e Silva, o rio Guamá era povoado até trinta e quatro léguas acima de sua foz, onde havia estabelecimentos como a fazenda carmelita Pernambuco, por este rio seguia os correios para o Maranhão por uma estrada de terra até o rio Gurupi, rio Irituia até a vila de Ourém, dali os correios para o Maranhão seguiam para o lugar denominado de Tentugal sita a margem oriental do rio Caeté e seguia rumo ao rio Turiaçu. Economicamente Accioli se interessava mais pelos produtos de exportação e neste sentido ele recupera que por ali se produzia apenas algum tabaco, embora as terras fossem “fertilíssimas”. O problema maior seria a escassez de víveres e a falta de mão de obra<sup>44</sup>. A única vila mais próspera na região era Bragança onde se cultivava “algodão, arroz, café, tabaco e mandioca”<sup>45</sup>.

Segundo Antônio Ladislau Monteiro Baena, em 1833, a vila de Ourém possuía 669 habitantes, sendo “232 brancos, 160 escravos, 194 indianos, 23 mamelucos e 60 mestiços”. Além disso, o autor destaca que a produção agrícola da vila estava voltada para o algodão, arroz, tabaco, aguardente de cana, mel, açúcar, farinha, milho, feijão, café, cacau e polvilho, e que a “extração das drogas boscarejas” era voltada para a exploração da madeira para fins de construção de canoas e casas. Pertenciam a vila de Ourém, duas freguesias: a de Nossa Senhora da Piedade do Rio Irituia e São Miguel da Cachoeira, no rio Guamá. Ambas as freguesias, de acordo com Baena, se destacavam pela mesma produção agrícola de Ourém,

---

<sup>44</sup> SILVA, Ignácio Accioli Cerqueira e. **Corografia paraense: ou descrição física, histórico e política da Província do Grão-Pará**. Bahia [Salvador]: Tipografia do Diário, 1833. p. 252.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 247.

com acréscimo da maniva e da extração de alguns óleos e drogas do sertão. A população de Irituia era formada por “348 brancos, 108 escravos, 153 indianos, 126 mamelucos, 170 mestiços”. Já São Miguel possuía “302 brancos, 442 escravos, 22 indianos, 78 mamelucos, e 227 mestiços”<sup>46</sup>. A vila de Bragança era uma das mais populosas dessa região, possuía em 1833, de acordo com Baena (2004), mais de seis mil pessoas, sendo “quatro mil quatrocentos e oito brancos de ambos os sexos, quatrocentos e oitenta e dois escravos, e mil oitocentos e oitenta e cinco índios e mestiços livres”. Em Bragança produzia-se café, algodão e mandioca, além de haver “fazendas de criação nos campos”. Ao lado da vila de indígenas chamada Vimioso, que de acordo com Baena, seus primeiros “povoadores vieram do rio Gurupi”.<sup>47</sup> Pertenciam ao termo de Bragança os lugares de Vizeu<sup>48</sup>, Piriá<sup>49</sup> e Gurupi<sup>50</sup>, os quais possuíam uma população majoritariamente indígena e mestiça, que de acordo com Baena, viviam da pesca e do cultivo da mandioca.

Em seguida às localidades citadas existia a vila de Turiaçu, considerada por Baena como um dos “pontos mais comerciantes do interior” da província<sup>51</sup>. Situado na fronteira com o Maranhão, Baena afirma que a produção agrícola que se destaca na vila é a do arroz e do algodão, a qual era considerada bastante lucrativa, onde “exportam os lavradores para o Maranhão ao redor de 3.000 sacas de algodão, de 12.000 alqueires de arroz”<sup>52</sup>. Além disso, o autor reforça que o Turiaçu possuía uma comunicação mais próxima com São Luís do que Belém, devido a sua proximidade. É importante salientar que em Bragança e Turiaçu ficavam os maiores portos da região que recebiam produtos de outras províncias do Brasil e até mesmo do exterior, e que conseqüentemente possuía um papel fundamental no abastecimento das áreas mais longínquas dessa região<sup>53</sup>.

Voltando para o rio Guamá, mais precisamente na confluência desse rio com o rio Capim, está a freguesia de São Domingos da Boa Vista, que no período estudado pertence a comarca de Belém. De acordo com Baena (2004, p. 260), em 1833, a freguesia possuía 882 moradores livres e 1047 escravos. Apesar disso, Baena não explora a questão da produção agrícola da freguesia e do rio Capim. Sobre este rio Ignácio Accioli Cerqueira e Silva identifica apenas que “seus habitantes pela maior parte eram brancos” e que por ali havia uma

<sup>46</sup> BAENA, 2004, pp. 242-244.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 224.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 257.

<sup>49</sup> *Ibid.*, pp. 247-248.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 233

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 169.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 256

<sup>53</sup> SOUZA, 2016, p. 27

aldeia de índios denominada de São Bento<sup>54</sup>. Na ausência de maiores dados, usaremos aqui a descrição das imediações de São Domingos da Boa Vista feitas por Alfred Russel Wallace e de João Barbosa Rodrigues que viajaram por essas regiões em anos diferentes já na segunda metade do século XIX, fazendo uma descrição da região<sup>55</sup>.

De acordo com os dois viajantes, o rio Capim era repleto de engenhos de cana de açúcar e arroz onde concentravam uma grande população escravizada presente nas fazendas. De acordo com Vicente Salles (1971), a bacia do rio Capim fazia parte de uma das zonas canavieiras do Pará no século XIX, possuindo numerosos engenhos reais para a fabricação do mel-de-cana, da garapa e da cachaça<sup>56</sup>.

Alguns estudos contemporâneos dedicados à essa região e sua história corroboram com algumas informações dos viajantes e corógrafos aqui estudados. Juliana Medeiros (2022) destaca que além do Capim, as bacias dos rios Guamá, Acará e Moju eram “regiões produtoras de maior relevância no ramo da atividade canvieira”<sup>57</sup>. Segundo Rosa Acevedo Marin *et al* (2014), o rio Capim possuía importantes engenhos para o cultivo da cana-de-açúcar como Taperuçu e Aproaga, propriedades de Pedro Chermont de Miranda e Vicente Chermont de Miranda respectivamente.<sup>58</sup> Ao viajar pelo rio Capim nos anos de 1850, o inglês Alfred Russel Wallace anota que se hospedou na fazenda de São José, de propriedade do Sr. José Calixto Furtado, a qual descreveu ser um dos mais modernos da região<sup>59</sup>.

Duas décadas mais tarde, essa mesma fazenda foi descrita por Barbosa Rodrigues como uma importante exportadora de cachaça<sup>60</sup>. Além dos engenhos e fazendas localizados no rio Capim, cabe mencionar que Domingos Raiol já apontava algumas propriedades importantes que se localizavam no rio Guamá, entre a foz do rio Capim e do rio Bujaru, como

<sup>54</sup> SILVA, 1833, p. 251.

<sup>55</sup> O naturalista inglês Alfred Russel Wallace navegou pela foz do rio Capim em junho de 1848, com intuito de conhecer e analisar o fenômeno da pororoca. Já João Barbosa Rodrigues viajou por essa região em 1875, a mando da Comissão do Governo Imperial. No seu diário de viagem, Barbosa Rodrigues descreve a Geografia da região, além de relacionar sítios, fazendas, freguesias, bem como observações sobre os povos indígenas do Rio Capim, presentes em um mapa denominado planta do Capim. As informações contidas nos diários dos viajantes citados são pertinentes para ajudar na compreensão histórica da região, sobretudo por citarem localidades que aparecem presentes na documentação do período da Cabanagem. Sobre as viagens pelo rio Capim, cf. WALLACE, Alfred Russel (2004). **Viagens pelos rios Amazonas e Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Edições do Senado Federal, v. 17; RODRIGUES, João Barbosa (1875). **O rio Capim**. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.

<sup>56</sup> SALLES, 1971, p. 212.

<sup>57</sup> MEDEIROS, Juliana Nascimento. **Nos Sertões da Província do Grão-Pará: Escravidão, Engenhos e Engenhocas e atividades econômicas no Oitocentos (1810-1850)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 110.

<sup>58</sup> ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; FERREIRA, Eliana Ramos; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. **Patrimônio, Cultura e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim**. Belém-IPHAN, 2014, p. 109.

<sup>59</sup> WALLACE, 2004, p. 159.

<sup>60</sup> RODRIGUES, 1875, p. 25.

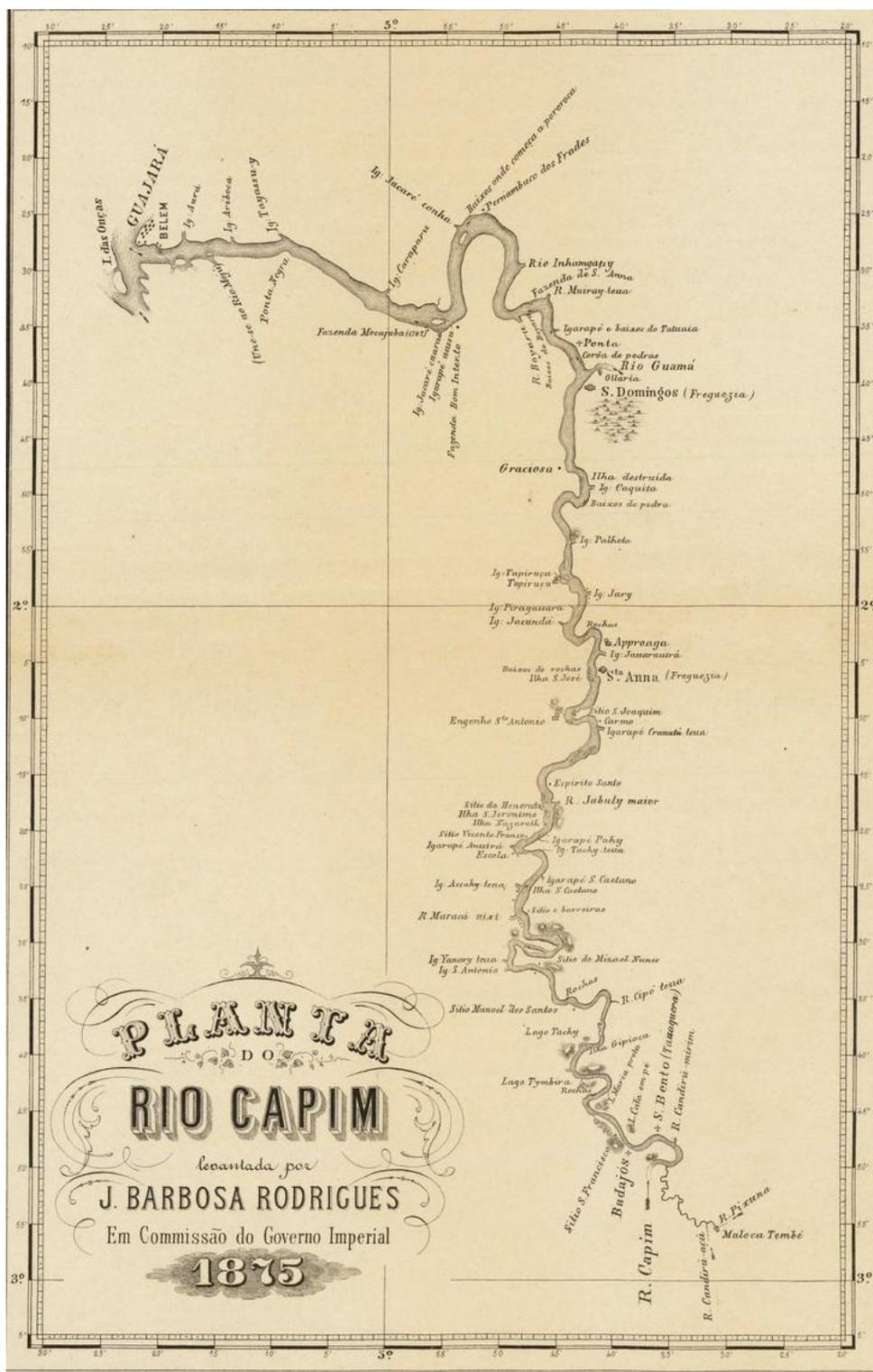
é o caso da fazenda Pernambuco dos frades, de propriedade do convento do Carmo, cujo seu prior era o frei João Ramos<sup>61</sup>. Por fim estudos contemporâneos como os de Daniel Barroso (2014), afirmam que próximo dali ficava a o engenho de Bom Intento que, era propriedade do português Joaquim Antônio da Silva, localizava-se em um ambiente caracterizado pela presença de posseiros e grande concentração de cativos, o engenho se dedicava “à extração da madeira e à produção de arroz e derivados da cana”<sup>62</sup>. Abaixo podemos ver a Planta do Rio Capim feita por Barbosa Rodrigues. Nela há quase uma sobreposição das importâncias dos mesmos rios que interligam a região do Caeté/Turiaçu com a baía do Guajará e Belém, mas fica claro que neste último documento mais relevante que a ligação com o Maranhão (já muito mais feita por via atlântica em 1875), era mais visível a importância desta rota rumo a Goiás e dali para o centro sul do Império do Brasil.

---

<sup>61</sup> RAIOL, 1970, v. 3, p. 830.

<sup>62</sup> BARROSO, Daniel Souza. Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 50, p. 93- 128, jul.-dez. 2014., 2014, p. 96.

Figura 5 - Planta do Rio Capim desenhada por João Barbosa Rodrigues (1875)



Fonte: Planta do Rio Capim levantada por João Barbosa Rodrigues em Comissão do Governo Imperial, 1875<sup>63</sup>.

<sup>63</sup> Link: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/88802/guama-river-planta-do-rio-capim-levantada-por-j-barbosa-rodrigues>

A importância de se fazer descrição da geografia da região, levando em conta a composição de sua população, da economia que girava em seu entorno, bem como algumas características naturais é necessária para que possamos, mais adiante, visualizar a guerra cabana acontecendo nesse espaço. No próximo capítulo, iremos retomar algumas das localidades mencionadas no contexto das ações do comando de Agostinho Moreira e da caçada pelas tropas repressoras. Muitos dos engenhos, sítios e fazendas citados foram ocupados pelos cabanos onde se estabeleceram “destacamentos” ou “pontos dos rebeldes”, que por vezes foram desocupados através dos enfrentamentos com as tropas imperiais, ou mesmo pela desocupação dos próprios cabanos, a depender das estratégias de guerra<sup>64</sup>.

Vale ainda ressaltar que antes de irmos para o capítulo dois, é preciso estudar mais detidamente alguns aspectos dessa ocupação local já que os cabanos também ocupavam vilas, freguesias e povoados, ou tomavam locais nas imediações destes pelas matas e cabeceiras de rios. Por fim, é importante que seja dito que muitos desses lugares foram incendiados ou completamente destruídos pelos cabanos. Isso ocorreu, sobretudo nos engenhos de cana e fazendas de cacau e de gado. Esta ação tem em si muito simbolismo, pois estes estabelecimentos eram locais certamente identificados como espaços de duro trabalho, desterritorialização e se vinculavam a diversos tipos de opressões, privações de liberdades, encarceramentos e ou a espaços de castigos e perpetração de violências de gênero, sendo focos de poder escravocrata e político desde os tempos coloniais, principalmente para a população escravizada e/ou para aquela que trabalhava compulsoriamente e de forma muitas vezes análoga à escravidão nesses espaços. Falaremos mais desses povos no próximo tópico.

## **1.2. Um caminho de travessias e refúgios entre povos diferentes e fugitivos**

No espaço descrito no tópico anterior, temos um mundo amazônico marcado fortemente em função da natureza, sobretudo locomoção pelos rios, igarapés, baías e algumas estradas, quando existiam. As viagens e deslocamentos por esse espaço se davam, sobretudo, através da utilização do braço indígena para serviços de remo e canoagem, pois eram os sujeitos que detinham profundo conhecimento do ambiente amazônico. Sobre a região fronteira de Turiaçu, Sueny de Souza (2016, p. 32-33) pontua que “era um espaço para o

---

<sup>64</sup> Segundo Acevedo Marin *et al* (2014, p. 105), “o Engenho do Aproaga foi palco de enfrentamentos armados” durante a Cabanagem. Além disso, outros engenhos e fazendas como a de Bom-Intento, Pernambuco dos Frades e Taperaçu aparecem como alvo de ocupação dos cabanos e disputa pelas tropas repressoras servindo de base para cercar os cabanos durante a repressão, como veremos no segundo capítulo.

qual o deslocamento demandava diferentes estratégias de locomoção”, devido aos inúmeros rios, furos e baías por onde o trajeto fluvial era utilizado paralelo ao terrestre, o que obrigava “a abertura de caminhos e estradas, a criação de freguesias lugares de apoio aos viajantes e realização do comércio”. Ainda sobre esses lugares de apoio é importante salientar que uma política adotada pelo Estado, em fins do século XVIII e início do XIX, foi a criação de povoações indígenas próximas às estradas com o intuito de diminuir as distâncias e aumentar a mão-de-obra disponível para a navegação e para as atividades extrativistas<sup>65</sup>.

Essa mão-de-obra indígena também havia sido utilizada massivamente na construção das estradas que ligavam Belém a São Luís, em 1797, a qual contou com cerca de 170 indígenas “provenientes das povoações de Vimiozo, Piriá, Vizeu, Serzedelo e Turiaçu”, como afirmou Sueny de Souza (2016, p. 27). Essas localidades mencionadas por Souza (2016) eram frutos de uma política do Diretório pombalino que criou os “lugares de índios” e as “vilas de brancos”, como Ourém e Bragança, que atrelado ao fomento da produção agroextrativa, a abertura de estradas, a promoção da comercialização dos gêneros, bem como a integração com as capitais e as estratégias de segurança, atendiam a uma lógica de Portugal garantir a ocupação, colonização e posse desses “sertões”. Além disso, é importante destacar que durante a colonização, a forte presença de indígenas na região do rio Guamá já era de conhecimento das autoridades do Maranhão e Grão-Pará, o que possibilitou a organização de medidas que implementaram o estabelecimento de engenhos de açúcar e a sua manutenção a partir da mão-de-obra nativa, seja cativa ou livre<sup>66</sup>. Segundo Emílio Ribeiro (2022), foi projetado para os indígenas aldeados nas imediações dessas vilas o trabalho diário “nas salinas, nas campinas (para criação de gado e para cultivos agrícolas) e outras atividades econômicas rentáveis aos cofres da Fazenda Real, de acordo com as condições naturais daqueles distritos, que davam subsídios à exploração colonial”<sup>67</sup>.

Em suma, é importante dizer que a forte presença indígena nessas regiões foi explorada de diversas formas para atender às lógicas da colonização. Sendo assim, nos interessa fazer uma breve discussão acerca do uso do braço indígena nos deslocamentos pelos rios e estradas da região estudada pois, de acordo com os estudos sobre esses deslocamentos,

---

<sup>65</sup> SOUZA, 2016, pp. 31-32

<sup>66</sup> Para saber mais sobre os indígenas no Alto rio Guamá e região, Cf. RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. **“Eles podem mexer nos nossos galhos, nas nossas folhas, mas nas nossas raízes não”: território, violências e as agências Tenetehar-Tembé no alto rio Guamá (PA)**. Dissertação (Mestrado em Diversidade Sociocultural) – Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2022. 192 f; SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência: os Índios Tembé-Tenetehara do Alto Rio Guamá e a relação com o território**. Belém: UNAMA, 1999.

<sup>67</sup> RIBEIRO, 2022, p. 69.

fica perceptível a enorme dificuldade em percorrer os sertões do Grão-Pará, o que obrigava a necessidade de auxílio de indígenas e caboclos conhecedores da região para vencer os obstáculos que o ambiente proporcionava. Podemos perceber esses usos dos indígenas nos relatos e viajantes ao transitarem por alguns rios da região, como é o caso da viagem de dom Romualdo Seixas, em 1808. Com destino ao Rio de Janeiro, o clérigo e um acompanhante saíram de Belém em 6 de julho para ver o rei dom João VI que havia chegado na nova corte. Em seu diário de viagem publicado no *Jornal de Coimbra*, Seixas faz uma descrição das paisagens, das localidades por onde passava e das inúmeras dificuldades enfrentadas durante o trajeto. Dentre os relatos, Seixas afirma que saíra da vila de Bragança com direção ao Turiaçu, na madrugada do dia 18, em uma canoa com cinco indígenas. Nesse trajeto, Seixas reclama que “estes Índios já muito maliciosos ião prolongando a navegação com diferentes pretextos de segurança” com o propósito de obter uma “somma mais avultada de seus salários”, por outro lado, o clérigo exaltava a habilidade dos indígenas com a pescaria enquanto esperavam a subida da maré para continuar a viagem<sup>68</sup>.

Ainda sobre esse mesmo trajeto, Kidder relata informações obtidas em conversa com um homem que destacava que a agilidade da viagem se dava aos “bons tempos em que o braço indígena era abundante”, cuja viagem custava quatro vinténs por dia, com duração de duas semanas. Entretanto, o mesmo homem destaca que com o passar dos anos se tornou difícil encontrar canoeiros disponíveis, apesar de oferecer um valor mais alto, de oitocentos réis diários<sup>69</sup>.

Pelo rio Capim, a realidade não era muito diferente, Russel-Wallace afirma que o fazendeiro José Calixto Furtado costumeiramente viajava de canoa para Belém em até 24 horas, utilizando “12 bons remadores índios, bastante cachaça, e sem fazer paradas”<sup>70</sup>. Podemos perceber nesse relato o uso da cachaça que foi costumeiramente utilizado nos serviços braçais de indígenas e negros escravizados, além de ter sido por vezes uma moeda de troca na comercialização de alguns produtos. Muitos viajantes utilizavam a cachaça para encorajar os remadores a enfrentar viagens desafiadoras, como observou Magda Ricci<sup>71</sup>. Ainda sobre essa bebida, Juliana Medeiros comenta que a cachaça era bastante usada pelas

---

<sup>68</sup> SEIXAS, Romualdo. **Memória dos diferentes sucessos de uma viagem: do Pará até ao Rio de Janeiro**. *Jornal de Coimbra*. Coimbra, 1814., p. 323.

<sup>69</sup> KIDDER, 2008, pp. 201-202.

<sup>70</sup> WALLACE, 2004, p. 166.

<sup>71</sup> RICCI, Magda Maria de Oliveira. **A revolução geral das coisas e o florescer do “direito das gentes”. Grão-Pará (1790-1809)**. Livre Docência (Tese) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2021., p. 491.

acamadas sociais mais baixas devido ao seu valor ser barato e que também era bastante utilizadas pelos negros escravizados “que a usavam como estimulante para as lidas agrárias”<sup>72</sup>.

Diante desses relatos, fica nítida as dificuldades enfrentadas pelos deslocamentos no início do século XIX e o quanto a presença indígena estava atrelada a realização desses trajetos. Para vencer os rios e igarapés estreitos, adentrar os furos, enfrentar as baías, respeitando o tempo das marés, além da temerosa pororoca quando existia, o conhecimento indígena era fundamental e tornava muitos viajantes dependentes desse trabalho, como pontua Magda Ricci e Sueny de Souza:

Para os que não conheciam a região, este era um trajeto a ser negociado. Como esse era um caminho que mesclava percursos terrestres e fluviais - mesmo sendo corrente - contava com alguns perigos naturais, por isso a presença do índio ou de “experientes” da região era imprescindível. Estes se faziam notar, cobrando mais para auxiliarem no percurso e recebendo diretamente pelo serviço sem o intermédio do diretor da povoação ou Principal<sup>73</sup>.

Por outro lado, é importante salientar que dentro desse mundo amazônico marcado pela influência do conhecimento e da força do trabalho indígena, a presença de negros escravizados era marcante. De acordo com Vicente Salles, desde o período da colonização, a região mais próxima à Belém ao longo dos rios Capim, Guamá, Acará, Moju e adjacências, com seus inúmeros engenhos e fazendas, constituía uma das primeiras regiões agrícolas do Grão-Pará onde, conseqüentemente, concentrou uma significativa parcela da mão-de-obra escravizada rural<sup>74</sup>.

Corroborando com essa discussão, Edna Castro pontua que a região bragantina, por se localizar em uma área de fronteira entre duas províncias, se destacava por ser uma das regiões com maior presença de escravizados no Pará nos séculos XVIII e XIX, seja pelos limites com a província do Maranhão, que recebia um grande contingente de negros escravizados, seja pela presença de inúmeros engenhos, lavouras e fazendas de criações de gado, a qual a mão-de-obra escravizada era “fundamental”. A autora ainda ressalta que a entrada de escravizados na região bragantina se dava tanto pelo porto de Belém, quanto pelo Maranhão, “pelas entradas clandestinas formadas por trilhas que acompanhavam os rios Gurupi, Turiaçu e Caeté”<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup> MEDEIROS, 2022, p. 116.

<sup>73</sup> RICCI e SOUZA, 2014, pp. 1219-1220.

<sup>74</sup> SALLES, 1971, p. 264.

<sup>75</sup> CASTRO, Edna. **Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará) / Edna Maria Ramos de Castro (organização)**. Belém: NAEA, 2006, p.11

Sendo assim, essas regiões de grande importância econômica não somente concentraram um grande contingente de mão-de-obra negra escravizada, mas também concentravam os maiores focos de resistência contra o sistema escravista. O meio do caminho entre Pará e Maranhão é fortemente marcado pelas rotas de fuga de escravizados e pela concentração de mocambos. Vicente Salles definiu as fugas como um processo contínuo, rotineiro e incontrolável<sup>76</sup>. O registro de fugas e formação de mocambos no Grão-Pará é contabilizado desde o século XVIII. Para Salles, quanto mais próximo da capital paraense e do centro de maior concentração de escravizados, maiores eram as possibilidades de “nucleação dos escravos e o trabalho organizado da fuga para os mocambos”<sup>77</sup>. Na fronteira com o Maranhão, nas primeiras décadas do século XIX, a presença de negros fugitivos e amocambados eram cada vez mais frequentes, conforme pontuou Sueny de Souza<sup>78</sup>. Essa região possibilitava ao escravizado diversas rotas de fuga, tornando a captura desses sujeitos um grande desafio às autoridades. Isso se deve, sobretudo, a uma relação intrínseca traçada entre esses fugitivos com a floresta amazônica que se constituiu

em um elemento a mais que figurou na incansável luta pela liberdade de negros e índios forçados a viver em um regime de trabalho compulsório, onde a fuga era um dos poucos caminhos para se conseguir momentos de liberdade que eram alcançados em parte no universo constituído a partir dos quilombos assentados nas complexidades e especificidades da região amazônica<sup>79</sup>.

Analisando o rio Guamá, Rozemberg Almeida comenta que a natureza foi uma grande aliada dos amocambados, pois dela se extraía “frutos como buriti, castanha, jenipapo, açaí, bacaba”, as matas forneciam a caça, além de uma variedade de raízes comestíveis e ervas medicinais, sem contar com o fornecimento de materiais para edificar suas casas, como o “cipó, palhas, barro e madeira”. A fertilidade do solo amazônico possibilitava a esses sujeitos o cultivo de suas próprias roças, “desde cana-de-açúcar até várias espécies de grãos como arroz, feijão, milho, café, além de tubérculos nutritivos como a mandioca, a batata doce e o cará”. A proximidade dos mocambos com os rios era fundamental para atividade da pesca, bem como para os deslocamentos para fins de comunicação com outros sujeitos e para o comércio, que trataremos mais adiante. Apesar de todos os benefícios que a fauna e a flora amazônica possibilitavam para esses africanos, ao mesmo tempo, essa floresta podia ser bastante inóspita para esses sujeitos. Lidar com “seus pântanos, insetos venenosos, animais

---

<sup>76</sup> SALLES, 1971, p. 208.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 230.

<sup>78</sup> SOUZA, 2016, p. 133.

<sup>79</sup> ALMEIDA, 2018, p. 88.

silvestres, doenças tropicais” eram desafios rotineiros enfrentados pelos negros que, por muitas vezes, só foi superado a partir do auxílio dos nativos<sup>80</sup>.

Além de negros escravizados e libertos, os indígenas que resistiam aos regimes de trabalho compulsório também formavam mocambos, muitas vezes com os próprios negros. Sobre isso, Flávio Gomes comenta que durante a administração de Marquês de Pombal, no período de vigência e de dissolução do diretório dos índios, as fugas de indígenas e a formação de seus mocambos se tornou bastante comum no Grão-Pará. Isso tudo devido aos “resgates” e “descimentos” que recrutou populações indígenas inteiras a trabalharem compulsoriamente em feitorias, fortificações, em regiões de produção agrícola e extrativa, distantes de suas localidades de origem<sup>81</sup>. Ademais, os indígenas tiveram um papel fundamental na composição e organização dessas comunidades. Apesar de “todas as suas complexidades étnicas”, negros e indígenas, “cooperaram, fizeram alianças e entraram em conflito naquele contexto colonial”. Nesse sentido, a articulação desses sujeitos, diante das disputas coloniais, possibilitou que estes forjassem “suas próprias fronteiras, fossem elas geográficas e/ou comerciais”<sup>82</sup>.

Flávio Gomes argumenta que o estabelecimento dessas comunidades nas proximidades das fazendas e das vilas nos revelam muitas questões, desde as possibilidades de acesso aos escravizados às trocas comerciais. Além disso, esses amocambados “visitavam as vilas e povoados próximos para praticar saques, razias e sequestros”, bem como realizavam roubo de gado, através das alianças com vaqueiros escravizados, para fins de comercialização da carne e do couro<sup>83</sup>.

Minha pesquisa também reforça o argumento dos autores contemporâneos quanto à presença de escravizados e sua resistência. Em correspondência de 1º de maio de 1829 o juiz ordinário de Ourém, Aulerio Francisco de Carvalho, informava ao comandante militar da vila de Bragança, Francisco de Sequeira Monterroso e Mello da Silveira e Vasconcellos, a ocorrência de um “ataque” na vila de Ourém. De acordo com o juiz, por volta das dez horas da noite de 30 de abril, alguns “negros mocambistas” atacaram a vila de Ourém e tentaram “arrombar a porta do morador Manoel Gaspar” com o intuito de matar a sua esposa. Os motivos para tal tentativa de assassinato não são relatados na correspondência, apenas relatam que o casal foi socorrido por oito “praças do destacamento, com mais outros moradores” que

---

<sup>80</sup> ALMEIDA, 2018, pp. 88-90.

<sup>81</sup> GOMES, 1997, p. 69.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 104

<sup>83</sup> *Ibid.*, pp. 54-55.

ao chegaram no local, os negros já se refugiado nas matas. O que fica nítido no documento é o teor altivo dos escravizados em seu ataque. Eles faziam aos brancos um “dezaforo dos negros” que “já são muitos”. Entretanto também nos chama atenção no relato do juiz, seus apontamentos sobre as condições dos soldados que, apesar de terem mantimentos, já não tinham munição e dinheiro, o que poderia levar a “dezertar da villa antes, que aqui nos acabem porque os dezaforos dos negros já são muitos”<sup>84</sup>. Assim podem estar associadas à problemática da deserção em meio a dificuldade que muitas vezes se constituíam as chamadas “caçadas” aos amocambados.

Nessa “floresta de fugitivos”, como bem definiu Flávio Gomes ao estudar os quilombos na Amazônia, outro importante grupo social se inseria: os soldados desertores e acoitadores. Esses sujeitos “podiam ser tanto brancos e mestiços, como índios aldeados, forros e negros livres”. A finalidade do alistamento era menos militar, mas, sim, o controle sobre o trabalho dessa população livre, que deveria formar companhias e serem empregadas nos serviços reais. Diante de tantos mocambos e fugitivos negros e indígenas, esses soldados foram utilizados para persegui-los, com a justificativa de conhecerem a floresta tão bem quanto os indígenas<sup>85</sup>. Entretanto, ainda que atuassem na captura de escravizados fugitivos e na destruição dos mocambos, os soldados desertores possuem uma importância fundamental para a formação e manutenção desses mocambos. Diante de um recrutamento forçado, para garantir a segurança e ordem do território, que obrigava esses sujeitos a se separarem de suas famílias, a se submeterem a condições deploráveis dentro das tropas, os mocambos também representavam uma possibilidade de liberdade e autonomia, que levou às fugas e deserções constantes<sup>86</sup>.

Castro pôde localizar um importante documento que demonstra como agiam os mocambeiros e os desertores às vésperas da adesão do Pará à independência do Brasil. Neste documento se anunciava que em 19 de fevereiro de 1823, José Maria de Freitas Dantas, comandante da vila de Bragança e Antônio da Silva Guimarães, ex-dizimeiro da Ribeira de Turiaçu, endereçavam uma correspondência ao governo em que denunciavam a formação de “um terrível mocambo de escravos fugidos”<sup>87</sup> e de desertores da província do Pará e do Maranhão, localizado próximo do rio Turi-ma-hy, próximo do lugar de Redondo. As autoridades de Bragança e Turiaçu solicitavam providências da capital para mandarem tropas

---

<sup>84</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, 2006, p. 210.

<sup>85</sup> GOMES, 1997, pp. 105-106.

<sup>86</sup> ALMEIDA, 2018, pp. 98-99.

<sup>87</sup> APEP, Correspondência de diversos com o Governo, código 750, *apud* CASTRO, *op. cit.*, pp. 215-216.

e para formarem um destacamento para combater as ações dos amocambados na área limítrofe da província, em razão de “que as estradas se achão inundadas de dezertores, e prettos fugidos” e de estarem próximos de uma área repleta de minas de ouro nas imediações do rio Maracaçumé<sup>88</sup>. As autoridades também informavam que os mocambeiros estavam fortemente prevenidos “de armas offensivas, e defensivas”. Chama atenção nessa correspondência, a descrição feita por essas autoridades acerca do número de escravizados e dezertores na composição do referido mocambo:

constando, que em concurso ao mesmo mocambo estão estacionados mais de 50 escravos do Coronel José Theodoro Correia de Azevedo, da provincia do Maranham, e do Capitão Manoel do Nascimento de Almeida, 5, e de Manoel Antônio Cabral 10, e de João Baptista Calado 6, e da viuva D. Luiza Francisca de Moraes 6/ e até 1 que na cidade do Pará servio de carrasco e arrombou a cadeia desta villa quando nella foi prezo/e de Francisco Antônio de Salles, 3, além de outros, e outro grande numero de dezertores huma e outra provincia que para ali concorrem. Outro sim, que na fazenda de Marcos Luiz Francisco, homem bem conhecido pelo seu desleixo e ser este governado pelos seus escravos, o qual possui mais de 400 escravos, e são estes os auxiliaadores daqueles rebeldes escravos e dezertores facinorosos, igualmente entra a fazenda da viuva D. Anna Rosa, ora existente em Maranham e Miguel Joaquim Raiol, consta haverem alguns dos mesmos fugidos socorridos estes pelos escravos da mesma fazenda<sup>89</sup>.

Além da descrição dos escravizados e de seus proprietários, é interessante notar que as autoridades acusavam o proprietário Marcos Luiz Francisco de ser governado pelos seus mais de 400 escravos, os quais eram ajudantes dos amocambados. Essa era uma entre tantas redes de solidariedade que existiam no mundo da resistência à escravidão, onde a relação entre os variados sujeitos que ocupavam essas comunidades de refugiados se dava através da troca de conhecimento, de informações, de ajudas, além de negociações com os próprios agentes da escravidão.

Sueny de Souza também localizou o mesmo documento de Castro no APEP e o descreve sob as citações do idêntico trecho anteriormente citado. A autora, contudo, completa a análise deste caso explicando algumas providências tomadas:

... os denunciantes destacavam que o fato de escravos acobertarem amocambados não era uma realidade apenas na fazenda de Marcus Luiz Francisco, mas de várias outras propriedades da região, como a da viúva Anna Rosa e de Miguel Joaquim Raiol, ambos também do Maranhão. Pelo exposto, os denunciantes solicitavam o estabelecimento de um destacamento nessa região limítrofe entre as províncias, assim como um direcionado para atender as minas de Piracua e a passagem estabelecida em Redondo. A solicitação tinha a justificativa de que os mocambeiros ofereciam grande risco aos habitantes e “desgraças que o mesmo caso anuncia”<sup>90</sup>.

<sup>88</sup> APEP, Correspondência de diversos com o Governo, códice 750, *apud* CASTRO, 2006, p. 214-215.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 215-216.

<sup>90</sup> SOUZA, 2016, p. 58.

Souza ainda recupera por outro documento do APEP que desde 1797 tinham sido “instituídos dois destacamentos militares na zona de fronteira paraense, um entre o rio Piriá e o lugar de Turiaçu e outro entre o rio Piriá e a vila de Bragança”<sup>91</sup>. Mesmo assim, concluía a autora que “a existência de destacamentos não intimidou a ação dos que viviam nas matas”<sup>92</sup>.

Em estudo recente de Sueny Souza e Marinelma Meireles analisou-se documentos variados de que no lado maranhense da fronteira também houve um aumento significativo das fugas escravas e da formação de mocambos no momento das lutas pela independência. Escrevem as autoras que: “Evidentemente, os escravizados embora envoltos em querelas próprias do mundo branco, demandaram em causa própria e outro tipo de independência era buscada por eles”<sup>93</sup>.

Neste mesmo campo de análise, José Maia Bezerra Neto afirma que os mocambos no Pará não estavam isolados e contavam com uma diversidade de “teias de relações sociais capazes de favorecê-los em seu intento”<sup>94</sup>. Nesse sentido, em vista de alcançarem “melhores condições de vida e de maiores espaços de liberdade”, os amocambados chegavam a negociar sua força de trabalho com “novos senhores”, em troca de um “apoio fugatório”<sup>95</sup>. Essa prática, considerada criminosa, era conhecida como “acoutamento”, que foi praticada por pessoas de variadas condições sociais, “desde fazendeiros até escravos”. Contudo, a pena para os acoitadores variava a depender de sua condição social, a qual eram estabelecidos processos judiciais aos mais abastados, e aos mais pobres, livres e libertos restavam a prisão imediata<sup>96</sup>. Ainda sobre esse assunto, Bezerra Neto observa que ainda que o “acoutamento” fosse uma prática criminosa, a fuga do escravo não era. A não criminalização dessas fugas poderia nos revelar a “compreensão senhorial da mesma enquanto parte das relações sociais estabelecidas sob o regime da escravidão, essencialmente marcadas como relações diretas e pessoais entre senhores e escravos”<sup>97</sup>.

Por outro lado, é importante observar que esses acoitamentos também eram oriundos de uma relação mediada pelos desertores, pois tinham um papel fundamental na “aproximação

<sup>91</sup> APEP, Correspondência de diversos com o Governo, códice 345, *apud* SOUZA, 2016, p. 59.

<sup>92</sup> SOUZA, 2016, p. 59

<sup>93</sup> SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; MEIRELES, Marinelma Costa. Para além do Amazonas: as fronteiras entre o Pará, o Maranhão e o Piauí nas disputas da independência. In. RICCI, Magda; QUEIROZ, Michelle Barros de (orgs.) **A independência vista de dentro. Caminhos e jogos de escala entre o provincial e o local**. São Paulo: Editora Alameda, 2023, p. 66.

<sup>94</sup> BEZERRA NETO, José Maia. Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará - 1840/1860. **Topoi** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro-RJ, v. 02, 2001, p. 94.

<sup>95</sup> *Ibid.*, p. 95.

<sup>96</sup> *Ibid.*, p. 96.

<sup>97</sup> *Ibid.*, p. 97.

e manutenção de contatos entre os mocambeiros e os moradores das vilas”, que resultavam em uma constituição de mais relações sociais, que se davam principalmente em torno das trocas comerciais<sup>98</sup>. Sobre isso, podemos ver um exemplo dessas relações entre desertores e moradores em uma correspondência de 11 de outubro de 1828, do major e comandante militar de Turiaçu, Francisco de Siqueira Monterroso e Mello da Silveira, ao presidente da província, o Barão de Bagé. No documento, o comandante informava que havia solicitado ao juiz João Picanço, da Câmara da vila de Ourém, que fosse construído um destacamento na vila para impedir “de huma vez a passagem dos vagabundos, desertores, homens, bravos e escravos fugidos” que quisessem partir dessa localidade para o Turiaçu. O comandante também destacava que:

Foi melhor informado que os habitantes negociavam com os Dezertores, que de muito lhes hião vender informado Roças de matto e peixe, pois destes se apresentarão voluntariamente em Bragança e confessarão a mim mesmo que hera verdade andarem os desertores de noite pela mesma Villa e negociarem com os seus habitantes<sup>99</sup>.

O documento nos leva a entender que as trocas comerciais entre amocambados e os moradores da vila de Ourém era bastante comum, a tal ponto em que o comandante de Turiaçu relata que “foi mesmo necessario, que os habitantes de Ourem se amedretassem com o terror pânico”<sup>100</sup> para que esse comércio/acoitamento cessassem.

Para Flávio Gomes, o problema do comércio clandestino na Amazônia era crônico e insolúvel, isso se devia, sobretudo, pela sua geografia local, com seus rios e planícies que propiciavam essas relações mercantis. Além disso, Gomes também explicita que o controle sobre as fugas, a destruição dos mocambos, mais o controle das deserções militares, impedir saques e agitações significava o controle desse comércio clandestino. Apesar dos esforços, o controle era muito difícil. Nessa rede mercantil, os amocambados trocavam seus produtos agrícolas por pólvora, armas de fogo e cachaça<sup>101</sup>.

Castro localizou um documento em que podemos perceber isso em uma correspondência de Francisco de Sequeira Monterroso, a qual o comandante militar faz uma relação das ferramentas e dos gêneros encontrados no quilombo de Maracaçumé. Na relação constavam 7 machados, 6 foices, 4 canos de armas lazarinas, 1 cano de bacamarte, 1 arma

---

<sup>98</sup> ALMEIDA, 2018, p. 99.

<sup>99</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, 2006, p. 224.

<sup>100</sup> *Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>101</sup> GOMES, 1997, pp. 108-109.

lazarina em bom estado, 1 clavina em bom estado, 1 enxó, 2 lanças, 1 ferro de cova, 7 caldeirões de ferro, 221 molhos de tabaco, 73 alqueires de arroz e 2 novelos de fio<sup>102</sup>.

Essas trocas comerciais dos produtos das roças dos mocambos por armamentos era uma forma de garantir a proteção da comunidade dos ataques das tropas militares que os caçavam cotidianamente. Assim, além de uma estrutura agrícola e de teias sociais, a estrutura física de muitos desses mocambos eram constituídas para garantir a defesa e segurança da comunidade.

Castro recupera esse mesmo meio de ação em uma correspondência de 6 de junho de 1829, de Joaquim Inocencio de S. Thiago, tenente e comandante militar de uma expedição de caçada aos mocambos em Ourém, endereçada a Francisco de Sequeira Monterroso e Mello da Silveira, comandante de Bragança, informava a descrição de um mocambo destruído com a ajuda de dois capitães-do-mato. No relato, o comandante da expedição afirma que na madrugada do dia 28 de maio, havia mandado marchar sua tropa composta por dois oficiais inferiores, quatro cabos de esquadra, cinquenta e seis praças de 1ª e 2ª linha e dois capitães do mato em direção ao mocambo que existia em Ourém. Uma das primeiras medidas foi mandar seus dois capitães do mato para que “fossem fazer as necessarias exploraçoens ao mocambo para me informar com individuação da sua situação, para lhe fazer o cerco”. Nessa exploração, os capitães do mato identificaram a existência de “grande mattos serrados” e de “muitos fojos”<sup>103</sup> ao redor do mocambo, e que só poderiam atacá-lo pela frente. Na madrugada do dia seguinte, o comandante ordenou a tropa para seguir ao mocambo e iniciavam um conflito que resultou na morte de dois soldados de sua tropa e de dois amocambados que estavam “armados fazendo fogo”, além da fuga de alguns pretos feridos que se embrenharam nas matas, e na prisão de “três preto e oito pretas”<sup>104</sup>. Em uma outra correspondência acerca da mesma expedição, o comandante de Bragança informava ao Barão de Bagé que esses amocambados portavam “clavinas, arcos e flechas”<sup>105</sup>, o que indicava a aproximação com indígenas. Informava o comandante da expedição que no dia 30 mandava incendiar o mocambo e no dia 31 havia saído em direção a caçada aos amocambados que haviam fugido durante o confronto. Nessa procura encontrou “um preto morto”, além de seis lugares que possivelmente haviam sido mocambos. Além disso, o comandante da expedição destacava

<sup>102</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, 2006, p. 226.

<sup>103</sup> Fojo é um tipo de armadilha utilizada para caça de animais silvestres, no caso dos mocambos um mecanismo de proteção e defesa do território. Essas armadilhas consistiam em buracos profundos, disfarçados com ramos e galhos.

<sup>104</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, *op. cit.*, p. 212.

<sup>105</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, *op. cit.*, p. 211.

que os habitantes de Ourém informavam sobre a existência de outros mocambos nas redondezas da vila:

que havia mais de hum mocambo, estes com grandes numeros de pretos, quando não existia mais do que hum, que constava de quinze ranchos, e huma pequena caza a imitação de capela, onde se achou huma rica coroa de prata do Espirito Santo, que tenho a honrra apresentar a V. S. do que respeita a armamento, e baris de polvora, que informarão a V.<sup>a</sup> S<sup>a</sup> existia no mocambo, tudo foi falço pois apenas se achavao tres armas, com as quaes fogo as escoltas carregadas com planqueta e xumbo, três machados, duas foices, duas enxadas, e algumas redes, em que dormião, que tudo distribui, por algumas praças que mais pedirão<sup>106</sup>.

Esse caso é uma amostra de que nessa região de Ourém a Bragança, para além das trocas comerciais e dos laços de solidariedades construído entre mocambos e moradores dessas localidades, há de se considerar também que esses laços eram também construídos em função da segurança<sup>107</sup>. Nesse caso, as tropas de Bragança saíram em direção a Ourém e com ajuda dos moradores dessa última, conseguiram alcançar os inúmeros mocambos que ali existiam. Ao mesmo tempo, fica perceptível a habilidade dos amocambados tinham em se defender, manuseando variados tipos de armas de fogo ou mesmo arcos e flechas.

Também é válido destacar uma característica fortíssima desses mocambos que é a sua capilaridade para se recompor no embrenhamento das matas fechadas e rios cheios de furos e igarapés do bioma amazônico, que em parte desta região fronteira com o Maranhão vivia sobre a influência do regime de marés diárias e em rios mais afastados do império do Atlântico, se regia por temporadas de chuvas e de estio. A capacidade de se reconstruir diante de sua destruição era notória a ponto deles se multiplicarem, reconfigurando-se e renascendo em outras comunidades espalhadas pelas matas e rios. Essa movimentação foi registrada em muitos documentos como “hidra” em alusão à Hidra de Lerna da mitologia grega, um monstro de muitas cabeças que ao se cortar uma nasciam mais duas cabeças no lugar. Baseado nessa comparação dos agentes do Estado que Flávio Gomes chamou o fenômeno dos mocambos amazônicos de Hidra dos pântanos.

Em linhas gerais, o fenômeno endêmico dos quilombos no Brasil representou a forma de resistência mais persistente contra o regime escravocrata, pois representava o sonho de liberdade da população negra escravizada que lutaram com todas as suas forças em um mundo que “transitava entre o sonho da liberdade e o cotidiano da luta dentro da escravidão”<sup>108</sup>. Ao

<sup>106</sup> APEP, Correspondência de diversos com o governo, código 849 *apud* CASTRO, 2006, p. 212.

<sup>107</sup> ALMEIDA, 2018, p. 56.

<sup>108</sup> RICCI, Magda. Resenha: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 292.

longo dos caminhos entre Pará e Maranhão, a luta desses amocambados foi forte e duradora. Como Flávio Gomes pontuou, “o raio de ação dos quilombolas – tanto fugidos do Maranhão como do Pará – aumentava, indo de Bragança, Ourém, Viseu, até a vila de Turiaçu, atravessando o rio Gurupi.”<sup>109</sup> Como vimos anteriormente, nessas redondezas, eram abundantes as denúncias de fugas e de mocambos no final da década de 1820. Ao analisar as ocorrências de fugas e de formação de mocambos, Flávio Gomes constatou que:

Esta extensa área estava exposta não só aos quilombolas e fugitivos, mas também a criminalidade de um modo geral. Entre os anos de 1829 ao início de 1832 as “escoltas” de Bragança e Turiaçu capturaram quase 200 pessoas, sendo 64 desertores, 42 escravos fugidos, 24 facinorosos e criminosos, 37 paisanos, entre os quais alguns acusados de traficantes<sup>110</sup>.

Além disso, é importante perceber que a problemática da formação de mocambos se agravava entre as décadas de 1820 e 1830 devido ao cenário de instabilidade política que pairava no Grão-Pará e no Maranhão, desde os anos que se seguiram após a Independência do Brasil, com os inúmeros movimentos sociais que ocorreram nos quatro cantos da província no novo Império e que contaram com a ampla participação desses sujeitos, até a Cabanagem no Pará e a Balaiada no Maranhão, onde houve uma grande explosão de lutas desses povos. “No Pará os ingredientes tinham o tempero das circulações das idéias a respeito de revoluções européias, emancipação e revoltas escravas em outras colônias”, como destacou Flávio Gomes<sup>111</sup>.

A década de 1820 no Grão-Pará foi marcada por uma série de movimentos sociais após a Independência. Na região que estudamos, destacamos a Revolta de 26 de agosto de 1824, em Turiaçu. Esse conflito foi marcado por uma ampla participação de sujeitos e que alcançou as demais vilas e povoados do meio do caminho entre Pará e Maranhão. Durante a revolta, o Turiaçu foi ocupado por aproximadamente cento e cinquenta soldados, em grande maioria era desertor da província maranhense, liderados pelo capitão reformado Manoel de Nascimento de Almeida e dos capitães do mato José Florêncio, André Miguel e João Cândido Pedreiro, que comandavam uma tropa de dezenas de negros escravizados fugidos e amocambados. Esses sujeitos reivindicavam a imediata deposição do comandante José Gonçalves de Azevedo, por ser associado ao partido português e por cometer atrocidades contra os brasileiros. Para Shirley Nogueira, o interesse dos indígenas em matar o comandante revelava o desejo de vingança contra os recrutamentos para as tropas de caçadores e de

<sup>109</sup> GOMES, 1997, p. 203.

<sup>110</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p. 205.

pedestres, que provocavam o envio desses sujeitos para lugares distantes de suas famílias. Já para os escravizados, Nogueira acredita que esses sujeitos buscavam vingança contra “seus senhores e feitores”, ou mesmo conseguir alforria e melhores condições de trabalho, de modo que os militares lutavam pelo fim dos recrutamentos e castigos indevidos, além da eliminação de estrangeiros do Exército<sup>112</sup>.

Diante disso, esses sujeitos exigiam a nomeação de um comandante brasileiro, capitão Manoel do Nascimento de Almeida, caso contrário, ameaçavam de assassinar as autoridades<sup>113</sup>. Segundo Adilson Brito, as tropas de negros comandadas pelos capitães do mato maranhenses passaram a cooptar outros negros e indígenas da região, “incentivando-os a abandonar os trabalhos nas fazendas dos portugueses e a se juntarem às tropas rebeldes”<sup>114</sup>. Quando esses sujeitos tomaram o Turiaçu, a maioria de seus moradores brancos saíram de suas casas e abandonaram o Turiaçu e se direcionaram a Bragança, “pois havia rumores de que estes pretendiam matar europeus e brasileiros brancos que estivessem com eles”<sup>115</sup>.

Um movimento social significativo ocorreu dois anos após a Independência do Brasil, e um ano após a adesão do Pará à Independência, e teve grande alcance nas vilas e freguesias da região do salgado paraense. Após tomarem a sede da administração política e militar da região, a vila Bragança, em 21 de setembro, os insurgentes se direcionaram para a vila de Ourém, além dos lugares de Viseu, Gurupi e Piriá. A revolta de 1824 possui relações com os ideais de liberdade defendidos e propagados por pernambucanos e cearenses que mantinham relações com a Confederação do Equador, como defendeu Adilson Brito<sup>116</sup>. A identificação de indígenas e negros dessa região com esses ideais, traduziu-se na radicalidade de suas ações que resultaram num “elevado número de mortes da população branca”<sup>117</sup>. Em suma, essa revolta ajudou a disseminar os ideais republicanos que estavam fortemente presentes no Grão-Pará durante o pós-Independência<sup>118</sup>, os quais tiveram uma interpretação própria para cada

<sup>112</sup> NOGUEIRA, Shirley Maria. **A “Soldadesca desenfreada”: politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2009, p. 222.

<sup>113</sup> BRITO, Adilson Ishihara. **“Viva a Liberté! Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 288.

<sup>114</sup> *Ibid.*, p. 289.

<sup>115</sup> SOUZA, 2016, p. 222.

<sup>116</sup> BRITO, *op. cit.*, p. 294.

<sup>117</sup> *Ibid.*, *loc. cit.*

<sup>118</sup> Dentre os principais eventos ocorridos durante o processo de Independência em outros cantos do Pará podemos mencionar a revolta de Muaná (abril de 1823), o massacre do Brigue Palhaço em Belém (outubro de 1823), além de movimentos que ocorrem em Cametá, Baião, Oeiras, Portel, Marajó em outubro de 1823. Sobre esses assuntos, *cf.* MORAES, Cleodir. Os “malvados” de Muaná e outras “independência” no Grão-Pará. In: Magda Ricci; Michelle Barros de Queiroz. (Org.). **A independência vista de dentro: caminhos e jogos de**

grupo social envolvido na luta que se manifestou na expectativa de derrota dos portugueses na região.

Para Letícia Barriga que estuda o mesmo período para a região do médio rio Amazonas, do processo de Independência até a década de 1830, as camadas populares “se apropriam do pensamento revolucionário vigente, de liberdade e autonomia” adaptando às suas demandas e construindo suas liberdades<sup>119</sup>.

O antilusitanismo que se germinou durante os anos 1820 deu o tom de muitas revoltas populares ocorridas no Grão-Pará na década de 1830. Dentro desse cenário, Sueny de Souza analisa que em 1833, houve a ocorrência de uma revolta que pedia a expulsão de portugueses em Bragança, em virtude da deposição de autoridades liberais e da nomeação de governantes ligados aos portugueses, pela Regência. Tudo começa em dezembro de 1832 quando um conflito se desenrolou em Belém em consequência da nomeação de José Mariani para a presidência da província do Pará e o Tenente Coronel Ignácio Corrêa de Vasconcelos para o comando das armas. De um lado, os portugueses do Pará, que eram adversários do atual presidente e liberal José Joaquim Machado de Oliveira e que se animaram com a possibilidade de apoio das autoridades que ainda não haviam chegado a Belém. De outro os partidários de Machado de Oliveira, entre eles havia aliados do cônego Batista Campos, que enfrentavam um dilema sobre a reação diante de tal nomeação: lutar contra a autoridade ligada aos portugueses ou acatar a nomeação da regência, sendo essa última opção a escolhida, obrigando o então presidente a acalmar os ânimos de seus partidários. Diante disso, a chegada da embarcação que trazia o novo presidente e o novo comandante das armas do Pará, em abril de 1833, foi marcada por um clima tenso gerado pelos seus partidários que proferiram ofensas aos brasileiros, ocasionando um conflito em que gerou um saldo de 95 vítimas, entre mortos e feridos. Em razão disso, em junho de 1833, o Juiz de Paz da vila de Bragança, Joaquim Innocencio de Santiago, comunicava a Machado de Oliveira, que os conflitos ocorridos em Belém haviam exaltado os ânimos dos habitantes de Bragança que, liderados pelo capitão José Francisco da Cunha, formalizaram ao juiz de paz um pedido de expulsão dos portugueses da vila. Diante de muitas contendas entre os requisitantes da expulsão e o juiz de paz, a decisão foi pela permanência dos portugueses na vila, apesar de o receio de uma reviravolta ainda tomava de conta do juiz de paz.<sup>120</sup>

---

**escala entre o provincial e o local.** 1ed.São Paulo: Alameda, 2023, v. 1, p. 153-203; RAIOL (1970); BARRIGA (2014); BARRIGA (2023); HARRIS (2019).

<sup>119</sup> BARRIGA, 2014, p. 64.

<sup>120</sup> SOUZA, 2016, pp. 108-109.

Assim, podemos perceber que a bandeira de luta contra os portugueses esteve presente nas revoltas de Turiaçu, em 1824, assim como em Bragança, em 1833, mas é na Cabanagem que essas lutas ganham maior notoriedade e se revelam fortemente no argumento dos cabanos por todo o Grão-Pará. Nas vilas e povoados onde estiveram os comandados de Agostinho Moreira essa bandeira foi amplamente utilizada, como veremos no segundo capítulo. No mais, é importante refletir que esses acontecimentos geraram uma significativa preocupação nas autoridades do Pará e do Maranhão sobre a incidência de novos conflitos. Por sua vez, as autoridades das duas províncias agiram conjuntamente para controlar a segurança nessa região, e impedir a “proliferação dos ideais revolucionários e dos movimentos entre as duas províncias”, como pontua Sueny de Souza, porém nem sempre conseguiam fazê-lo nos tumultuados anos de 1820-30<sup>121</sup>.

Diante da discussão feita até aqui, é importante ressaltar que a luta dos diferentes sujeitos que ocupam esse “meio do caminho” nos é interessante para ajudar a entender uma região marcada por uma circularidade de relações responsáveis pela manutenção do comércio local, da comunicação com outras localidades e dos laços de solidariedade. Os sujeitos que lutaram na Cabanagem no rio Capim e Guamá, nas adjacências de Bragança e no caminho para o Maranhão no Turiaçu possuíam experiências históricas baseadas em suas próprias e particulares experiências sociais e culturais. No entanto, muitos dos ideais mais amplos desses diferentes povos dialogavam diretamente com as bandeiras da guerra cabana, ainda que possuam focos particulares. As experiências vivenciadas pelos indígenas, negros, mestiços e brancos pobres, com as fugas, as deserções, as formações de mocambos, e a união desses sujeitos através dos laços de solidariedade, que já são perceptíveis no contexto das revoltas no pós-independência, foram fundamentais na guerra cabana. Sobre isso, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro observa que as fugas e das formações de mocambos chegam a “níveis alarmantes” na década de 1830, concomitante à participação desses sujeitos nas lutas políticas dessa década. Para Pinheiro, esses sujeitos aproveitaram o estado de insurgência que tomava de conta da província para fragilizar a hegemonia senhorial “organizando-se inúmeros saques e pilhagens às fazendas, em incursões que visavam também a libertação da escravaria e, muitas vezes, a punição de seus antigos algozes, senhores e capatazes”<sup>122</sup>.

---

<sup>121</sup> *Ibid.* pp. 20-21.

<sup>122</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Do Mocambeiro a Cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. **Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos**, Brasília, v.1, nº 1, 1999, p. 170.

No rio Capim, por exemplo, localizava-se o mocambo de Caxiú, um dos maiores mocambos do Pará, “cujos negros, comandados pelo preto Félix, aderiram na sua totalidade à Cabanagem”, conforme pontua Salles<sup>123</sup>. O quilombo contava com cerca de 400 negros comandados pelo preto Félix, que era considerado “um dos mais fiéis seguidores de Angelim” o qual acompanhou até a sua prisão. Depois disso, juntamente de um outro líder, chamado Manoel Maria, comandaram aproximadamente cem homens. Esse quilombo cabano na região foi combatido a ordens do presidente da província anti cabano o comandante José Soares d’Andréa, em duas expedições, as quais os escravizados foram capturados e entregue aos seus proprietários, como também cita Salles<sup>124</sup>.

Sendo assim, a figura de liderança de Agostinho Moreira dentro da guerra cabana, não pode ser dissociada de todo este universo de experiências múltiplas e complexas. De um lado, ele atuava num intricado de rios e estradas que era importante ao comércio colonial e imperial entre capitanias e/ou províncias do Brasil. É necessário esclarecer que, de longa data, houve várias investidas coloniais lusitanas e Imperiais, investidas estas marcadas economicamente pela tentativa de fixação de moradores, escravaria e pelo deslocamento de povos indígenas. Houve ainda febres migratórias mineradoras do ouro no caminho de Goiás, mas, comumente, no início do século XIX, buscou-se fixar localmente os moradores e comerciantes por meio da agricultura e da pecuária. De outro lado, estas tentativas de sedentarizar, normatizar e organizar uma população mais fixa e supostamente mais apaziguada na região fronteira entre o Pará e o Maranhão parece ter se tornado frágil e quimérica nos anos de 1820-30, quando surgem movimentos de fuga e enfrentamentos que nos possibilitam refletir sobre como escravizados, desertores e povos indígenas puderam se somar no caldo revolucionário cabano ou, antes dele, nas buscas de liberdades e maiores autonomia e cidadania entre 1824 e 1834. É neste universo de possibilidades sociais, políticas, étnicas e culturais que devemos entender o local onde pode florescer uma liderança cabana como Moreira e é isso que veremos no próximo capítulo.

---

<sup>123</sup> SALLES 1971, p. 212.

<sup>124</sup> *Ibid.*, p. 231.

## **CAPÍTULO 2: ENTRE O CAPIM E O GUAMÁ: AS TRAJETÓRIAS DE AGOSTINHO DE SOUZA MOREIRA E SUAS RELAÇÕES DE PODER**

Com pouco ou nada pude levantar sobre a infância ou a formação de Agostinho de Souza Moreira, este capítulo tem como objetivo fazer uma análise de sua vida já adulta e que envolve seu trabalho como membro da Guarda Nacional bem como suas investidas no mundo político. Esta trajetória cobre o período durante fins dos anos 1820 e início dos anos 1830. Nesse intervalo de tempo, Moreira viveu entre os rios Guamá e Capim. A partir das fontes pesquisadas e da bibliografia disponível, foi possível contextualizar melhor o lugar denominado de Moreira. Isso durante a implementação de mudanças administrativas dentro do sistema político imperial no interior da Amazônia. Este trabalho foi necessário para que fosse possível observar as variadas tentativas de inserção de Moreira no poder local. Isso tudo possibilitou que esse sujeito acumulasse experiências administrativas, políticas e militares que foram de fundamental importância na organização de seu posterior comando cabano.

Nesse sentido, começo com a descrição das disputas políticas e sociais travadas por Agostinho Moreira nas vilas e lugares do Rio Guamá e Capim, nos anos de 1828 a 1833. São lutas que o associam a tentativas de fiscalização eleitoral, até uma disputa por vaga na Câmara de vereança. Já o segundo tópico analisa a trajetória militar de Agostinho Moreira durante o tempo que se engajou na Guarda Nacional, em 1833, até a sua deserção e inserção na construção do movimento cabano nos lugares onde atuava em 1834-35.

O que significava esta vida de guarda nacional e como ela se relacionava com as atividades de fiscal e de vereador da Câmara de vilas interioranas no Pará? Por que estas atividades eram importantes neste momento dos anos de 1820-1830 no Brasil e no Pará? O que qualificava ou não alguém como Agostinho Moreira para exercer todas estas funções? Como ele se manteve ou não nestas funções e o que isto significou para sua aprendizagem de liderança entre os diferentes povos e gentes da região em que atuava (rios Guajará, Guamá e Capim?). Todas estas perguntas são relevantes e um pouco delas irei tratar a seguir.

## 2.1. Agostinho Moreira e a disputa por espaços no poder local

Embora os povos do novo Império do Brasil, e em especial os expropriados e os escravizados, ainda não estivessem identificados como “brasileiros” e nem ao menos legalmente fossem percebidos como cidadãos constitucionalmente, os anos de 1820 e 1830 foram de intensas disputas patrióticas e de lutas pelas leituras das novas normativas legais que estavam sendo regulamentadas e implantadas. Resumidamente são três as leis mais significativas citadas nas lutas cabanas, sendo as duas primeiras normas coligadas, a saber: a Constituição de 1824 e a lei de 1º de outubro de 1828 que regulamentava o funcionamento das Câmaras Municipais, “Câmaras de vereanças”, organizando inclusive a forma e funcionamento eleitoral. A terceira norma relevante foi o Código Criminal do Império aprovado em 16 de dezembro de 1830 que regulava o funcionamento da justiça e os crimes e penas.

A Constituição Imperial de 1824 normatizava o voto censitário, determinando uma renda líquida anual para quem podia ser somente votante e, também, para quem seria rico o suficiente para se tornar eleitor. Para votante em primeira instância (aquela local e hoje tida por municipal) a renda era de 100 réis e o dobro, (200 réis) era o valor para se tornar eleitor. A Carta Magna, todavia, não estabeleceu a organização das eleições de vereadores e juízes de paz. Isso só foi detalhado pela Lei complementar de 1º de outubro de 1828. Antes desta regulamentação, as eleições nos senados de Câmara seguiam os regimentos das Ordenações lusitanas. Para as Cortes de Lisboa, por exemplo, só podiam ser candidatos homens maiores de 20 anos, casados (se solteiro, só votavam aqueles administradores de sua própria subsistência). Ainda se exigia ao menos um ano de residência na freguesia eleitoral. Estavam também impedidos de votar os assalariados, os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. Valiam eleições indiretas, com votos dos chamados “homens bons” de cada vila ou cidade. Assim somente votavam os que tinham títulos de nobreza da terra, funcionários públicos e militares com patente, além de abastados proprietários e altos comerciantes. Neste sentido, o voto censitário e seu valor moderadamente reduzido para a primeira instância, instituído depois de 1824, ampliou a participação popular neste primeiro pleito. No entanto, o sistema eleitoral era indireto e somente os eleitos na primeira instância podiam votar para a lista de senadores, para os deputados da Assembleia Imperial e conselheiros provinciais. Deve-se notar que, para ser elegível aos cargos de 2ª instância, a

renda subia. Por fim, a Constituição era restritiva para participação aos cidadãos sempre vinculados aos homens livres (os libertos eram excluídos) e à idade de 25 anos, que podia diminuir para 21 em alguns casos.<sup>125</sup>

Embora de criação liberal, o Código Criminal do Império do Brasil (CCIB) ainda estava longe de igualar os que seriam punidos no Império. Ele classificava os crimes em três tipologias: públicos, particulares e policiais e estabelecia diferenças entre os que eram livres e escravizados dentro das três tipologias criminais. Para Luciano Rocha Pinto, o primeiro tipo de crime era voltado para “questões administrativas, políticas, com a existência do Império e os direitos políticos dos cidadãos”. O segundo, era dirigido à casos que atentavam “à segurança pessoal e à propriedade”. E o último referia-se “às desordens sociais, morais, bons costumes e abusos da Imprensa”. De acordo com o artigo 65 do CCIB, citado por Rocha Pinto, “as penas impostas não prescreviam em tempo algum”. Entretanto, o autor menciona que o artigo 66 dispõe sobre a possibilidade de o condenado “recorrer à clemência do Poder Moderador, um resquício do poder soberano no Código Imperial”<sup>126</sup>. As penas previstas no Código pouco ou nada destoavam daquelas consideradas desumanas do Antigo Regime: morte, galés, açoite (para os escravos) prisão com trabalho, prisão simples, banimento, degredo, desterro, multas, perda e suspensão do emprego. O privilégio do perdão real é mantido. As piores penas eram atribuídas aos escravos, enquanto os funcionários públicos recebiam normalmente penas leves, quase sempre multas. As mutilações foram suprimidas, com exceção do açoite. Os suplícios também deixaram de existir, mas há sobrevivências no desfile dos condenados à forca, nas gargantilhas dos escravos ou nas correntes das galés. A maior parte das penas era de prisão com trabalho.<sup>127</sup>

No meio destas normas havia ainda espaço para debates sobre o papel dos novos juízes de paz nascidos para operacionalizar a regulamentação do funcionamento das Câmaras em 1828<sup>128</sup> e também da nova Guarda Nacional, com caráter civil e comandada não por militares,

<sup>125</sup> Para compreender este tema, cf. FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro**. Secretaria de Documentação e Informação do Tribunal Superior Eleitoral, 2005; SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889)**. Brasília: Senado Federal, 1979.

<sup>126</sup> PINTO, Luciano Rocha. Sobre a arte de punir no código criminal imperial. **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO**, v. 19, 2010, p.7.

<sup>127</sup> Ibid., pp.7-8.

<sup>128</sup> Pela Constituição de 1824, quem presidia a mesa eleitoral eram os Juízes de fora ou, em sua ausência, os juízes ordinários, mas após a lei de 1828 a presidência coube ao novo cargo de Juiz de Paz, que eram eleitos de forma direta na primeira instância (SOUZA, 1979, p. 187-200). Pelo artigo 5º da lei de 1828, este novo juiz preparava “a lista geral de todas as pessoas da mesma paróquia, que têm direito de votar, tendo para esse fim recebido as listas parciais dos outros Juízes de Paz, que houver nos diferentes distritos, em que a sua paróquia estiver dividida” BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**, Artigo 5º.

mas pelos novos juizes de paz<sup>129</sup>. Estas Guardas foram criadas ou reorganizadas depois da abdicação de D. Pedro I, para fortalecer as ideias liberais e ampliar a participação no ambiente eleitoral. Este novo mundo legal provocou uma série de mudanças e tensões em todo o território Imperial. No Grão-Pará não era diferente, a província amazônica foi a última a aderir a Independência do Brasil, o que só ocorreu em agosto de 1823, e enfrentou uma série de dificuldades para estabelecer as mudanças regimentais do Império. Tudo isso ocorria enquanto movimentos populares tomavam conta da Capital e do interior, desde a década de 1820, mais precisamente após o processo de Independência, e se intensificando com a Cabanagem a partir de 1835<sup>130</sup>. Diante dessa vastidão territorial e suas particularidades regionais, a comunicação era difícil e tornava lenta a implementação e o acompanhamento das novas leis. João de Palma Muniz já enunciava no Pará essa lentidão em seu estudo de 1925:

A reorganização do Brasil, depois de proclamada a independência e diminuídas as comoções advindas com a mudança do regímen político e embate de paixões partidárias, iniciou-se a existência administrativa da nossa pátria com uma certa lentidão, ocasionada principalmente pela sua grande extensão territorial, dificuldades nas comunicações internas e mesmo desconhecimento notável do país, por parte dos homens do governo<sup>131</sup>.

Assim, as mudanças constitucionais e complementares encontravam resistências explícitas ou implícitas. Nesse sentido, por exemplo, a Constituição de 1824 já previa mudanças no âmbito administrativo das vilas e cidades, como a criação do cargo de Juiz de Paz (1827)<sup>132</sup> e depois este cargo foi normatizado com a lei das Câmaras Municipais (1828)<sup>133</sup>. Todavia, o acompanhamento desse novo sistema normativo foi lento e teve interpretações próprias em cada região ou província. Um exemplo disso está presente na documentação da

---

<sup>129</sup> Pela lei de 18 de agosto de 1831, que regulava o funcionamento da nova Regência, criava-se as Guardas Nacionais. Ditava o primeiro artigo desta lei: “As guardas nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas” Já o artigo sexto da mesma lei rezava que “As guardas nacionais estarão subordinadas aos juizes de paz, aos juizes criminais, aos presidentes das províncias e ao ministro da Justiça”. BRASIL. **Lei de 18 de agosto de 1831**. Para um estudo sobre a Guarda Nacional no Pará, cf. NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831-1840)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 158, 2005.

<sup>130</sup> Dentre os movimentos sociais, ocorridos entre 1823 e 1835, no Grão-Pará, podemos destacar a Revolta de Muaná, em abril de 1823; o massacre do Brigue Palhaço, em outubro de 1823, ocorrido em Belém; a Revolta de Turiaçu, em 1824; os conflitos em Bragança, em 1833, entre outros. Sobre o Turiaçu e a região de fronteira com Pará e Maranhão, cf. SOUZA, 2016.

<sup>131</sup> MUNIZ, 1925, pp. 144-145.

<sup>132</sup> A lei de 15 de outubro de 1827 criava o cargo de Juiz de Paz e suplente. BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**.

<sup>133</sup> A lei de 1º de outubro de 1828 criava um regimento para as Câmaras Municipais, onde modificavam-se algumas de suas atribuições, de seu processo eleitoral e dos juizes de paz. BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**.

Câmara Municipal de Ourém (1826-1839)<sup>134</sup>, do Arquivo Palma Muniz, localizado no *Instituto Histórico e Geográfico do Pará* (IHGP). Nos documentos pode-se observar que, até o início dos anos 1830, os termos de vereações iniciavam a sua escrita mencionando a sua antiga nomenclatura, o Senado da Câmara, o qual já havia sido modificado pela lei de 1828. Além disso, observou-se a permanência de alguns cargos presentes no antigo Senado da Câmara, que se conservavam vivos na prática apesar das mudanças. É o caso do cargo de Juiz Ordinário<sup>135</sup>, que apesar de ter suas funções atribuídas ao Juiz de Paz<sup>136</sup>, continuavam sendo nomeados em Ourém.

É nessa conjuntura marcada por reformas, que Agostinho de Souza Moreira, um autodeclarado morador do rio Guamá, tentou galgar um lugar no poder local. Nos seus deslocamentos, entre as vilas e povoados do rio Guamá e Capim, o lavrador disputou várias eleições. Em 1829, quando as vilas do Grão-Pará tinham feito eleições para seus primeiros Juizes de Paz, assim como os fiscais e os suplentes de ambos os cargos, Agostinho Moreira, havia se tornado suplente de fiscal da Câmara Municipal de Belém, pela freguesia de São Domingos do Rio Guamá<sup>137</sup>. Mas, de fato, qual era a atribuição deste cargo?

A lei de 1º de outubro de 1828, declarava as Câmaras como instâncias administrativas. Elas assim não mais exerciam funções judiciais, como os antigos Senados de Câmara coloniais. As novas Câmaras tornaram-se organizadoras e administradoras da vida local, mas sua autonomia era limitada, pois estavam subordinadas, pelo artigo 46 da lei de 1828, a prestarem contas anuais ao *Conselho Geral Provincial*, sendo esta obrigação novamente reforçada pelo decreto de 31 de outubro de 1831. Estavam organizadas em secretaria, procuradoria e fiscais, e ainda existia um porteiro para regular entrada e saída do local, bem como fazer convocações e ler editais públicos em praça pública. Ao cargo de secretário cabia a escrituração do expediente, emissão de certidões e guarda dos livros e outros documentos desta instância legal. Recebia salário e mais emolumentos ou gratificações pelas emissões feitas<sup>138</sup>. Já os procuradores das Câmaras tratavam de promover as arrecadações e de aplicá-las na localidade. Também prestava conta de ambas as funções. Pela norma legal isso era feito

<sup>134</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM. Livro de Termos de Vereação, 1826-1839.

<sup>135</sup> Sobre a função deste cargo, cf. SALGADO, Graça (Cord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

<sup>136</sup> Sobre a instituição Juiz de Paz, cf. MOTTA, Kátia Sausen da. **Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)**. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013; VELLASCO, Ivan de Andrade. **O juiz de paz e o código do processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX**. *Justiça & História*, Rio Grande do Sul, v. 3, n.6, p. 65-96, 2003.

<sup>137</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 884, doc. 86.

<sup>138</sup> BRASIL, **Lei de 1º de Outubro de 1828**, artigo 79.

trimestralmente, no início das sessões da Câmara. Era ainda o procurador, o responsável pela defesa das Câmaras na justiça ordinária e por solicitar aos Juizes e Paz a observância das Posturas Municipais e a imposição de multas aos contraventores. Recebiam por seu trabalho 6% do que arrecadavam, mas isso tinha um teto. Por fim cabia aos fiscais das Câmaras e seus suplentes observar se as posturas municipais eram bem observadas, advertindo aqueles que não as estivessem obedecendo. Podiam apelar aos procuradores, no intuito de fazer executar as ordens da Câmara e dos juizes de paz. Era igualmente função dos fiscais relatar a cada reunião o estado da sua administração, assim como outros assuntos julgados relevantes. Para a execução de suas funções, contava com o apoio do Porteiro e do Secretário. Se negligentes em suas funções, podiam ser penalizados, com multas que variavam entre 10 a 30 mil réis. Por seu trabalho, recebiam uma gratificação paga pela Câmara e tinham o cargo por quatro anos improrrogáveis<sup>139</sup>.

Por este pequeno mapeamento legal, o cargo de suplente de fiscal ao qual concorreu Agostinho Moreira em 1829 era importante tanto pelas suas atribuições em si, quanto porque neste momento histórico, todas as Câmaras Municipais estavam legislando suas Posturas e, assim, era relevante fiscalizar o que se ditariam nelas sobre o dia a dia da localidade. Como fiscal Moreira também deveria tecer relações com muitas pessoas já que tinha estreitas relações com o Juiz de Paz, o secretário da Câmara e com o homem do dinheiro, o procurador. O salário não era alto e o cargo estava sujeito a multas, mas certamente era relevante muito mais pelo envolvimento e conhecimento do que estava sendo legislado do que pelo que se ganhava em sua remuneração.

Se em 1829 não sabemos se Agostinho Moreira foi eleito suplente e nem se obteve acesso ao cargo quando eleito, dois anos mais tarde a informação era diferente. Em dezembro de 1831, de acordo com Palma Muniz, ele foi eleito Juiz do Crime para o ano de 1832:

A 8 de dezembro de 1831 convocaram-se ainda a Nobreza e o Povo, para votarem em seis eleitores que por sua vez deveriam eleger o juiz do crime para 1832, como no regímen colonial. Obtiveram votos os eleitores Paulo dos Santos Medeiros, José Calixto da Cunha, João de Deus de Freitas, João de Deus e Souza, Jeronymo Francisco de Carvalho e Manoel Domingues da Trindade, que elegeram para juiz o alferes Agostinho de Souza Moreira<sup>140</sup>.

Não foi possível identificar precisamente do que se tratavam as funções de um “juiz de crime como no regime colonial”. Entretanto, suspeita-se que este seria um outro nome que era dado ao juiz ordinário que, em algumas situações, assumia alçadas que não estavam dentro de

<sup>139</sup> BRASIL. **Lei de 1º de Outubro de 1828**, art. 83 e 85.

<sup>140</sup> MUNIZ, 1925, p. 147.

suas atribuições. Isso se explica, em um termo de vereação extraordinária da Câmara Municipal da vila de Ourém, datado de 13 março de 1832, que nos mostra o alferes Agostinho Moreira sendo juramentado para o cargo de “juiz ordinário e de órfãos”, que deveria cumprir durante aquele ano<sup>141</sup>. Na mesma documentação da Câmara, pode-se observar, também, que Agostinho Moreira não concluiu seu tempo de atuação, pois no auto de Câmara de convocação da eleição do juiz de crime para o ano de 1833, realizado em dezembro de 1832, consta que o juiz em exercício era Eulerio Francisco de Carvalho.<sup>142</sup> Não foi possível identificar o motivo pelo qual não era mais o juiz ordinário naquele momento, entretanto, notou-se que Agostinho Moreira havia participado da primeira eleição sob a vigência dos juízes de paz, ocorrido meses antes. No dia 30 de setembro de 1832, disputou a eleição de vereadores da Câmara Municipal da vila de Ourém, onde obteve vinte e três votos e se tornou o terceiro suplente de vereador (apuração em 3 de outubro de 1832), para a segunda legislatura (1833-1836)<sup>143</sup>, o que pode explicar a não conclusão de sua atuação como juiz ordinário.

Apesar da imprecisão em torno da nomenclatura do cargo e do tempo que o ocupou, é importante entendermos aqui quais eram as atribuições desses cargos, o funcionamento das câmaras e os sentidos de estar ocupando esse espaço naquele contexto. No caso da composição das câmaras, esta se dava a partir de um processo eleitoral, onde apenas homens livres, acima de 25 anos, que possuíssem a renda mínima anual de duzentos mil réis, estavam habilitados a serem eleitores e candidatos aos cargos. A idade diminuía para 21 anos para homens casados, oficiais militares, bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.<sup>144</sup> O cargo de juiz ordinário, a qual Moreira foi escolhido, se tratava do oficial mais importante de cada localidade, até o final do século XVIII, e que era atribuído para pessoas que não possuíssem formação jurídica.<sup>145</sup> Desde os tempos coloniais, os antigos Senados de Câmara foram pensados para ser um espaço de representação de demandas locais. Nesse sentido, estar na disputa por cargos advinha da capacidade de possuir controle sobre arrecadação de impostos, concessão de contratos a familiares e amigos, além de ser um mediador entre sua localidade e o governo regional.<sup>146</sup> Além disso, as câmaras tinham a responsabilidade combater a formação

---

<sup>141</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM. Termo de Vereação feito no dia 13 de março de 1832. Arquivo Palma Muniz – IHGP, Série: Livro de Termos, volume encadernado, fol. 76 e 76v.

<sup>142</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM. Auto de Convocação feito em dezembro 1832. Arquivo Palma Muniz – IHGP, Série: Livro de Termos, volume encadernado, fol. 85.

<sup>143</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 926, doc. 7.

<sup>144</sup> Artigo 92 da Constituição do Império do Brasil de 1824.

<sup>145</sup> SCHWARTZ, 1979, *apud* MOTTA, 2013, p. 68.

<sup>146</sup> HARRIS, 2019, p. 157

de quilombos e fiscalizar o uso e a comercialização da aguardente, como é bastante recorrente nos termos de vereação da Câmara Municipal de Ourém<sup>147</sup>. Mas a partir de 1828, as novas Câmaras deixaram de ter tanta autonomia de um lado, e ganharam mais gentes e novos problemas de outro. Como a nomenclatura antiga bem enuncia para o caso de Ourém, por ali ainda imperava o juiz ordinário e algumas atribuições antigas. Será que o trabalho de fiscalização e de envio de atividades para o Conselho Geral em Belém das posturas municipais e das outras regulamentações foi mantido? Se nada encontrei sobre Ourém, havia outra Câmara reclamando das eleições de 1829. No entanto, o problema mais grave que pude localizar era o da falta crônica de letrados para cumprir a função de escrivães nas novas Câmaras.

Em Monte Alegre, no médio rio Amazonas, em 13 de julho de 1829 o vigário Antonio Macário Alves da Costa reclamava ao Barão de Bagé, Presidente da Província do Pará das eleições para a Câmara. Por ali havia problemas com a nova norma de 1828. Ele alegava que havia assistido “a apuração dos votos para os Vereadores que haviam formar a Câmara Municipal desta Vila”. Nesta ocasião teria visto “os muitos votos, que obtive o Escrivão do meu Cargo, Antonio de Freitas Guimaraens, conheci que ele sairia eleito vereador”. Com o temor de perder o seu escrivão eclesiástico Costa propôs à Câmara, “que aquele homem deveria ser excluído das Eleições por ser empregado Eclesiástico, na conformidade do Artigo 19 do Título da Lei de primeiro de outubro de 1828, da forma da Eleição da Câmara”. Todavia, esta proposta não teria sido aceita nem pelos vereadores e nem mesmo pelo seu escrivão, daí sua reclamação ao Presidente da Província em Belém. Costa por fim dizia que ele não tinha suplente de escrivão<sup>148</sup>.

Nesta mesma ocasião alguns vigários reclamavam de falta de sacerdotes, o que piorava a situação pelos interiores amazônicos, porque estes eclesiásticos eram os poucos letrados que existiam e podiam cumprir a função de escrivães do eclesiástico e também da Câmara. Havia uma norma que o Barão de Bagé havia mandado cumprir em março de 1829 que obrigava clérigos estrangeiros que não tivessem jurado à Constituição de 1824 a saírem do Império. Sobre ela escreveu o prior dos franciscanos do convento de Santo Antonio em Belém Frei Antonio do Espírito Santo. Ele anunciava que havia recebido notícias em 3 de março de 1829 sobre o “Augusto Imperador” ter ordenado que “os Religiosos deste Convento” não deveriam “prestar obediência como dantes prestavam aos Religiosos de Portugal uma vez

<sup>147</sup> IHGP, Acervo Palma Muniz, Câmara Municipal da Villa de Ourém (1826-1839).

<sup>148</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 854, doc. 37

que quisessem continuar a residir neste Império”. Em vista desta ordem, o religioso afirmava “que todos os religiosos que prestam obediência a este Convento, e que existem nesta Província juraram a Independência do Brasil, e submissão a todas as leis e ordens de Sua Majestade Imperial e desde este ponto jamais tem havido correlação alguma de sujeição a Portugal”<sup>149</sup>.

Ao que parece a situação dos sacerdotes letrados estrangeiros não se resolvera em 1829, pois em 27 de fevereiro de 1833 o bispo Romualdo escreveu ao Presidente de Província Machado de Oliveira que tinha a informação dos clérigos nesta situação e que seu Provisor enviaria os documentos de juramento constitucional de clérigos portugueses para provar a fidelidade dos clérigos estrangeiros. E ele concluía que tinha “a honra de mostrar” ao Presidente Machado, “ao menos a boa-fé, com que se acham empregados nos serviços da Igrejas alguns Eclesiásticos Portugueses em qualidade de Brasileiros Adotivos, e com tais sempre assistiram as Eleições Paroquiais desde a época da Independência”. Mas o bispo concluía: “Contudo, se ainda assim não estiverem nas circunstâncias de exercerem aquele ministério, podem ser removidos com bem pouco trabalho; pois que em todo o caso é necessário, que se observe a Lei; e entretanto o Supremo Pastor proverá, como for mais do seu Divino agrado, a necessidade espiritual das Almas, único objeto dos meus cuidados, e aflições”<sup>150</sup>.

Assim, ao que tudo indica, pelos interiores Amazônicos houve um duplo rol de mudanças: de um lado ampliava-se o rol dos que podiam ser eleitos e votantes para as novas Câmaras Municipais. De outro, conforme se acirravam as disputas entre brasileiros e estrangeiros (em especial aos portugueses), mas difícil era conseguir pessoas letradas para sustentarem o legal funcionamento das novas Câmaras.

Ainda sobre os juizes de paz, é importante que se diga que durante a Cabanagem eles adquiriram um papel fundamental na jornada de reorganização da província, ao passo que também representavam um problema para o brigadeiro Soares d’Andréa. Ao fazer análises dos discursos do presidente anticabano, Danielle Figueirêdo Moura observou que Andréa acusava os juizes de paz de serem parceiros dos cabanos, logo facilitando a impunidade desses sujeitos<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> APEP, SPP., Correspondência de diversos com o governo, Cód. 854, doc. 25.

<sup>150</sup> APEP, SPP., Correspondência de diversos com o governo, Cód. 854, doc.65.

<sup>151</sup> Para um estudo aprofundado da atuação dos juizes de paz no Pará cf: MOURA, Danielle Figueirêdo. **“Malfadada província”: lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

Diante disso, acreditamos que Agostinho Moreira fazia parte de um novo grupo social que não chegava a ser parte da elite local, por não se diferenciar, por demais, das partes pobres ou expropriadas da sociedade. Todavia homens como Moreira tinham condições de controlar recursos públicos ou de alguns particulares, ou estavam próximas de pessoas que possuíam algumas posições importantes dentro da esfera política-administrativa local e pertenciam ao seleto número de proprietários sesmeiros<sup>152</sup>. É quase certo que tivesse algum letramento e isso lhe facilitasse sua ascensão como liderança na região, sobretudo pelo fato de que as atribuições de alguns cargos que ocupou permitiam a Moreira conhecer muitas pessoas e estabelecer uma teia de relações sociais, culturais e econômicas.

## **2.2. De membro da Guarda Nacional a Comandante dos rios Guamá e Capim**

Proposta por Diogo Antônio Feijó, em agosto de 1831, a Guarda Nacional foi criada num contexto marcado pelas dificuldades enfrentadas pelo poder civil no controle das Forças de 1ª linha, que era composta majoritariamente por descendentes de portugueses defensores de ideais de submissão brasileira à monarquia portuguesa<sup>153</sup>. Em alternativa às essas forças indisciplinadas, a Guarda Nacional tinha um caráter mais civil por ter sido integrada por boa parte dos cidadãos eleitores. Essa instituição foi organizada em todas as cidades e vilas do Império, eram subordinadas aos juízes de paz, aos juízes criminais, aos presidentes de província e ao Ministro da Justiça<sup>154</sup>. Diferente das tropas auxiliares que eram divididas em unidades de brancos, negros e indígenas, as Guardas Nacionais não possuía divisão racial, conforme pontua Shirley Nogueira. Ainda de acordo com a autora, para compor a Guarda Nacional o “cidadão político” deveria ter uma renda mínima de “100\$00 réis” e eram organizadas pelos juízes de paz. O que significa que apesar dessa tropa ter o controle do ministro da justiça, nas províncias eram as elites proprietárias locais ou seus delegados, que costumeiramente ocupavam os cargos de juízes de paz, exerciam forte influência na composição da Guarda Nacional. Sendo assim, “este cargo havia recebido o poder de polícia dado pela unificação do Código do Processo Criminal de 1832”<sup>155</sup>.

Em janeiro de 1833, Agostinho de Souza Moreira foi listado como membro da 4ª Companhia do 2º Batalhão de Guardas Nacionais da Freguesia de S. Domingos da Boa Vista,

---

<sup>152</sup> HARRIS, 2019, pp. 153-154.

<sup>153</sup> NUNES, 2005, p. 45

<sup>154</sup> *Ibid.*, pp. 58-59.

<sup>155</sup> NOGUEIRA, 2009, p. 236.

na margem do rio Guamá.<sup>156</sup> Essa informação foi tirada de uma extensa lista de Guardas Nacionais da cidade de Belém, composta pelas companhias e batalhões de todas as freguesias e povoados pertencentes ao termo da capital. Nessas listas foi possível notar a presença de muitos nomes que aparecem durante a Cabanagem, seja como cabano ou repressor.

A inserção de oficiais da Guarda Nacional na Cabanagem pode ser explicada pela numerosa deserção que havia nas companhias e batalhões. Segundo Herlon Seixas Nunes (2005), em sua dissertação de Mestrado, *A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831/1840)*, alguns dos fatores que ocasionavam a deserção estava atrelado a não remuneração dos serviços prestados e pelo fato de que muitas corporações eram compostas de oficiais que eram homens do campo, ligados a serviços diários nas lavouras, com suas famílias, e que na ausência de cumprimento dessas atividades a sua sobrevivência era afetada. Além disso, Nunes destaca que a deserção também se fazia presente na alta classe de oficiais como “uma forma de resistência” contra um sistema que quase não tinha formas de inserção política na sociedade provincial. Por fim, o autor conclui que esses fatores ocasionaram com que alguns componentes das guardas nacionais se inserissem na Cabanagem por entenderem o movimento como “um mecanismo de contestação da autoridade provincial” e um caminho para se “introduzir na política local”<sup>157</sup>.

É importante ressaltar que durante a Cabanagem, a Guarda Nacional foi dissolvida por Soares d’Andréa, amparado pela lei de 22 de setembro de 1835, que suspendeu alguns direitos constitucionais na província. Os anticabanos acusavam os guardas nacionais de terem ajudado os cabanos a tomarem Belém em janeiro de 1835. Segundo Thailana Pereira (2018), a indignação do brigadeiro Soares d’Andréa se deu em decorrência dos sujeitos alistados na Guarda Nacional serem majoritariamente cidadãos civis sem nenhum preparo militar, e por terem utilizado as armas recebidas pelo Império contra a “legalidade”<sup>158</sup>. Em contrapartida, de acordo com Domingos Antônio Raiol (1970), Eduardo Angelim havia criado um batalhão de guardas nacionais assim que assumiu a presidência da província, em agosto de 1835, “sendo êle o próprio comandante, e major José Agostinho de Oliveira”<sup>159</sup>.

Entre 1833, ano que foi listado enquanto membro da guarda nacional, e 1835, quando a Cabanagem eclode em Belém, há uma lacuna de informações acerca de Agostinho Moreira

<sup>156</sup>APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo Códice 941, doc. 6.

<sup>157</sup>NUNES, 2005, pp. 124-125.

<sup>158</sup>PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. **A suspensão Constitucional no Pará com a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, pp. 69-71.

<sup>159</sup>RAIOL, 1970, p. 928.

nos documentos aqui pesquisados<sup>160</sup>. A maior parte das fontes correspondem aos anos de 1836 a 1837, referente à caçada feita pelas tropas repressoras ao comandante do Rio Capim Rio Guamá. Entretanto, as listas de prisioneiros nos fornecem informações importantíssimas acerca de acontecimentos envolvendo os cabanos do comando de Agostinho Moreira durante o ano de 1835, que será tratado mais adiante neste capítulo. Diante das lacunas, é importante levantarmos algumas hipóteses de ligação da liderança do interior com os presidentes cabanos da capital.

Dentre as várias medidas tomadas por Eduardo Angelim, quando se tornou presidente de província em agosto de 1835, foi criada uma política de recrutamento de pessoas interessadas em serem embaixadores do governo cabano, nos sítios e povoados do interior do Grão-Pará<sup>161</sup>. O objetivo era de fazer reconhecer a sua autoridade e garantir a legitimidade de seu governo nos interiores. Através dessa medida, Agostinho Moreira havia se tornado um comandante reconhecido pelo governo cabano, que lhe deu o posto de tenente-coronel, como é mencionado por Domingos Antônio Raiol (1970):

Foi assim que Manuel Pedro dos Anjos seguiu para a ilha de Marajó, Manoel Joaquim Feio para o Moju e Acará, Agostinho de Sousa Moreira para o Guamá, Capim, Bujaru e Ourém, Manuel Ângelo para o Abaeté e Igarapé-miri, e tantos outros que fôra logo mencionar. Muitos por ato próprio se constituíam comandantes de grupos que reuniam em seus distritos e lá se declaravam tenentes-coronéis, defensores de Eduardo Angelim, e como tais eram depois reconhecidos e praticavam sob a responsabilidade dêste toda sorte de desatinos<sup>162</sup>.

Apesar de Raiol afirmar que os agentes citados foram para o interior legitimar o governo cabano, muitos deles já estavam pelas suas localidades. Não foi possível identificar se Agostinho Moreira, em algum momento, foi a Belém receber o posto de tenente-coronel ou se autoproclamou e depois foi reconhecido, mas suspeita-se que, através da possível deserção da Guarda Nacional, Agostinho tenha levado consigo muitas pessoas, o que pode ter sido de relevância para ter se tornado o comandante dos rios Guamá e Capim. Ainda de acordo com Raiol:

<sup>160</sup> Em sua dissertação de Mestrado, Ana Renata do Rosário de Lima chegou a citar Agostinho Moreira como chefe de “rebeldes” que tomaram uma fazenda na região do Acará, em 1834; LIMA, 2002, pp. 85-86. Mas ao checar a fonte citada pela autora, o códice 973 (1834), do APEP, foi constatado que houve uma confusão, que o “Agostinho” a qual ela se referia seria José Agostinho de Oliveira e não Agostinho de Souza Moreira; APEP, SPP., Correspondências de diversos com o governo, Cód. 973, doc. 162.

<sup>161</sup> Em um outro trabalho foi esboçado essa aproximação do governo cabano com Agostinho Moreira, através da política de criação de embaixadores do governo cabano, ver: NASCIMENTO, Wesley David Silva do. **Cabanagem em Ourém: revolução popular e redes de solidariedades nas matas e cabeciras do rio Guamá**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2020; RICCI, 2007; DI PAOLO, 1986.

<sup>162</sup> RAIOL, 1970, p. 929

Os tais oficiais e comandantes rebeldes, na maior parte das vezes, obravam por inspiração própria, sem consultar a ninguém; saqueavam, prendiam, castigavam, assassinavam, faziam tudo por impulsos das primeiras impressões, sem audiência de pessoa alguma. Seus atos só transpiravam depois de praticados, quando já não havia meio de preveni-los<sup>163</sup>.

Herlon Nunes (2005) cita uma correspondência do chefe das Guardas nacionais de Bragança, Manoel Gomes, ao General Soares d'Andréa, onde afirma que “um oficial desertor, Agostinho de Souza”, pretendia “subjugar as autoridades locais, dominar a região, estabelecer-se como governante destes povoados e impregnar a cabeça do povo com suas idéias de uma vida melhor”<sup>164</sup>. Ainda que possa fazer algum sentido, o documento a qual o autor cita para argumentar que Agostinho Moreira seria um desertor não consta esse trecho acerca da deserção. Ao menos que a fonte utilizada pelo autor<sup>165</sup>, ou mesmo a desse trabalho, seja uma cópia com alterações, o documento que foi consultado aqui é o seguinte:

Em data de 5 do corrente tive a honra derigir-me a V. Ex<sup>a</sup> e como naquela ocasião pouco tempo me restava por ter a poucos dias sido empossado no Comando de minha respectiva Companhia de que os malvados me havião demitido para melhor poderem pôr em pratica seus projectos, não pôde fazer ver a V. Ex<sup>a</sup> a necessidade que há aqui ou menos de quarenta praças militares , e de munição de Pólvara, e Balla; i por me lembrar igualmente que as Authoridades respectivas desta Villa terão já feito vê a V. Ex<sup>a</sup> esse indispensável Socorro, para Coadjuvarem aos Guardas Nacionaes que a mexer (sic) jazem em Actual Serviço para conservarem o socego Publico, e livrarem este território do malvado Commandante Geral Agostinho de Souza Moreira, que por vezes tem tentado de acabar com as auctoridades e mais pessoas de conceito por isso Rogo a V. Ex<sup>a</sup> queira dignar-se mandar para aqui quarenta Praças e alguma munição de Guerra para bem de poder restabelecer, a Ordem que se acha transtornada unicamente pelos rebeldes malvados partidistas do referido Commandante Geral Moreira morador no rio Guamá de donde se receia prover mal a esta dita Villa. Livra-se V. Ex<sup>a</sup> darem suas Ordens para na execução dellas desempenhar minhas Obrigações conforme V. Ex.<sup>a</sup> for servido<sup>166</sup>.

Ainda que esse documento não esclareça a possível deserção de Agostinho Moreira das Guardas Nacionais ele nos possibilita levantar hipóteses de que “os malvados” (leia-se cabanos), que haviam demitido Manoel Gomes de seu cargo de comandante, possam ter alguma ligação com Agostinho Moreira, apontado na fonte como “Comandante Geral” e que “a ordem” se encontrava “unicamente” abalada pelos seus ali denominados “rebeldes malvados partidistas”. O que significa dizer que Moreira possivelmente desertou das guardas nacionais e ocupou a companhia de Manoel Gomes. A falta de munição e de armamento explicitada na correspondência também pode ser interpretada como motivos para desertar,

<sup>163</sup> RAIOL, 1970, p. 931

<sup>164</sup> NUNES, 2005, p. 125.

<sup>165</sup> Herlon Nunes utiliza o códice 905, o mesmo consultado neste trabalho, entretanto não cita o documento a qual tirou a informação conflitante. Para uma consulta à fonte em questão, cf. NUNES, 2005, p. 126.

<sup>166</sup> APEP, SPP., Correspondência de diversos com o governo, Cód. 905, doc. 78.

além da possibilidade de haver abusos de autoridade que podiam permear o comando dessas tropas.

Por outro lado, é importante destacarmos que a ligação do governo cabano com Agostinho Moreira fica mais perceptível na retirada das frentes cabanas da capital, com a chegada de Soares Andréia. A retirada cabana de Belém foi preparada por cerca de um mês, entre correspondências de Eduardo Angelim com Soares d'Andréia, que se encontrava na ilha de Tatuoca, desde 9 de abril de 1836. Os cabanos negociavam uma saída pacífica reivindicando uma garantia de que não fossem perseguidos e que houvesse uma anistia geral a todos os presos e envolvidos na Cabanagem. Àquela altura, Eduardo Angelim emitiu uma proclamação anunciando a retirada cabana de Belém, onde destacou como era o estado em que se encontrava a capital, que enfrentava a miséria, a fome e doenças, consequência dos bloqueios navais feitos por d'Andréa, onde nenhum mantimento chegava à capital. Além disso, a falta de munição de guerra agravava a situação e de acordo com Angelim, as tropas de d'Andréa tentavam vencê-los pela fome e não se atreviam a atacá-los. Diante de incertezas e de ameaças de Soares d'Andréa aos cabanos, Eduardo Angelim organiza suas frentes em direção ao Acará, Moju, Capim e Guamá, para se juntar aos comandantes cabanos dessas localidades, até que todos fossem anistiados<sup>167</sup>. Podemos observar isso no trecho da proclamação de Angelim que explicita como foi organizada a saída dos cabanos de Belém e como se direcionariam para o interior:

(...) Meu Irmão Geraldo marcha a reunir-se ao Commandante das Forças do Capim, e Guamá, Agostinho de Sousa Moreira: meu Irmão Manoel, vai reunir-se ao Major José Agostinho de Oliveira, para sustentarem as Forças no Rio Acará e Mojú; eu também sahi a tomar minha posição, e igualmente os Commandantes dos diversos Pontos, a quem vou mandar minhas ordens a respeito: fica por tanto á vossa escolha o acompanharem a mim ou a meus Irmãos, para o que desde ja deveis estar prontos na Capital, para a hora em que se designar retirada. Resta pois recomendar-vos, que durante este tempo vos conserveis tranquillos e com todo o respeito ás vossas autoridades, respeitando o sagrado direito de propriedade e amor do proximo, como nos ensina a Religião Santa que professamos. Viva o nosso Jovem Monarcha o Senhor D. Pedro II. Vivão os Paraenses que por suas Liberdades esquecem suas vidas. Vivão os Paraenses que até hoje me seguem. Palacio do Governo do Pará 8 de Maio de 1836. – Eduardo Francisco Nogueira Angelim, Presidente<sup>168</sup>.

A fala de Eduardo Angelim é muito importante pois menciona Agostinho Moreira, ao lado de sujeitos importantes das forças armadas criadas pelo último presidente cabano, como José Agostinho de Oliveira, major das guardas nacionais, e Geraldo Nogueira Gavião,

<sup>167</sup> RAIOL, 1970, p. 958.

<sup>168</sup> Correio Official: In Medio Posita Virtus (RJ), 1836, Ed. 29, p. 116.

primeiro comandante do corpo de polícia.<sup>169</sup> Nesse sentido, é necessário se debruçar como se deu essa retirada cabana para o interior, como se organizou o comando de Agostinho Moreira pelas localidades que ocupou e como esses cabanos foram perseguidos pelos seus repressores.

### **2.3. O raio de atuação do comando de Agostinho Moreira**

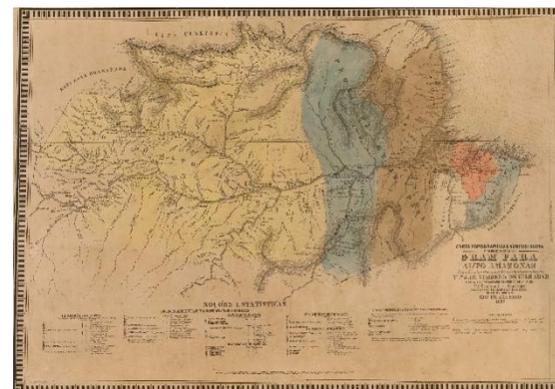
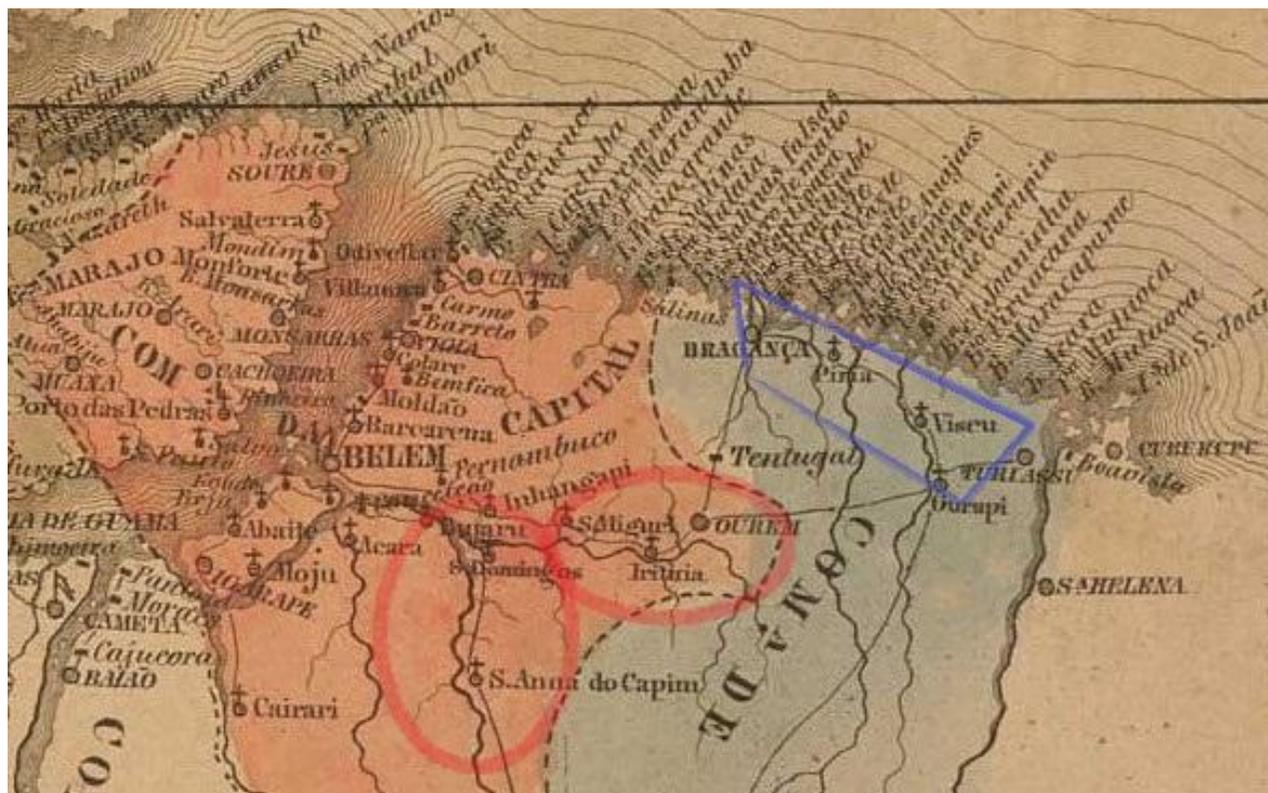
Para entendermos melhor a perseguição à Agostinho Moreira é de fundamental importância compreender o seu raio de atuação. Adiante exibiremos o detalhe da Carta topográfica e administrativa do Grão Pará e Alto Amazonas, elaborada pelo Visconde J. de Villiers de L'Ile-Adam, em 1850, que nos fornece uma excelente visualização das principais vilas e freguesias as quais foram comandadas por Agostinho Moreira, onde se travaram batalhas contra as tropas anticabanas que disputavam o controle dessa região<sup>170</sup>.

---

<sup>169</sup> RAIOL, 1970, p. 928.

<sup>170</sup> É importante ressaltar que essa carta topográfica foi feita anos após a guerra cabana, em 1850, e antes da anexação da região do Turiaçu à Província do Maranhão, ocorrida em 1852, sendo assim possível verificar como estava a fronteira entre 1835 e 1840, embora esta ilustração demonstre uma configuração administrativa diferente da que estava vigente no período da Cabanagem. Sobre essa divisão administrativa, *cf.* BAENA, 2004, pp. 422-430.

Figura 6 - Raio de ação do comando de Agostinho Moreira



Fonte: Adaptação feita pelo autor da Carta topográfica e administrativa do Grão-Pará e Alto Amazonas, 1850. Acervo Fundação Biblioteca Nacional<sup>171</sup>

<sup>171</sup> Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/37126>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Descrevendo o detalhe da ilustração anterior, nos círculos em vermelho destacamos as áreas de atuação do comando de Agostinho Moreira, o qual havia sido encarregado de comandar e que, também, representa os lugares por onde transitou até ser capturado pelas tropas repressoras. Já nas linhas retangulares em azul, temos uma zona de influência de Moreira onde possuía alguns comandantes ou “chefe dos rebeldes” que seguiam suas ordens nessa região, e que também eram responsáveis por sua expansão. As fontes pesquisadas até aqui nos revelam uma liderança que se assenhorou de dois rios localizados no cinturão agrícola mais importante da província do Pará, os rios Capim e Guamá, circulados em vermelho no mapa anterior. A documentação nos mostra um rio Capim, com seus engenhos, fazendas e sítios completamente tomados e entrincheirados pelos cabanos. Da mesma forma no rio Guamá, onde ficava a morada de Agostinho Moreira, temos as mesmas características, com uma ênfase na tomada das vilas e freguesias que ficavam nesse rio, a vila de Ourém, e as freguesias de São Miguel da Cachoeira e a de São Domingos da Boa Vista, que ficava na foz do rio Capim. Como muito falamos, essas localidades eram importantíssimas por estarem no meio do fluxo interprovincial entre Pará e Maranhão, estavam em 1836 sob comando dos cabanos de Agostinho Moreira. Na área azul assinalada no mapa, temos a região bragantina a qual Agostinho Moreira exercia uma certa influência, tendo muitos adeptos nos distritos rurais da vila de Bragança, assim como o povoado de Viseu, nas proximidades com o Turiaçu onde finalizava a fronteira com o Maranhão. Apesar disso, Moreira não conseguiu êxito em assenhorar-se dessa região devido Bragança ser por muitos anos um local estratégico para a defesa da fronteira, e durante os anos da Cabanagem não foi diferente, sendo esta vila a sede de um Comando Militar criado por Soares d’Andréa. Entretanto, a forte presença das forças de repressão à Cabanagem na vila de Bragança não impossibilitou que essa localidade não se tornasse palco de lutas. Tentaremos elucidar como se organizaram as forças de Agostinho Moreira em suas áreas de atuação e influência, quem eram alguns de seus comandados, suas funções e formas de atuação no decorrer da Cabanagem. Além disso, tentaremos entender a organização política e militar desses comandos cabanos, observando e analisando as posições de cada sujeito, hierarquias, entre outras questões que possam surgir.

De acordo com a documentação estudada, no ano de 1836, a região do rio Capim e Guamá se encontrava exclusivamente transtornadas pelos “rebeldes, malvados, partidistas” de Agostinho Moreira<sup>172</sup>. A maior parte da documentação destaca o papel fundamental dos rios na organização da luta cabana na região, tendo em vista que os cabanos eram profundos

---

<sup>172</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cod. 905, doc. 78.

conhecedores desse espaço e conseguiam se locomover por lugares que as tropas anti cabanas não conseguiam, como os furos de rios e igarapés, e se entrincheiravam em lugares importantes.

Ao fazer um esboço ambiental da Amazônia, Mark Harris destaca os tipos de rios, as estações do ano, os níveis de precipitação, vazante e cheia dos rios, as condições das florestas e relação do homem com o meio ambiente no século XIX. Dentro dessa relação, Harris destaca dois grupos de pessoas que mantinham relações próprias com o rio. Em um pequeno grupo se destacavam oficiais brancos, juízes e administradores que se mantinham exclusivamente em Belém; e de outro lado destaca os pilotos indígenas, desertores, escravos, remeiros e mercadores mestiços, cuja vida se concentravam nos rios, nas suas margens, nas vilas e povoados do interior amazônico<sup>173</sup>. Esse cenário ambientado pelo autor, nos possibilita compreender como se desencadeou a guerra cabana nos diferentes cantos da província do Pará, onde os sujeitos destacados por Harris exercem grande influência nos desdobramentos da luta.

Colaborando com esse debate, Letícia Barriga faz uma importante reflexão sobre a “arquitetura das estratégias de luta” da guerra cabana, onde os rios adquiriram a função de ser o palco de conflitos; as matas eram o lugar de refúgio, organização e planejamento de estratégias para retornar ao “ringue de batalha”, por isso a constante ocorrência na documentação das autoridades repressoras sobre evasão cabana para os matos após os conflitos<sup>174</sup>. Sendo assim, Barriga complementa que:

A arquitetura das estratégias de luta movia-se do interior das matas às vilas, por parte dos cabanos e, das vilas às matas por parte das diligências anticabanas. O planejamento das ações cabanas ocorria em seus redutos localizados sertão adentro, na beirada de rios, lagos, furos e igarapés. Arquitetavam suas estratégias e colocavam em prática suas táticas de guerra visando a tomada das principais vilas. Em contraposição, as ações das tropas anticabanas eram organizadas das vilas para o interior do sertão amazônico<sup>175</sup>.

Em uma correspondência, o presidente Soares d’Andréa relata os sucessos de suas tropas em expulsar os cabanos ao longo dos rios Capim e Guamá. No documento, Andréa menciona os destacamentos cabanos localizados nas fazendas e engenhos de Bom-Intento, Taperuçu e Trafaria, e na freguesia de São Domingos, localizadas no rio Capim; já no rio Guamá, é mencionada a fazenda Pernambuco<sup>176</sup>. Outros documentos mencionam o

---

<sup>173</sup> HARRIS, 2019, p. 57.

<sup>174</sup> BARRIGA, 2023, p. 247.

<sup>175</sup> *Ibid.*, p. 248.

<sup>176</sup> Quartel-General, na cidade do Pará, 25 de maio de 1836 *apud* RAIOL, 1970, p. 965

destacamento cabano na freguesia de São Miguel da Cachoeira, no rio Guamá<sup>177</sup>, a “morada” de Agostinho Moreira<sup>178</sup> localizada no igarapé Mururé, que deságua no Guamá.

As fontes acerca da perseguição a Agostinho Moreira revelam também outros “chefes de rebeldes” que são mencionados nas documentações. Alguns possuem ligação direta com Agostinho Moreira, outros são considerados apenas como responsáveis por uma determinada localidade. Nesse sentido, procurar entender como se organizava um comando cabano é fundamental. Como foi dito anteriormente, Eduardo Angelim havia criado uma política de nomeação de embaixadores de seu governo, medida essa que nomeou Agostinho Moreira como comandante geral dos rios Capim e Guamá. De acordo com Domingos Antônio Raiol (1970):

Tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos; mal sabiam escrever os que se presumiam mais instruídos<sup>179</sup>.

Preconceitos de época a parte, Raiol deixa-nos perceber que em alguns lugares, havia embaixadores que possuíam ajudantes, que por sua vez eram responsáveis por recrutar pessoas pelos sítios e povoados a qual atuavam. Dentro do comando de Agostinho Moreira, havia pessoas com determinadas funções como é o caso de Domingos Azari Rodrigues, que foi secretário de Agostinho Moreira até os últimos dias de sua maior influência”<sup>180</sup>. Se Raiol já reclamava dos líderes “embaixadores” também afirmava em tom jocoso que a maior parte dos que se juntavam as tropas cabanas eram de analfabetos e semianalfabetos Isso fica perceptível ainda na forma como algumas notas da correspondência dos cabanos saía publicada em jornais cariocas como o *Jornal do Commercio*. Ali se anunciava em uma “Parte” uma suposta correspondência endereçada a Agostinho Moreira, por algum integrante de seu comando, mas o mais impressionante era a forma como estava redigida:

Illm.o Snr.o Comm. geral. do Parte V.a S.a do Aconticimento que fomos combatidu dos inimigu itambem combatemos Athe Aonde podemos Acabuçi Anoça Monição nos Retiramos para a mata dos nossos patriciu Morrerão quatro Ca estamos Reunidu Aspera desordem da V.a S.a nou sentido do Maranhão 31 de Abril de 1836 – Pello Alvrado João Manoel – Illmo. Senhor Comm. geral Agustinho de Suiza Morera dou Com. Joze Raimundo – Parte apanhada pela nossa gente em diligencia. A data está errada. Viseu, 28 de Abril de 1836. - Luiz Sabino<sup>181</sup>.

<sup>177</sup> APEP, SSP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 115.

<sup>178</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

<sup>179</sup> RAIOL, 1970, p. 929

<sup>180</sup> PINTO, 2020, p. 72.

<sup>181</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), 1836, Ed. 178, p. 2.

A correspondência presente no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, em 1836, foi anunciada como se tivesse sido encontrada pela tropa do tenente Luiz Sabino, na altura de Viseu, quando este arrasava o pequeno povoado do Rio Gurupi. Tendo em vista que a maior parte dos cabanos era analfabeta ou semianalfabeta, fica difícil saber a autoria do documento e mais difícil ainda saber se os erros gramaticais e normativos ali expostos eram ou não fidedignos da escrita dos cabanos liderados por Moreira. Porém, se supõe que esta parte foi escrita pelo “Alvrado João Manoel”, a pedido do comandante Joze Raimundo e endereçada ao comandante geral Agostinho de Souza Moreira. Apesar dos supostos erros da grafia serem uma das principais atrações para a publicação, o documento fornece informações acerca de um conflito travado entre cabanos e seus repressores. Ele pontua uma fala supostamente cabana anunciando uma luta que não teria sido muito bem-sucedida, haja vista que a munição havia acabado. Pelo ofício cabano, morreram quatro “patríciau” (leia-se patrícios), e os demais haviam se refugiado nas matas, a caminho do Maranhão, à espera das ordens de Agostinho Moreira. Esse indício é importante, pois demonstra o alcance de Agostinho Moreira que extrapolava os limites do rio Capim e Guamá, e se direcionava a uma outra província, cuja sua fronteira já havia sido controlada por Luiz Sabino, em Turiaçu, em outubro de 1835. Nele também fica claro que a forma pela qual os cabanos se autodenominavam era “patrícios”. Nas proclamações cabanas quase sempre esta denominação é evidente, tanto quanto o termo congênere: patriotas. Ricci analisa o termo e supõe seu significado:

... os cabanos e suas lideranças vislumbravam outras perspectivas políticas e sociais. Eles se autodenominavam “patriotas”, mas ser patriota não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro. Este sentimento fazia surgir no interior da Amazônia uma identidade comum entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum<sup>182</sup>.

Mas no mesmo texto a autora também ressalta que lideranças tais como Eduardo Angelim imediatamente antes do momento de sua saída de Belém passou a castigar e até matar lideranças que pleiteavam significados mais amplos para o patriotismo. Escreve a autora a partir da citação de um jornal consultado por Domingos Antonio Raiol:

Um oficial chamado Albino foi ter com o bispo, depois foi atrás do vigário Jerônimo Pimentel e somente Eduardo Angelim conseguiu impedir que este clã radical e seu líder pegassem o padre para linchamento público. Esta situação limite de crise da autoridade o próprio Angelim lembrou em um artigo de jornal em 1865: “Foi fuzilado em frente ao palácio do governo o célebre Joaquim Antonio, oficial da milícia rebelde, que tinha o comando de uma força de mais de 500 homens e proclamava uma liberdade a seu jeito, incluída a de escravos em geral. (...) foi fuzilado em frente do palácio do governo um preto, chefe de insurreição no rio

<sup>182</sup> RICCI, 2008, pp. 77-78.

Guamá logo que chegou à capital. Foi morto a surra em frente ao palácio do governo um mulato, escravo do português Nogueira, dono da fábrica de urucu em Igarapé-Mirim, por ter traído a seu senhor e lavado as mãos em sangue inocente...<sup>183</sup>

Se para Angelim ações contra donos de fábricas ou senhores escravocratas eram passíveis de serem punidas, entre lideranças interioranas do grupo de Agostinho Moreira pude encontrar este tipo de ação ocorrendo. Localizei o Comandante Jozé Raimundo, um líder cabano que aparece citado entre os 34 cabanos que foram presos com Agostinho Moreira, em agosto de 1836, em uma correspondência do Comando Militar em Bragança à Soares d'Andréa. O mesmo documento acusa Jozé Raimundo de ter sido o “chefe da guerrilha” que assassinou o Tenente Luís Sabino, em maio de 1836, a caminho da vila de Ourém<sup>184</sup>. Apesar da origem repressora do documento, por ele ter sido produzido no calor da hora e em meio a uma prisão coletiva, seu teor nos leva a crer que a morte do Tenente Sabino foi um troco dado pelos cabanos, outrora expurgados do povoado de Viseu. Voltando aos ofícios escritos igualmente opressores de autoria de Xilderico Cícero de Alencar Araripe, acerca da prisão de Agostinho Moreira, vemos que ele acusa um capitão do mato de ser “conivente” com Joze Raimundo:

hum Capitão de mato que deo no rancho da família do Agostinho foi que de tudo se aproveitou, que até supponho conivente com Jozé Raimundo Commandante da guerrilha em que matarão o Tenente Sabino, pois o Sampaio o achou solto com elles e foi quem o prendeo, o qual agora remeto a essa Villa com o resto dos paizanos que cá tinhao este Capitão de mato hé dos que assignou com o Gil o recibo<sup>185</sup>.

Em troca de um perdão, o sujeito de nome Gil Antônio foi quem havia traído Agostinho Moreira ao revelar seu paradeiro pois, diante das informações contidas na fonte, Gil havia andado com o comandante cabano<sup>186</sup>. Neste caso do suposto traidor Gil, ainda vale notar que Alencar Araripe pontua que ele teria assinado um recibo, deixando evidente que ele ao menos sabia escrever seu próprio nome. A suspeição em torno do capitão do mato também pode indicar a mesma questão.

Além desses sujeitos, outros bem interessantes são apresentados em um relatório de Francisco Xavier Torres ao general Soares d'Andréa. Um sujeito chamado Francisco José da Silva (por antonomásia o Bahiano), é descrito pelo major Torres como “hum dos Commandantes dos salteadores de muita influencia” na Villa de Bragança e “de grande confiança de Agostinho Moreira”. Foi ferido em um confronto com as tropas anticabanas, em

<sup>183</sup> RICCI, 2008, p. 88.

<sup>184</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, doc. 113.

<sup>185</sup> *Ibid.*, doc. 115.

<sup>186</sup> *Ibid.*, doc. 105.

28 de julho de 1836, “escapando por ser quase noite quando lhe atirarão, deixando huma espingarda e huma canastra com vários papeis que erão os títulos que lhe havia conferido o Agostinho”<sup>187</sup>.

Isso novamente denuncia que a forma escrita estava presente entre os cabanos de Agostinho Moreira. Revela ainda que havia uma hierarquia entre os comandos cabanos onde, nesse caso, Agostinho Moreira ocupava um posto maior e a partir desse sujeito outras pessoas eram nomeadas com títulos que lhes eram atribuídos. Essa hipótese é reforçada pela forma de tratamento utilizada por Jozé Raimundo, o assassino de Luiz Sabino, ao referir-se a Agostinho Moreira como “Commandante Geral”<sup>188</sup>. Por fim, o documento revela também um apelido da liderança cabana que tinha um nome: Francisco José da Silva, mas era conhecido por antonomásia o Bahiano. Este apelido provavelmente denuncia a origem provincial de Francisco o que pode ser indício de que ele era desertor e que pode ter participado na Bahia de outros movimentos sociais<sup>189</sup>.

Ainda sobre o relatório do Major Torres, é mencionado que muitos cabanos se entregaram em virtude de um edital, publicado em Ourém e Bragança, que marcava “um prazo para que se apresentassem todos aqueles que pegarão em Armas contra o Governo Legal”, caso contrário “serião perseguidos pelas partidas da Legalidade”. Ao todo, em Ourém, se apresentaram 47 cabanos, sendo 25 antes da chegada do Major Torres, em fins de junho de 1836, e os outros 22 durante a sua estadia na vila. Em Bragança, Torres menciona que se apresentaram “74 homens, sendo quase todos Indios da Aldea que fica contigua a esta Villa e muitos destes acompanharão ao Agostinho”. A aldeia em questão é a de Vimioso, que se localizava ao norte da vila de Bragança, a qual os primeiros moradores vieram do Gurupi<sup>190</sup>. O comandante militar faz questão de destacar que a “maior parte” dos habitantes de Bragança “nunca simpatizarão com o sistema que os rebeldes seguião”<sup>191</sup>. Provavelmente o major se referia a população branca e de descendência portuguesa que anos antes haviam vivenciado as revoltas de 1833, em Bragança, e a de 1824, em Turiaçu, onde o antilusitanismo foi marcante. Em virtude do edital apresentado por Torres, em 20 de julho de 1836, se entregaram as tropas anticabanas Felix Raimundo e Joaquim Bertoldo:

No dia 20 daquele mês forão por mim presos nesta Villa Felix Raimundo e Joaquim Bertoldo que se apresentarão em virtude do Edital de que falei, aquele foi o primeiro

<sup>187</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, doc. 105.

<sup>188</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, Ed. 178, p. 2.

<sup>189</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>190</sup> BAENA, 2004, p. 224.

<sup>191</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, doc. 105

Commandante dos Salteadores que entrou nesta Villa com hum séquito e que assassinarão os adoptivos e roubarão varias casas, e este veio em Companhia do 1º e proclamou nesta Villa que abrissem os olhos e que matassem a tudo quanto fosse masson, bicudo e caramurú<sup>192</sup>.

Desses sujeitos, Felix Raimundo é acusado de ter praticado hostilidades em Turiaçu<sup>193</sup>. Dias antes, em 17 de julho, era assassinado no lugar de Araí, Lucas Elias dos Santos, que segundo Pedro Alexandrino de Andrade, comandante de um destacamento em Turiaçu, esse sujeito era “quasi tão grande em maldades como Agostinho”<sup>194</sup>. De acordo com o comandante da Escuna D. Francisca, o 1º tenente Joaquim Alves Castilho, Lucas Elias, estava acompanhado e três mulheres e havia sido morto por dois paisanos, que estavam na localidade de Arahi perseguindo cabanos que por ali passassem<sup>195</sup>. Essa região, nas proximidades de Viseu, estava sob o comando da Escuna D. Francisca que navegava pelas localidades da costa batendo os cabanos que ali passassem. Em direção de Viseu a Turiaçu, outros cabanos eram presos ou mortos. De acordo com o Major Torres, o tenente Joaquim Castilho havia prendido “dous comandantes dos salteadores, Nicacio, e Raimundo Antônio”, além de ter assassinado um outro comandante cabano das proximidades de Maracaçumé, “o facinoroso Ignácio do Redondo, e prezo hum irmão do mesmo e mais 10 e todos se achão a ferros abordo daquela Escuna.”<sup>196</sup>

Neste último caso de Nicácio e Raimundo se sobressai os laços de parentesco que provavelmente renderam aos irmãos um grupo próximo de mais dez cabanos. Também a presença de mulheres junto aos presos do grupo de Agostinho Moreira demonstra mais laços familiares. Nos exemplos anteriores há união de laços de parentesco entre cabanos, mas ele se deu também pela ascendência indígena como no caso dos presos vindos do Vimioso em Bragança.

Henrique Jorge Hurley, citando os ofícios trocados entre o tenente Castilho e o general Soares Andréa, oferecem mais detalhes acerca desses enfrentamentos e de suas revelações nas prisões feitas. O Tenente Castilho, sob comando da Escuna D. Francisca, ancorada no porto de Viseu, oficia à Andréa em 25 de julho de 1836, que os dois “famosos chefes Lucas dos Santos e Raymundo Antônio Alfaiate” haviam sido combatidos, um havia sido assassinado e outro preso. Informa que a diligência que seguiu para “Gurupy (S. José)” e “Curucaia (Curucáua)” enfrentou um conflito com “os rebeldes que ooffereceram tenaz resistência”.

<sup>192</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 105

<sup>193</sup> PINTO, 2020, p. 96.

<sup>194</sup> Correio Official : In Medio Posita Virtus (RJ), 1836, Ed. 132, p. 523.

<sup>195</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 92.

<sup>196</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 105.

Nesse enfrentamento morreram “Capitão Ignacio do Redondo, o principal agente da invasão nesta povoação (Vizeu) José florindo e José Marcos Antônio”. Além de terem sido presos alguns cabanos onde é destacado “José Claudiano, irmão do Capitão Ignácio, homem feroz e assassino”. Entre os presos, “foram tomadas três espingardas e alguns arcos e muitas flechas”<sup>197</sup>.

Embora as fontes não destaquem alguma ligação desses últimos sujeitos com o comandante Agostinho Moreira, muitas pessoas que eram encontradas nas proximidades de Viseu, eram pessoas que haviam travado combates no rio Guamá e em Bragança. Neste documento localizado por Hurley ainda é possível notar a presença de um alfaiate tido como um dos famosos chefes. Assim havia entre os cabanos profissionais de corte e alfaiataria, mas com eles foram presas espingardas mais também alguns arcos e flechas, o que denota novamente a presença de indígenas ou mesmo de negros que faziam uso desta tipologia de armas.

De acordo com Hurley, o tenente Castilho comunica ao general Andréa, que os paisanos que havia encontrado guarnecendo o posto em Viseu, “tem empregado em várias diligências nos lugares onde consta haver ajuntamentos de rebeldes fugidos do Guamá e Bragança”. Em uma diligência realizada no Piriá, os paisanos relatam que “prenderão alguns e matarão dois, o que dá a conhecer, e alguns tem confessado que os fugidos do Guamá aqui se refúgio e engrossão”<sup>198</sup>. Isso reforça que o destino de muitos cabanos que atuaram na região comandada por Agostinho Moreira era rumo a fronteira com Maranhão, que seguiu bastante ameaçada, mesmo depois de controlada pelos anticabanos.

Como foi abordado anteriormente, não se pode concluir que esses sujeitos mencionados como “chefe dos salteadores” ou “chefe dos rebeldes”, das localidades de Viseu a Turiaçu, tinham alguma ligação com o comandante geral do rio Capim e Guamá. Entretanto, as fontes geralmente indicam que Agostinho Moreira tinha sempre um comandante em algum rio ou povoação. Um exemplo disso é Eduardo Jozé Ferreira, que na lista de prisioneiros cabanos é descrito como comandante de Agostinho Moreira no rio Irituia, “fiel executor das execrandas malvadezas”, assassino do Tenente Felipe Jacques de Almeida, Clemente Antônio Sodré, e de Manoel dos Reis. Também   acusado de ter roubado e incendiado no rio Capim, e apesar da chegada das tropas anticabanas “sahio com outros muitos, que elle Capitaneava em caza do Ten.  Antonio Jozé, a rouba”. Seguiu ao encontro dos “que

---

<sup>197</sup> HURLEY, 1936, p. 140.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 140.

marcharão por terra para Villa de Ourem. Ferreira foi remetido a bordo da Corveta Defensora em 11 de março de 1838 e faleceu no Hospital dos Bexigosos de São José, em 5 de outubro de 1838<sup>199</sup>. Além disso, o comando de Agostinho Moreira contava com ferreiro como é o caso do preso João Ferreira, acusado de ter fabricado ferro para os “malvados”, além de ser “incendiador” e “roubador” no Rio Capim. Em sua culpa consta que acompanhou a Agostinho Moreira e Eduardo Angelim e “até hoje tem esperanças de limpar o seu tersado em brancos”<sup>200</sup>. Eis aqui a presença de mais um trabalhador especializado no comando dos cabanos ligados à Moreira.

Por fim, é importante destacar que muitos outros nomes e fontes podem aparecer e nos revelar novas questões acerca de Agostinho Moreira e de outros sujeitos que a historiografia pouco conhece. Por hora, somos levados a crer que o meio do caminho entre Pará e Maranhão havia uma circulação intensa de muitas pessoas durante a Cabanagem, que levou a preocupação das autoridades ligadas ao Império.

#### **2.4. A caçada ao “malvado Agostinho” pelas tropas repressoras: problemas e hipóteses**

A empreitada para cercar Agostinho Moreira foi faraônica. Esquadras e tropas vindas de Belém, dos comandos militares de Bragança e Vigia atuaram nessa frente em uma caçada que durou cerca de quatro meses. Para entender essa incessante busca por Agostinho Moreira devemos levar em consideração uma série de fatores. Além do fato de que os cabanos de Agostinho estavam próximos de uma mesma região por onde Angelim e outras lideranças haviam se evadido, a preocupação das autoridades anticabanas está atrelada a uma possibilidade de alcance dos cabanos à província do Maranhão, justamente pela frente dos homens de Agostinho Moreira.

De Belém, Andréa mandou escunas de guerra, em direção aos rios por onde fugiam os cabanos que acompanhavam Eduardo Angelim e seus irmãos. Em um ofício de Soares d’Andréa, ao Ministro de Guerra, datado de 25 de maio de 1836, reproduzido por Henrique Jorge Hurley<sup>201</sup>, o presidente anticabano narra ao ministro os acontecimentos referentes às ações empreendidas contra os cabanos em algumas localidades, a retirada de Angelim de Belém e o movimento dos cabanos pelos rios próximos à capital, onde afirma que “o Rio Guamá, que tem suas cabeceiras perto do Maranhão, corre paralelamente à costa do Salgado e

<sup>199</sup> APEP, SPP, Relação Nominal de rebeldes presos, Cód. 1040.

<sup>200</sup> *Ibid.*, Códice 1040.

<sup>201</sup> HURLEY, 1936, p. 16.

hum Agostinho Moreira, estabelecido dentro delle traz ainda em alarme todas as villas, já retomadas por nós sobre a costa.” No mesmo documento, Andréa relata que havia mandado uma escuna para proteger as residências dos fazendeiros do rio Guamá que tinham interesse em se levantar contra os cabanos. Provavelmente, Andrea se referia ao “Manifesto dos habitantes do rio Bujaru, Capim e Inhangapi” que, em resumo, repudiavam às ações cabanas na capital da província paraense, bem como aponta para as consequências “ao derradeiro ponto de miséria” que esses senhores sentiam nas localidades interioranas de onde reclamavam. No documento, os habitantes dessas freguesias também cobram por uma punição aos cabanos pelos assassinatos cometidos nessas localidades “desejando vingar o innocente e precioso sangue desses beneméritos filhos da pátria, que infelizmente forão victimas dos infames Coriolanos do Pará”. No manifesto, os signatários relatam “atentados” ocorridos na região:

Os doloroso brados da pátria tem retumbado nas margens do Bujarú, Capim e Inhangapi; audácia dos monstros tem crescido; hum futuro horroroso ameaça ao pobre e ao rico, as sanguinárias scenas da Ilha de S. Domingos por momentos a representarem-se nesta Província; tudo isto obriga a este povo o desamparar casas, filhos e consortes, e com as armas na mão, fazendo de seus peitos muralhas invencíveis, dar hum testemunho verídico de seu character e patriotismo, i executar nos malvados inteados do Pará o bem merecido castigo de suas perversidade<sup>202</sup>.

Diante do manifesto, os proprietários de terra dessa região se colocavam a disposição das autoridades imperiais para atuarem na repressão aos cabanos ali denominados de “malvados enteados do Pará”. Este documento revela novamente a carga de preconceito destes proprietários para com os cabanos ali percebidos como monstros, perversos, dignos de castigo, malvados e também aqueles que não seriam filhos legítimos do Pará, que tinham, portanto, para com aquela terra uma relação complicada de padrasto/madrasta para seu enteado. Isso fica evidente quando seus atos demonstrariam uma ameaça comparada àquela vinda da antiga ilha caribenhas de São Domingos, ou da revolução hoje conhecida como do Haiti ocorrida entre 1790 e 1804 e que levou à independência de um país feita a partir da luta dos escravizados.

Isso reacende a necessidade de se estudar o papel das elites locais na repressão à Cabanagem, que foge aos limites deste trabalho, mas que pode trazer outros elementos para o entendimento dos meandros da guerra cabana. Para Danielle Moura, Andréa trocava correspondências com “os principais setores burocráticos do Império (judiciário, eclesiástico e militar) e estabeleciam alianças com a elite política imperial”, que por sua vez “deveriam

<sup>202</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1835, edição 201, 15 de setembro de 1835.

contribuir para estabelecer limites às vozes contestatórias” que ameaçavam a ordem social vigente<sup>203</sup>.

Após mandar as escunas seguirem para o rio Guamá e seus afluentes, o general Soares d’Andréa, teve a notícia “que os rebeldes tinham mandado para dentro do Guamá algumas canoas carregadas de gente e que hião recrutando mais para darem abordagem a Escuna.” Diante disso, mandou mais duas escunas para protegerem a primeira.

No dia 25 de abril foi atacada e tomada a povoação de Vizeu, pelo 1º- tenente Luís Sabino, comandante da escuna D. Francisca. Êste oficial, depois de concluída esta ação atrevida, seguiu suas vantagens, arrojando os rebeldes para o lado de Ourém até as margens do Guamá. Com esta vitória, ficou completa a restauração de tôda a costa desta província até a do Maranhão. Por outra parte a divisão composta das escunas Fluminense, Dezenove de Outubro e Pôrto Alegre, comandada pelo 1º-tenente Francisco de Paulo Osório, bateu completamente os rebeldes nos rios Guajará e Capim, expulsando-os das suas posições escolhidas em Bom-Intento, Pernambuco, S. Domingos, Tapicuru e Trafaria, obrigando a Agostinho Moreira, chefe dos rebeldes dêstes distritos, a se entranhar pelo Guamá acima, contando com uma retirada até Vizeu, que já não o receberá como deseja<sup>204</sup>.

O enfrentamento aos cabanos desses pontos descritos por Andréa foi mais bem descrito em um recorte do jornal *O Pacote do Rio*, de setembro de 1836. Nesse recorte, o jornal reproduz um documento escrito pelo capitão Narcizo Gomes do Amaral, escrito a bordo da Escuna Fluminense em 19 de maio de 1836, durante uma “expedição auxiliadora destinada ao Rio Bujaru” que era responsável por ajuda as tropas imperiais de Francisco de Paula Osório nas investidas contra os cabanos que ocupavam as fazendas, engenhos e sítios na altura dos rios Bujaru, Capim e Guamá, nas proximidades da freguesia de São Domingos da Boa Vista. O capitão afirmava que em 6 de maio, as escunas de Osório se localizavam na altura da fazenda Engenhoca, no rio Bujaru, de onde se organizavam para retomar a fazenda de Bom-Intento que àquela altura estava ocupada pelos cabanos. Após suspenderem as três escunas do ancoradouro do Bujaru, no dia 7 de maio, ao passar em frente à fazenda Pernambuco foram alvos de tiros de bala e mosquetaria iniciando uma troca de tiros. Após isso, seguiram em direção a fazenda Bom-Intento onde fundearam as escunas após terem a retomado pela força de 130 homens em um enfrentamento com os cabanos desse local, cuja tropa havia se debandado pelas matas, deixando para trás três mortos, alguns feridos e as suas canoas que foram tomadas pelas forças imperiais. Na noite do dia 7, as escunas de Osório novamente se organizavam para retomar a fazenda Pernambuco, onde fundearam as escunas um pouco abaixo da localidade para não serem percebidos. Enquanto isso, uma força de 50

<sup>203</sup> MOURA, 2009, p. 22.

<sup>204</sup> Quartel-General, na cidade do Pará, 25 de maio de 1836 *apud* RAIOL, 1970, p. 965.

homens seguia por terra para explorar as matas de Igarapé-assu, nas imediações de Bom-Intento. Ao amanhecer do dia 8, um novo conflito havia sido travado na fazenda Pernambuco vitimando um fiel da artilharia, um soldado de caçadores, um voluntário e o escrivão da Escuna Porto Alegre. Os cabanos haviam debandado “e forão tomadas duas gambarras e canoas, três peças, alguns tiros destas e papeis”<sup>205</sup>.

Neste exemplo vários aspectos são relevantes: a tomada cabana da conhecida fazenda Pernambuco e da fazenda Bom Intento. Neste ponto central os cabanos se valeram de canoas, gambarras, mas também usaram três peças de artilharia. Isto demonstra uma organização militar não apenas terrestre, mas também naval. Por fim, mais uma vez foram encontrados papéis entre os objetos apreendidos aos cabanos. E este exemplo praticamente se repete como se percebe logo abaixo.

O capitão Nacizo Amaral continua seu relato informando sobre a necessidade de destruir os cabanos do rio Capim “a bem da segurança publica”, em especial os que ocupavam a fazenda de Vicente Antonio de Miranda. Para organizar a repressão no rio Capim, no dia 10, Narciso marchou por terra com uma tropa de 40 homens que se encontravam em Bujaru em direção ao Capim. Depois navegaram rio acima ancorando no Igarapé-Tanarí, onde receberam instruções do “estado das cousas” pelo vigário de São Domingos da Boa Vista e Lourenço Soares, que era acompanhado do escravizado Pedro “o qual ficou a bordo por ser cúmplice no crime dos cabanos”<sup>206</sup>. Após isso, seguiram a fundear as escunas em frente a uma fazenda em São Domingos da Boa Vista

onde existia hum ponto dos cabanos, e ali fizemos desembarque, tendo antes visto algumas montarias que forão perseguidas, fazendo-se-lhe fogo que não se poderão prender, e ao mesmo tempo houverão alguns tiros de mosquetaria de terra, e fugirão sem se poder observar se houve algum morto dos cabanos; achou-se duas carretas de peça, algumas lazarinas velhas, e foi destruída huma pequena trincheira de taboas<sup>207</sup>.

As montarias eram como se denominavam algumas pequenas embarcações que eram utilizadas especialmente pelas populações indígenas. É comum vermos na documentação da Cabanagem, inúmeros indícios de tentativa de adequação das tropas imperiais à geografia amazônica durante a guerra, como pontua Letícia Barriga. Segundo a autora, uma das principais adequações das tropas foi justamente o uso das montarias que eram canoas de pequeno porte que possuía uma facilidade de navegar pelos caminhos fluviais que os

<sup>205</sup> Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

<sup>206</sup> Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

<sup>207</sup> Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

grandiosos navios de guerra vindos da Corte não conseguiam adentrar<sup>208</sup>. De acordo com Mark Harris, as montarias juntamente da ubá e da igarité eram os três tipos de embarcações mais utilizados nos cursos d'água amazônicos. O autor também destaca os batelões, que costumava ser utilizado para o transporte de gado, as jangadas e os brigues, que eram embarcações provenientes da marinha<sup>209</sup>. Assim, percebemos diante do relato do capitão Narcizo a preocupação das tropas repressoras em apreender canoas, além da própria munição e armamento, que os cabanos deixassem durante os combates. A destruição de trincheiras, assim como o aproveitamento dessas pelas tropas imperiais também serão bastante vistas ao longo das fontes.

Continuando com o relato do capitão Narcizo, no mesmo dia do ataque em uma fazenda de São Domingos, as tropas de Nacizo seguiram rio Capim acima até desembarcarem no sítio de Pedro Cerillo, onde não encontraram ninguém. Em seguida partiram para a fazenda Caridade para pernoitarem e depois seguiram a fundear em frente da fazenda Muraqui-tapera, onde ao amanhecer foram informados “que Agostinho Moreira tinha já subido pelo rio Guamá acima em dezoito gambarras com gente, trastes e madeiras á fortificar-se na fazenda Curanetama huma maré acima de S. Domingos”<sup>210</sup>. Em seguida fundearam no lugar de Trafaria, ponto que reunia trinta cabanos, onde foram encontradas mais armas e munições. Ao se retirarem de Trafaria foram surpreendidos por uma emboscada dos cabanos que fizeram fogo atingindo o próprio Capitão Narcizo e mais três voluntários. Após esse enfrentamento, seguiram para a fazenda Maranaim onde tiveram a notícia que a tropa de 65 homens que marchava por terra de Bujaru ao rio Capim havia tomado posse da fazenda de Vicente Antonio de Miranda, que outrora estava ocupada pelos cabanos. Nessa retomada das tropas imperiais, nove cabanos foram presos e dois morreram em combate. Ao fundearem na referida fazenda, uma escolta prendeu “dois cabanos mais furiosos que se tinham retirado, os quaes resistindo forão mortos”. Na ocasião, “foi verificada a noticia da retirada do tal Moreira com muita gente, escravatura desta referida fazenda, e de outras e preparativos para entrincheiramento”<sup>211</sup>.

<sup>208</sup> BARRIGA, 2023, pp. 245-246.

<sup>209</sup> HARRIS, 2019, p. 72. Para saber mais sobre a produção de embarcações na Amazônia e seus usos, *cf.* FERREIRA, Elias Abner Coelho. **Oficiais canoeiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígenas na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

<sup>210</sup> Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

<sup>211</sup> Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

Essa informação é importantíssima pois aponta para uma aproximação de Agostinho Moreira com os negros escravizados do rio Capim, região repleta de plantéis de escravizados e de mocambos. Pode-se perceber aí mais do que um interesse de Agostinho em arregimentar os escravizados para suas tropas, mas também a interpretação desses sujeitos em aproveitar da revolta geral da província não mais como um simples movimento de resistência isolado, mas como uma oportunidade que gerava expectativas de liberdade que não deveria ser desperdiçada<sup>212</sup>. Após as informações sobre Moreira, Narciso Amaral encerra a correspondência afirmando que “nestes dois dias se apresentarão á Legalidade trinta e tantos cabanos menos cúmplices, e sessenta e tantos escravos” da fazenda de Vicente de Miranda que haviam se embrenhado nas matas. Após isso, o capitão Narciso estabeleceu um destacamento de 50 homens na fazenda de Miranda “para conservação do Destricto, auxiliar aos perseguidos, e explorar o restante do mesmo Destricto”<sup>213</sup>.

Uma das medidas tomadas por Soares d’Andréa para reprimir os cabanos foi a criação de comandos militares espalhados por toda a província do Grão-Pará. De acordo com Henrique Jorge Hurley (1936), Andréa defendia a necessidade de uma administração militar<sup>214</sup> na Província do Grão-Pará, que ficou repartida em nove comandos militares<sup>215</sup>, os quais eram responsáveis por efetivar ações contra os cabanos em regiões específicas e, em algumas ocasiões, reforçavam a ação de outros comandos. Nesse contexto, muitas tropas de outras províncias como o Ceará, Pernambuco e Maranhão reforçaram as “tropas da legalidade”, como se intitulavam os repressores dos cabanos.

Nesse sentido, o Comando Militar de Bragança era responsável por organizar atividades em Bragança, Ourém, Viseu e Turiaçu. Essa região foi uma das primeiras a qual Andréa iniciou seu projeto de caçada aos cabanos no Pará, haja vista que antes mesmo de se tornar o presidente da província, em maio de 1836, a vila de Turiaçu, que fazia fronteira com Maranhão, já estava “pacificada”. A província maranhense, inclusive, temerosa da expansão cabana para seu território, atuou fortemente na repressão do movimento na vila de Turiaçu, auxiliando o Pará com o envio das tropas cearenses, que se encontravam em São Luís, a bordo da Escuna D. Francisca, na tomada de Turiaçu em outubro de 1835. Assim como reforçou a

---

<sup>212</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem**. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, p. 74.

<sup>213</sup> Jornal O Pacote do Rio (RJ), 1836, edição 213, p. 3, 27 de setembro de 1836.

<sup>214</sup> HURLEY, 1936, p. 29.

<sup>215</sup> Para mais informações sobre os Comandos Militares ver: PEREIRA, 2018.

proteção da fronteira com o Cuter Bonfim e o envio de reforços militares e de mantimentos, nos meses que seguiram<sup>216</sup>.

A partir dessa localidade, começou o projeto de repressão de Andréa com apoio das tropas cearenses, comandadas pelo Major Francisco Xavier Torres, depois nomeado comandante militar de Bragança, Viseu, Ourém e Turiaçu. Essas forças tiveram auxílio das tropas pernambucanas, comandadas por Francisco Sérgio de Oliveira, no Comando Militar de Vigia, que atacaram vilas e povoados da região do Salgado até Bragança, chegando a atuar em Ourém na caçada à Agostinho Moreira.<sup>217</sup> Por outro lado, seguiam forças de Belém, pelo rio Guamá e afluentes, atacando variados pontos cabanos e perseguindo Eduardo Angelim, seus irmãos e outros cabanos.

Da vila de Turiaçu, já sob o controle das “tropas da legalidade”, por volta de abril e maio de 1836, partia o Tenente Luíz Sabino, comandante da escuna D. Francisca, com destino a Viseu. Essa povoação, em 25 de abril<sup>218</sup>, foi atacada por ordem do Tenente, resultando em um incêndio que devastou as humildes “casas todas de palha”, além da destruição das trincheiras levantada pelos cabanos “no fim da Povoação”<sup>219</sup>. O incêndio, segundo apurou o major Torres com 2º tenente Antônio José da Cruz, quando esteve em Viseu, no mês seguinte, foi “feito para no caso de ser atacado não ter o inimigo as mesmas casas para delas lhe fazerem fogo”<sup>220</sup>. No entanto, Torres havia achado “muito desnecessário” a iniciativa de Sabino, por entender que as trincheiras poderiam ser aproveitadas e guarnecidas pelas suas forças, para garantir a proteção do povoado. Ainda sobre esse ataque, segundo foi noticiado no *Jornal do Commercio* (RJ), o Tenente Sabino se dirigiu a Viseu

com paisanos, e mui poucos soldados que ao todo não passavão de sessenta homens, sem o consenso até do Major Torres. Assenhoreou-se desta Villa, repelindo e pondo em fuga para mais de duzentos inimigos armados e entrincheirados, e fazendo alimpar de desordeiros todos os seus contornos. Deixou a Escuna em Viseu sob o commando do 2º Tenente Antonio José da Cruz, e foi em hum Lanchão á Villa de Bragança, que logo se lhe rendeu, em a qual poucos dias demorando se, partio com cento e onze praças para atacar Ourem<sup>221</sup>.

Em uma ordem do dia, de 25 de maio de 1836, Soares d’Andréa afirma que o Tenente Luíz Sabino havia “arrojado os rebeldes para o lado de Ourém até as margens do Guamá”, e

<sup>216</sup> Sueny de Souza afirma que em outubro de 1835 o Turiaçu já havia sido tomado pela legalidade em um confronto que teve apoio da província do Maranhão. SOUZA, 2016, pp. 110-111.

<sup>217</sup> HURLEY, 1936.

<sup>218</sup> Quartel-General, na cidade do Pará, 25 de maio de 1836 apud RAIOL, 1970, p. 965.

<sup>219</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Códice 905, doc. 105.

<sup>220</sup> *Ibid.*, doc. 105.

<sup>221</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), 1836, ed. 178, 17 de agosto de 1836.

indicava que com esse feito, estaria “completa a restauração de toda a costa desta província até a do Maranhão”. Por outro lado, ele indicava que um cerco estaria sendo feito aos cabanos de Agostinho Moreira, através de uma batida feita pelas escunas Fluminense, Dezenove de Outubro e Pôrto Alegre, comandadas pelo 1º- tenente Francisco de Paula Osório, nos rios Guamá e Capim, como já comentamos anteriormente. Dois dias depois da ordem de Soares d’Andréa, em 27 de maio, o Tenente Luís Sabino caiu em uma emboscada feita pelos cabanos, em uma estrada a caminho de Ourém, e foi morto a “cutiladas de faca”<sup>222</sup>. As notícias de sua morte e a descrição da investida cabana sobre Sabino e seus homens foram bastante veiculadas nos periódicos que circulavam pelo Império, o *Jornal do Commércio* (RJ) noticiou o ocorrido:

Em distancia porém de três legoas, antes de lá chegar, em o lugar Pedreirinha, ou Rio Vermelho, indo aquelle benemérito militar com huma guarda avançada reconhecer o inimigo, foi cercado por hum bando destes malvados que se achavão de embuscada, e que atraçoadamente o assassinarão com mais dous de sua gente, ficando seis mortalmente feridos; mas acudindo depois o grosso da tropa sobre os rebeldes, fizerão-lhe grande estrago e mortandade, e os puzerão em perfeita debandada; marcharão no dia seguinte e tomarão Ourem, debaixo dos planos do seu falecido Chefe, cuja morte foi assim vingada<sup>223</sup>.

No dia seguinte a morte de Sabino, a tropa seguiu a Ourém comandada pelos paisanos Amandio José de Souza, José de Oliveira Pantoja e Francisco dos Navegantes Souza<sup>224</sup>. De acordo com a descrição de um ofício feito pelos paisanos a Joaquim Ignácio Santiago, suplente de juiz de paz da vila de Bragança, citado por Hurley (1936, p. 128), os bragantinos narram “os sucessos de Ourem noticiando que depois de vivo fogo, os rebeldes em número de sessenta a oitenta abandonaram a villa de Ourém”. A entrada da tropa em Ourém, segundo a descrição de Hurley, se deu às 10 horas, de 28 de maio de 1836. O lado anticabano estava em desvantagem devido a posição em que ficaram organizados, em “hum terreno de três braços pouco mais ou menos, circulado de água”, em áreas pantanosas que dificultaram sua ação. Em contrapartida, os cerca de sessenta a oitenta cabanos, “que muito bem entrincheirados se achavão”, confrontaram o lado inimigo com larga vantagem, onde foi morto João Miguel da Costa e ferido alguns de seus companheiros de tropa. Apesar da investida sucedida dos cabanos, “os caudilhos legaes bragantinos” reagiram imediatamente fazendo “vivo fôgo sobre

<sup>222</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo Cód. 905, doc. 89.

<sup>223</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), 1836, ed. 178, 17 de agosto de 1836.

<sup>224</sup> Um obelisco que celebra a “participação bragantina na Cabanagem”, inaugurado em 28 de maio de 1936, celebra os 100 anos da vitória anticabana sobre os cabanos em Ourém. No monumento intitulado “Estrada Tenente Luís Sabino”, aparecem grafados os nomes dos paisanos bragantinos Amandio José de Souza, José de Oliveira Pantoja e Francisco dos Navegantes Souza.

os malvados” que “puzerão-se em fuga” e, em seguida, as tropas anticabanas se apossam da vila de Ourém<sup>225</sup>. As trincheiras cabanas foram ocupadas e reforçadas pelos seus algozes que ficaram dia e noite em guarda. Um dia após o conflito, em 29 de maio, chegava a Ourém o Capitão José Francisco da Cunha, que iria reforçar e assumir o comando do acampamento anticabano em Ourém. Paralelo a isso, “a boataria fervia na Villa, como as águas ferviam nas rochas graníticas, pontilhadas de biotite, da cachoeira da antiga Casa Forte de Ourém”, circulavam notícias sobre o “assalto” cabano que iria acometer Ourém. Esse novo confronto ocorreu em 30 de maio, às 10 horas da tarde, onde os cabanos surgem em ataque por diversos pontos da vila de Ourém. O confronto que durou aproximadamente “meia ora”, resultou em baixa para ambos os lados, sobretudo para os cabanos que foram vencidos pelos repressores<sup>226</sup>. Em setembro de 1836, o *Jornal do Commercio* (RJ), reproduzia uma notícia de 5 de julho do *Echo do Norte* (MA), que noticiava que em 30 de maio, “hum celebre Agostinho Moreira commanda inda huma força de 300 homens” e que “Eduardo continua a ajuntar gente”<sup>227</sup>.

Nesse ínterim, entrou em cena a atuação do comando militar de Vigia, chefiado pelo responsável das tropas pernambucanas, major Francisco Sérgio de Oliveira, que mandou para Bragança e posteriormente Ourém e o rio Guamá, o tenente Antônio Fernandes de Andrade. Esse comando havia atuado fortemente na repressão dos cabanos em Maracanã, Curuçá e Salinas, e em seguida reuniu forças para atuar em Bragança. Em 6 de maio de 1836, saía de Vigia em direção à Bragança, uma força comandada pelo tenente Andrade composta de 60 praças de 1ª linha, da Brigada de Pernambuco, 20 homens de Curuçá e 20 de Maracanã, com a finalidade de reprimir os cabanos em Bragança<sup>228</sup>. Essas tropas engrossaram a perseguição aos cabanos e tiveram destaque na caçada à Agostinho Moreira, ficando cerca de 3 meses entre Ourém e Bragança até o retorno para Vigia. Ao chegar na vila de Bragança, em 4 de junho de 1836, o tenente Andrade apurou as ocorrências sobre Ourém e mandou seguir sessenta praças para vila, pois havia um receio de que os cabanos seguissem a Bragança, cujo seus moradores se encontravam “cheios de terrores”. Muitos relatos dão conta que o conflito em Ourém e Viseu havia dispersado os cabanos em direção de Bragança e do rio Quatipuru. O próprio tenente Andrade relatava que havia mandado uma força com destino ao “Rio

<sup>225</sup> HURLEY, 1936, pp. 128-131.

<sup>226</sup> “Esse officio, expedido de Ourém, tem a data de 31 de maio de 1836 e é firmado pelos bravos commandantes civis: Amandio José de Souza, José de Oliveira Pantoja e Francisco dos Navegantes Souza.” HURLEY, 1936, pp. 131-132.

<sup>227</sup> *Jornal do Commercio* (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

<sup>228</sup> HURLEY, *op. cit.*, p. 127.

Cutipirú”, “que consta ali a ver salteadores refugiados, vindos de Viseo, e mesmo de Ourem”<sup>229</sup>.

Enquanto isso, Agostinho Moreira “se achava ainda reunido com os rebeldes na sua morada de Moraré”, nas proximidades do rio Guamá. Foi o que apurou o Major Torres ao chegar em Bragança em 14 de junho, após ter deixado o Turiaçu, em 28 de maio, numa viagem que também passou por Viseu, onde deixou a escuna D. Francisca e sessenta paisanos guarnecendo o povoado, até a chegada do cutter Bom Fim que se encontrava no Turiaçu. Em Bragança, o chefe da força de 1ª linha do Ceará organiza em conjunto com o tenente Antônio Fernandes de Andrade, as forças que iriam empreender uma grande caçada à Agostinho Moreira. Em 18 de junho, Torres mandou para Ourém quatro canoas com trinta praças, levando consigo um carregamento de farinha e munições. E após ter cuidado de deixar Bragança protegida, partiu para Ourém no dia 20, às cinco horas da manhã, com dez paisanos das tropas do Ceará e Pernambuco. Ao chegar na vila, Torres se deparou com várias notícias acerca dos movimentos traçados por Agostinho Moreira e seus comandados. Uma informação passada pelo capitão José Francisco da Cunha dizia que:

Agostinho Moreira havia fugido no dia 9 do corrente e que se devia procurar as cabeceiras do Rio Capim e que tendo mandado sobre ele huma partida de 50 homens esta voltava hontem por falta de mantimentos encontrando o caminho por onde passava o d.º Agostinho com os rebeldes que a acompanhão<sup>230</sup>.

No trecho citado, temos um exemplo acerca de uma problemática explicitada pela fonte que está muito presente no histórico militar da região, que é a carência de mantimentos para as tropas militares. Ao analisar essa questão na região de Turiaçu, Sueny de Souza observou que, durante a década de 1820, o envio de tropas para a caçada aos mocambos sofreu significativamente com a “tradicional falta de mantimentos”<sup>231</sup>. Para autora, essa problemática podia ser entendida de três formas: a primeira, pelo número de militares ser superior ao estoque de alimentos; a segunda, que havia uma dificuldade da província em manter as tropas permanentes na região, soma-se à isso a falta de armamento e munição; e por último, as organizações dos mocambos podiam ser mais complexas do que as autoridades provinciais podiam imaginar, ocasionando um desgaste nas tropas e provocando resultados inesperados<sup>232</sup>. Assim podemos observar, que apesar da região possuir esse histórico em outros contextos de tensão, havia uma continuidade na falta de preparo dessas tropas na

<sup>229</sup> HURLEY, 1936, pp. 128-129.

<sup>230</sup> APEP, SPP., Correspondências de diversos com governo, Cód. 905, doc. 89.

<sup>231</sup> SOUZA, 2016, p. 145.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 145.

repressão à Cabanagem. No caso em específico, a falta dos gêneros necessários para as diligências provocou o recuo das tropas anticabanas na caçada à Agostinho Moreira. De acordo com Letícia Barriga, os mantimentos eram, em suma, peixe-seco e farinha, a base alimentar da população do Pará no início do século XIX, além do peixe fresco e a carne bovina, consumida em menor escala<sup>233</sup>. Ainda de acordo com Barriga, “a província passava por uma economia de guerra elevando alimentos como farinha e peixe-seco a concepções de estratégias de guerra. Nesse sentido, garantir o deslocamento destes gêneros para as operações em curso fazia-se muito necessário”<sup>234</sup>.

Ainda sobre as informações recebidas do Capitão Francisco da Cunha, o Major Torres relatava:

diz me mais o mesmo Capitão que o Tenente Manoel Manço Metello Manito morador no Rio Capim seguira com huma força do lugar Urucuriteua a ver se conseguia tomar a frente do malvado Agostinho afim de poder capturar, eu pretendo fazer seguir a manhã uma força sobre elle, e do resultado darei parte a V<sup>a</sup> Exc<sup>a</sup>; porém julgo nenhum proveito colherá com rasão do grande avanço de dias que já levo<sup>235</sup>.

As localidades acima mencionadas localizavam-se no rio Guamá, entre a freguesia de São Miguel da Cachoeira e a vila de Ourém. Essas investidas foram organizadas pelo Capitão Tenente Francisco de Paula Osório, que em 10 de junho chegava com sua embarcação ao porto de São Miguel. Essa freguesia era um ponto guarnecido dos cabanos, que após a chegada de Osório, se debandou “logo que souberão que as escunas se achavão próximas”. A mando do Capitão Tenente Osório, o Tenente Manoel Manito com cinquenta homens foram tomar o ponto de São Miguel. No dia seguinte, mandou para Mururé oitenta homens comandado por um alferes e o Tenente Manito, “a fim de atacarem Agostinho Moreira, e com ordens para o perseguir, no caso delle fugir, até às cabeceiras do Guamá”. Ao mesmo tempo, Osório havia mandado cinquenta e dois homens para Irituia, comandados pelo capitão das guardas nacionais, Narciso Gomes do Amaral, para se juntar às tropas de Manito com a finalidade de cercar Moreira<sup>236</sup>. Estando o chefe cabano em sua morada, no Mururé, a posição que iria tomar o tenente Manito com sua força poderia encurralá-lo, haja vista que o lugar de Urucuriteua ficava próximo de Mururé. Entretanto, muito provavelmente as forças de Manito não chegaram alcançar Moreira pois, de acordo com um homem que se apresentou as forças do major Torres, em 10 de junho o comandante cabano se encontrava no lugar de “Jauariteua”

<sup>233</sup> BARRIGA, 2023, p. 216.

<sup>234</sup> *Ibid.*, p. 245.

<sup>235</sup> APEP, SPP, Correspondências de diversos com governo, Cód. 905, doc. 89.

<sup>236</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

e “que o destino era procurar os gentios<sup>237</sup>”. O informante, que havia debandado do comando de Moreira, disse ainda que Agostinho andava com pouca gente armada, acompanhado de seus pais e sua esposa, além de “dez-eseis escravos, conduzindo talvez o mais precioso que roubava”<sup>238</sup>.

A seguir temos um fragmento do “Mapeamento do município de Ourém” feito na década de 1920 pelo engenheiro civil e escritor paraense João de Palma Muniz.

Figura 7 - Mapeamento do município de Ourém (déc. 1920) – fragmento 1



Fonte: PALMA MUNIZ. Mapeamento do município de Ourém, década de 1920, fragmento 1, 1925, p. 109.

<sup>237</sup> O termo gentio era utilizado para classificar indígenas livres que não haviam sido integrados ao sistema colonial. Ver CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>238</sup> Não fica claro se esses 16 escravizados pertenciam a Agostinho Moreira ou se haviam sido roubados. APEP, SPP, Correspondências de diversos com governo, Cód. 905, doc. 89.



inóspitos à procura de pessoas e grupos com localizações bem específicas, que só podem ser características de alguém que há muito tempo conhece seu lugar e suas gentes.

Por outro lado, o capitão Osório havia recebido notícias de que, em 11 de junho, “Agostinho Moreira mandou dispersar todos os seus destacamentos, e elle fugia com toda sua comitiva, dizem que com 100 homens, muitas mulheres e crianças, dirigindo-se para as cabeceiras do mencionado Guamá”<sup>239</sup>. No mesmo ofício, Osório afirma que muitos cabanos que integravam as forças de Agostinho Moreira, no rio Guamá, têm se apresentado as suas tropas e virando em favor da causa anticabana:

Aqui neste ponto conta 70, e em Irituia 150, e tantos a ponto de deporem as armas, destacamentos inteiros, e voltaram-se a favor da nossa causa. Posso asseverar a v. Ex. que tomarei todas as medidas, e farei todos os esforços para pacificar todos os povos deste rio, assim como perseguir Agostinho Moreira. Espero até o dia 17 que se apresentem as gentes de todos os destacamentos deste rio, pois tenho recebido algumas cartas dos seus Commandantes, todos os dias se estão apresentando homens dos que já forão de Agostinho Moreira, e outras que estavam escondidos nas matas<sup>240</sup>.

A mudança de lado, ou mesmo uma traição, era bastante comum, pois Soares Andréa e demais comandantes anticabanos se utilizavam disso para reduzir as penas dos cabanos. Segundo Magda Ricci (2008), se tratava de uma “anistia informal”, desde que os soldados cabanos se integrassem às fileiras das tropas repressoras, eles não seriam julgados. Essas mudanças traziam consigo informações valiosas para o combate aos cabanos, e a sua incorporação às tropas imperiais forneciam muitas vantagens. O capitão Osório aproveitou bastante disso para organizar o cerco a Agostinho Moreira:

de Tapuruçu mandei marchar huma força dos apresentados para Badajos, a fim de evitar, bater e destruir a força de Agostinho Moreira, quando por ali se quisesse evadir. As gabarras todas de Agostinho Moreira, elle mesmo as mandou metter a pique, inclusive huma armada com duas peças por banda, que elle tinha para bater as escunas. Isto fez logo que a divisão subio ao rio Guamá, e pretendo tira-las, se o tempo me der lugar, tão depressa acabe com Agostinho Moreira, se V. Ex. não mandar o contrario<sup>241</sup>.

O final da citação é importante, porque é possível perceber que Agostinho Moreira tinha em seu poder embarcações armadas capazes de enfrentar as embarcações de guerra imperiais. O ato de fazer suas gabarras “metter a pique”, ou seja, causa uma destruição dessas embarcações, um naufrágio, algo do tipo, nos fornece alguns significados sobre as estratégias de guerra do comandante cabano: provavelmente, o naufrágio proposital poderia ser uma forma de prejudicar a passagem dos navios de guerra do inimigo pelo rio; o que possibilitava

<sup>239</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

<sup>240</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

<sup>241</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

um ganho de tempo para os cabanos seguirem em fuga por outros caminhos, seja a pé pelas matas, ou através de embarcações pequenas que pudessem transitar por furos e igarapés. Isso pode ser cogitado a partir do itinerário percorrido por Agostinho Moreira e sua gente, a partir das informações que eram fornecidas enquanto eram perseguidos.

A perseguição a Agostinho Moreira e aos cabanos de seu comando ganhava corpo no mês de julho. As tropas pernambucanas e cearenses se mobilizavam de Bragança a Ourém e imediações, pelo rio Guamá as embarcações que vinham de Belém, a perseguir Eduardo Angelim, também se mobilizavam contra Moreira, e nas proximidades com a fronteira do Maranhão ainda havia preocupação. De acordo com Hurley, o presidente do Maranhão havia ordenado que a escuna D. Francisca, agora sob o comando do 1º tenente Joaquim Alves de Castilho, se instalasse com sua guarnição e seu destacamento de 22 praças no povoado de Viseu, caso fosse consentido pelo presidente do Pará. Também solicitava que o cutter Bonfim, que se encontrava “arruinado” e precisando de reparos, ficasse guarnecendo a vila de Turiaçu. Nesse sentido, Hurley especula que o presidente da província maranhense “temia uma invasão cabana na sua Província, através do Gurupy”. Para comprovar sua hipótese, o autor se utiliza de um trecho do seguinte ofício:

Sendo aquelle ponto de Viseo mais interessante guardar-se, e ser bem defendido por qualquer invasão que ahi possa haver, e mesmo reunioens de malvados anarquistas, desta província se se abandonar aquelle lugar, por terem caminhos que nos são occultos, mas bem conhecidos deles por ondem podem passar para este districto vindo acossados do Pará e mesmo porque da segurança d'aquelle ponto a tranquillidade e a segurança e da Província visinha, julgo não poder V. S. voltar para esta villa (Turyassú) e sim conservar-se n'aquelle ponto, muito principalmente com a certeza de que os monstros e bárbaros Eduardo, Presidente dos rebeldes e Agostinho Moreira tendo escapado às forças da legalidade da Capital desta província tentão evadir-se para estas partes<sup>242</sup>.

Fica explícito através desse trecho que havia uma preocupação constante com os movimentos de Agostinho Moreira e de Eduardo Angelim rumarem ao Maranhão. Ao que parece, temiam as autoridades do Pará e do Maranhão que um eventual encontro dessas duas lideranças pudesse arrasar as vilas e povoados já pacificados pelas tropas “legalistas” e ampliar o raio de atuação dos cabanos para a província vizinha. Em um ofício endereçado ao Capitão Tenente Francisco de Paula Osório, datado de 28 de julho de 1836, o brigadeiro Andréa ordena que Osório mantenha a “boa Ordem nos Rios Guamá e Guajará, Bujarú e Capim” e que se faça uma “ativa vigilância” sobre os movimentos feitos por alguns cabanos:

<sup>242</sup> Ofício de 1 de julho de 1836, de Antônio Elias Mendes, Juiz de Paz de Turiassú, ao 1º Tenente Joaquim Alves de Castilho, comunicando nomeações e ordens do presidente do Maranhão. HURLEY, 1936, pp. 138-139

Terá todo o cuidado nos movimentos que possam fazer pelas Cabeceiras do Guamá o facinoroso Agostinho Moreira, e pelas Cabeceiras do Capim da parte do Acará o Eduardo Chefe dos Rebeldes. Nada está feito em quanto qualquer d'estes homens existirem, ou não forem presos e por este motivo nenhuma diligência, se deve poupar para se saber sempre do lugar de seus domicílios, nem esforço algum para conseguir a sua prisão ou a sua morte [...]. Palácio do Governo do Pará 28 de Julho de 1836 – Francisco Jozé de Souza Soares d'Andréa<sup>243</sup>.

Essas orientações de Andréa só reforçam que capturar Agostinho Moreira tinha o mesmo valor e importância que apreender Eduardo Angelim. Ainda que Andréa diferencie os dois sujeitos classificando um como “chefe dos rebeldes” e o outro como “facinoroso”, fica perceptível que as ações do comandante dos rios Capim e Guamá preocupava as autoridades “legalistas”, dado o grau de relevância que é dada a ele quando o brigadeiro sugere cautela nas investidas nas localidades onde os dois líderes cabanos se encontravam.

Como analisou Thailana Pereira (2018), o foco de Soares d'Andréa era na captura dos cabeças do movimento. O passo que cada um dava por onde passava foi minimamente calculado, sobretudo de Eduardo Angelim que, dentre uma das possibilidades levantadas por Andréa, foi cogitada a possibilidade de se evadir para o Maranhão:

Nas Cabeceiras do Capim devem estar hoje 60 homens d'aquela distrito em observação aos movimentos de Eduardo (...). Estando declarados o fim, e os meios desta empresa apontarei alguma das probabilidades que podem supor-se aos movimentos do Eduardo. Na posição em que ele se acha pode tomar facilmente as Cabeceiras do Capim; as de Bujarú; está Senhor das Cabeceiras dos Acarás Grande e Pequeno e pode tomar as Cabeceiras do Mojú ou mesmo um ponto da sua margem direita. No primeiro caso desce o [rio] Capim, e o sobe o Guamá para se evadir para o lado do Maranhão ou toma qualquer ponto da margem direita do Gurupá. No primeiro caso desce o Capim digo do Guamá ou Gurupá para hostilizar qualquer das Vilas da Costa até esta Capital<sup>244</sup>.

Diante da possibilidade de o movimento cabano seguir para a província vizinha, a perseguição a esses sujeitos recrudescia. Em 1º de julho, o Major Antônio Manoel Nunes, de Irituia, que informava ao Major Torres, que Agostinho Moreira, se encontrava “para as partes do Igarapé Indoá pelo Rio Guamá assima e sem séquito por assim lhe dizer um preto que fugira delle”. Diante da informação de que Agostinho Moreira supostamente andava sem sua comitiva, no dia 4 de julho, o Major Torres ordena os tenentes Joaquim Jozé de Santa Tuma e Antonio Fernandes d'Andrade, seguirem com cento e vinte praças divididos em três partidas “que seguissem até a quelle Igarapé afim de prenderem Agostinho”. Nessas partidas, foram encontrados apenas três homens, vinte mulheres e muitas crianças, além de “muitos ranchos”

<sup>243</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 1020, doc. 20.

<sup>244</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 1020, doc. 27.

que possivelmente foram “habitados pelos salteadores ao Induá”<sup>245</sup>. Sobre os ranchos, é interessante observar a recorrência da menção a essas habitações que também é recorrente na documentação sobre a caçada aos mocambos. Esse tipo de casa improvisada, feita de palha, está presente em comunidades indígenas e em mocambos. Nessa região em específico, os “muitos ranchos” sempre estão associados à presença dos sujeitos que se refugiavam nas matas: negros escravizados, indígenas e soldados desertores. Sendo assim, por meio do método do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg<sup>246</sup>, conseguimos enxergar a presença desses amocambados na guerra cabana nas entrelinhas dos documentos oficiais que omitem a participação desses sujeitos. O que nos leva a entender que Agostinho Moreira teceu inúmeras relações com os amocambados dessa região.

Diante das informações que chegavam sobre a caçada do senhor dos rios Guamá e Capim, o major Torres ordenou ao Tenente Hilderico Cícero d’Alencar Araripe, que havia deixado como comandante de sua força em Ourém, que mandasse uma partida de 40 praças ao Induá a procura de Agostinho Moreira. Nesse ínterim, o Major Antonio Manoel Nunes havia aprendido um “portador de Agostinho” que havia prometido “mostrar o lugar a onde elle se achava”. Diante dessa informação, o Tenente Hilderico tratou de organizar as tropas de Ourém que seguiram, em 25 de julho, para se encontrarem com as forças de Irituia a caminho de Induá.<sup>247</sup>

Ao retornar para Bragança em 4 de julho, o major Francisco Xavier Torres atuou fortemente na repressão dos cabanos em Bragança, onde prendeu e assassinou alguns “chefes dos salteadores” que atuavam na região, sendo alguns pertencentes ao comando de Agostinho Moreira. Em ofício de 4 de agosto, o major Torres relatava ao general Soares Andrea algumas das medidas tomadas pelo seu comando militar em Ourém, Bragança, Viseu e Turiaçu. Ao finalizar a escrita do ofício, Torres recebeu uma cópia do tenente Xilderico Cícero de Alencar Araripe, com a notícia de “ter elle prendido ao facinoroso Agostinho de Sousa Moreira no dia 1º do corrente”. Após receber a notícia, Torres tratou de mandar a Ourém, o tenente João da Silva Pereira, com 20 baionetas para conduzir a Bragança, o comandante cabano dos rios Capim e Guamá, a qual o adjetivou de “monstro”<sup>248</sup>. Essas alcunhas empregadas a Agostinho Moreira e aos demais cabanos representam nitidamente uma imagem carregada de

---

<sup>245</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com o governo, Cód. 905, doc. 105.

<sup>246</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 177.

<sup>247</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, documento 105.

<sup>248</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, documento 105.

monstruosidade, criada por Soares d'Andréa e reproduzidas pelos demais integrantes das tropas imperiais. De acordo com Danielle Moura:

(...) Soares d'Andréa descrevia nitidamente a imagem do monstro cabano que ele construíra: aquele que com armas em mãos desrespeitava e desafiava a ordem, principalmente porque antes ocupava um cargo que o vinculava à legalidade imperial; aquele que fazia perseguições com o único intuito de tirar a vida de desprotegidas vítimas; aquele que sem clemência infringia uma morte agonizante; aquele que se satisfazia em ver o sangue de tantos homens ser derramado<sup>249</sup>.

O tenente Alencar Araripe acompanhado do sargento Sampaio e uma escolta de trinta praças, encurralaram Agostinho Moreira portando uma espingarda e acompanhado de sua esposa, seus pais e mais seis escravizados. Segundo o tenente Araripe, “esta diligencia foi feita em casa de Gil Antonio, pela promessa que lhe fiz de ficar elle livre se entregasse o mesmo Moreira”. O relato de Alencar Araripe também dá conta da prisão e rendimento de outros cabanos, além de muitas mulheres e crianças se encontravam escondidas nas matas, onde muitas delas sucumbiam à fome<sup>250</sup>.

Em uma outra correspondência, o tenente Hilderico Alencar Araripe informava que os “muitos escravos” que acompanhavam Agostinho Moreira já estavam sendo recebidos pelos seus senhores<sup>251</sup>. Apesar de Hilderico Araripe não dar conta do número de escravizados que acompanhavam Agostinho Moreira, é interessante recuperar o que já falamos anteriormente sobre as denúncias de que o comandante cabano estaria levando consigo a “escravidão” de muitas fazendas da região. Embora as fontes não revelem o tipo de envolvimento desses escravizados com a Cabanagem de Agostinho Moreira, uma leitura possível de ser feita sobre a devolução desses sujeitos para os senhores está atrelada ao fato de que, na maioria das vezes, a responsabilidade da punição dos delitos ou crimes cometidos por esses escravizados ser de responsabilidade dos senhores, assim como eram durante as caçadas aos mocambos<sup>252</sup>.

A participação do negro escravizado na Cabanagem possui muitas complexidades advindas tanto pelo silenciamento da presença desses negros nas fontes, quanto pelas divergências dentro do movimento cabano envolvendo a pauta desses sujeitos, como já estudou Luís Balkar<sup>253</sup>. O autor trabalha com as variadas formas de inserção do negro na luta, seja pela sua identificação com as bandeiras da luta, ou mesmo o aproveitamento de uma oportunidade para alçar ares de liberdade. Dentre as múltiplas formas de inserção, ou não,

<sup>249</sup> MOURA, 2009, p. 33.

<sup>250</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, documento 94.

<sup>251</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, documento 115.

<sup>252</sup> PINHEIRO, 1999, p. 160.

<sup>253</sup> Cf. PINHEIRO (1998); PINHEIRO (1999).

desses sujeitos enas luta, Peixoto supôs “que alguns escravos tenham dado ênfase às atitudes condescendentes e submissas como parte de suas estratégias individuais de sobrevivência dentro de um sistema que lhes era francamente desfavorável”<sup>254</sup>. O que significa dizer que

relações de submissão como essa - em que a fidelidade pudesse ser recompensada pelo abrandamento da pressão cotidiana e a concessão de pequenas "regalias" e "favores" - tenham sido as responsáveis pelo afastamento de alguns cativos do turbilhão da revolta; mas, em contrapartida, essa postura também acabava atraindo sobre esses escravos a fúria dos que pugnavam pela revolta, passando a identificá-los como colaboradores da tirania empreendida pelos proprietários escravocratas<sup>255</sup>.

Assim, podemos inferir que muitas dessas relações também estiveram presentes entre Agostinho Moreira e seus escravizados que tinha em sua posse, segundo afirmou o Tenente Alencar Araripe ao divulgar em uma correspondência a relação de escravos que possuía Agostinho Moreira e sua mãe como podemos ver a seguir:

Quadro 1 - Relação dos escravos de Agostinho Moreira recolhidos em diligência

Números	Nomes	Idades	Qualidades	Bs
1	Pedro	12	Cafuz	
2	Maria	17	Idem	Tem carta de liberdade
3	Anna	4	Molata	Dizem q. <sup>ue</sup> está no Baptisterio como forro
4	Vitorina	10	Cafuza	
5	Joanna	9	Idem	
6	Marcelina	16	Idem	
7	Luiza	9	Preta	
8	Feliciano	8	Idem	

Fonte: APEP, SPP, Códice 905, doc. 115.

Quadro 2 - Escravos pertencentes a mãe de Agostinho Moreira

9	Quirino	10	Preto	Tem carta de liberdade
10	João	70	Idem	
11	Manoel	1	Molato	
12	Joanna	82	Preta	
13	Roza	18	Idem	
14	Macaria	7	Cafuza	
15	Jozefa	3	Preta	

Fonte: APEP, SPP, Códice 905, doc. 115.

Esse foi o primeiro indício de posse de escravizados nas mãos de Agostinho Moreira que foi possível ser identificada nas fontes consultadas até então. Não foi possível perceber o tipo de relação que Moreira tecia com esses sujeitos no contexto da guerra. Provavelmente,

<sup>254</sup> PINHEIRO, 1999, p. 167.

<sup>255</sup> *Ibid.*, p. 168.

em função das relações de submissão, lealdade e de abrandamento da pressão do trabalho escravista, esses sujeitos estariam obrigados a prestar algum tipo de auxílio às tropas durante a guerra. Há ainda nesta relação uma subdivisão entre o grupo de escravizados de Moreira e aqueles pertencentes à sua mãe. Como os dois grupos estavam submetidos à prisão se supõe que em ambos os casos estes homens e mulheres estariam ligados a Agostinho Moreira. Nota-se ainda a presença de um liberto chamado Quirino que é grafado como preto com 10 anos de idade. Provavelmente ele era filho de alguma escrava da mesma relação ou do restante do plantel (se isso existiu). Por fim nota-se a marcante presença feminina, haja vista a maioria desses escravizados ser composta por mulheres de diferentes idades. São 11 nas duas relações que somam 15 indivíduos, isto perfaz cerca de 73% dos nomes listados. Já é notório que os homens apreendidos ou eram novos (entre 12 a 1 ano de idade), ou já idoso como João com 70 anos. Não constam escravizados homens em idade adulta (acima de 14 anos).

É preciso recuperar que Domingos Antonio Raiol explica em sua obra que havia uma recomendação de Andréa sobre o tipo de tratamento que deveria ser dado às mulheres, aos menores de idade e aos idosos presos com os cabanos assim é possível inferir que os cabanos podiam pensar em deixar para trás estes indivíduos até como um mecanismo para atrasar as tropas anticabanas. Sobre a diretriz de Andréa escreve Raiol:

Andréa recomendava todo o respeito às mulheres e filhos menores dos rebeldes, às solteiras e velhos decrepitos, de maneira que não fossem arrancados de suas moradas ou lugares em que fossem encontrados., se lhes tirasse coisa alguma do que possuíssem, excetuados os petrechos de guerra e os trastes que visivelmente fossem reconhecidos como roubados. Os primeiros seriam recolhidos à capital como pertencentes ao Estado, quer fossem achados dispersos, quer em boa arrecadação; os segundos seriam postos em depósito até decidir-se o que parecesse de melhor jovem justiça. O incêndio e a violência feita às mulheres, às menores, aos velhos e aos prisioneiros eram crimes punidos com todo o rigor da lei, devendo os comandantes militares prender logo os delinquentes e dar ao governo conhecimento de tudo. Dos rebeldes que se apresentassem seriam presos somente os que fossem reconhecidos como malvados por seus crimes; os demais seriam empregados em serviços públicos depois de desarmados<sup>256</sup>.

A participação feminina na Cabanagem já foi estudada por Eliana Ramos Ferreira, que elencou as múltiplas formas de participação dessas mulheres em ambos os lados da guerra, identificando que muitas delas auxiliaram os homens cabanos nas lutas, seja com cuidados voltados para os danos ocasionados no fronte, na parte de alimentação, ou mesmo com

---

<sup>256</sup> Instruções gerais de Andréa, de 1º de abril de 1837, dadas para os comandantes militares da província. *apud*. RAIOL, vol 3, 1970, p. 987.

mulheres que pegaram que atuaram diretamente na linha de frente<sup>257</sup>. Para além disso, falamos no capítulo anterior que nos mundos da escravidão, muitas relações eram tecidas entre senhores e escravizados, como o abrandamento de algumas funções e algumas regalias garantidas aos escravizados em troca dessas relações de lealdade, e que também podem estar inseridas nas teias sociais tecidas entre senhores e amocambados, dado a possibilidade de aproximação de Agostinho Moreira com esses sujeitos.

Em 9 de Agosto, parte de Bragança para a Vigia, o Tenente Antônio Fernandes d'Andrade levando consigo Agostinho Moreira e mais trinta e quatro presos<sup>258</sup>. Ao chegar em Vigia, em 26 de agosto, o Major Francisco Sérgio de Oliveira oficia ao presidente Andréa que no dia 24, do mesmo mês, chegava a expedição que vinha de Bragança, trazendo “o feroz Agostinho Moreira, que está em ferros a bordo da presiganga” do porto de Vigia<sup>259</sup>.

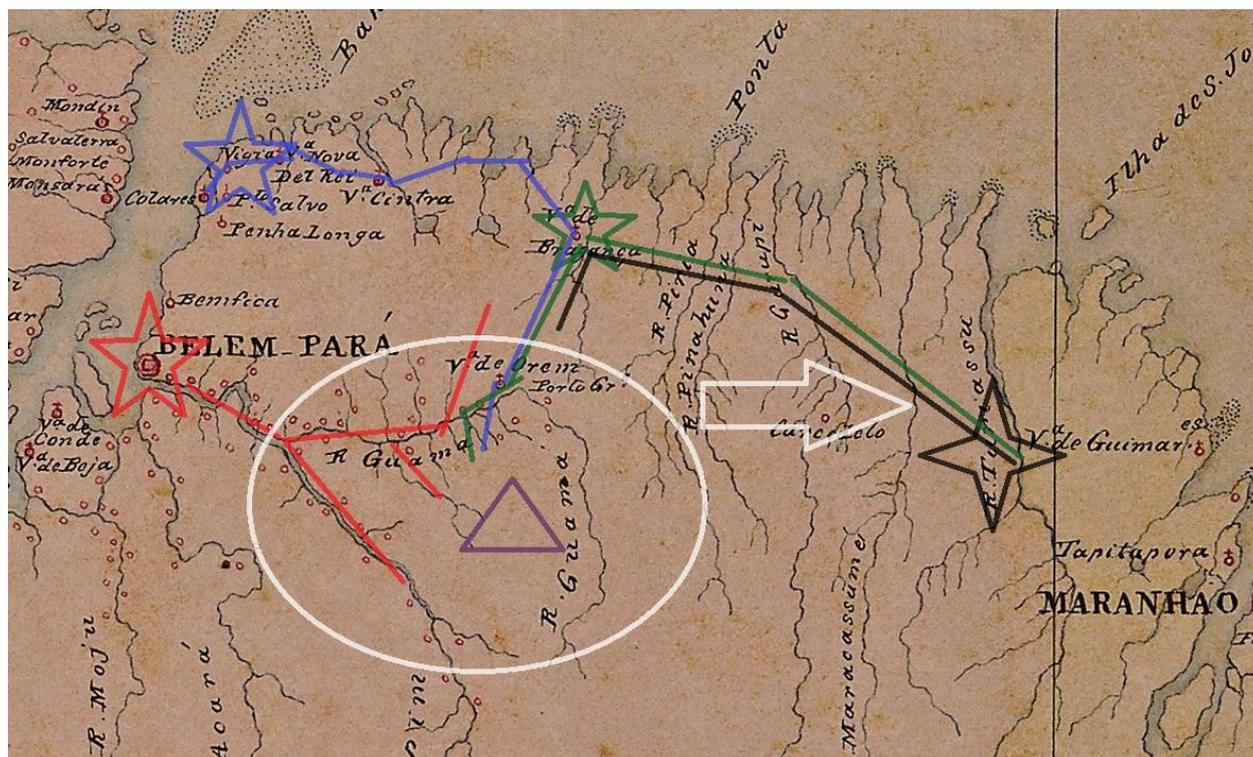
---

<sup>257</sup> Para um estudo sobre mulheres na Cabanagem ver: FERREIRA, 2010; FERREIRA, Eliana Ramos. As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). **Faces da história da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2006, 519-544.

<sup>258</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Códice 905, documento 111.

<sup>259</sup> HURLEY, 1936, pp. 127-128.

Figura 9 - Mapa do cerco a Agostinho Moreira.



Fonte: Adaptação feita pelo autor do mapa “O Estado e capitanias do Grão-Pará e Rio Negro com as do Maranhão e Piauí que dele se desanexaram em separado [do] Governo Geral no ano de 1774, aumentando até o paralelo de cinco graus de latitude boreal com as comunicações dos rios Negro, Orinoco e Cavaburis, a situação da nova fortaleza, e verdadeiro curso do rio Branco feito em 1780. Arquivo Nacional. Fundo Ministério da Guerra. BR\_RJANRIO\_OG\_0\_MAP\_0044<sup>260</sup>

No mapa acima buscamos demonstrar como funcionou o cerco das tropas imperiais repressoras à Agostinho Moreira. As estrelas de cinco pontas representam os comandos militares criados por Andréa, em vermelho Belém, em azul Vigia, em Verde Bragança. Já a estrela de quatro pontas preta representa o Turiaçu que mesmo não sendo sede de um comando militar, teve reforço militar da província do Maranhão. O círculo branco representa a área de atuação dos cabanos do comando de Agostinho Moreira e a seta sinaliza o destino a qual pretendiam alcançar os integrantes do comando de Moreira. As listras representam o caminho por onde cada tropa repressora percorreu para realizar o cerco à Agostinho Moreira que está representado pelo triângulo roxo, onde aproximadamente fica localizado o igarapé Induá onde foi capturado. A listra preta representa especificamente o caminho percorrido pelo Tenente Luís Sabino que havia sido enviado pelo Maranhão e que foi morto antes de chegar a Ourém. Já a listra vermelha representa os caminhos percorridos pelas escunas comandadas pelo tenente Francisco de Paula Osório. A listra azul representa a atuação das tropas

<sup>260</sup>[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_OG/0/MAP/0044/BR\\_RJANRIO\\_OG\\_0\\_MAP\\_0044\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_OG/0/MAP/0044/BR_RJANRIO_OG_0_MAP_0044_d0001de0001.pdf).

comandadas pelo major Francisco Sérgio de Oliveira que reprimiu boa parte dos cabanos na região do salgado e reforçou a tropa do major Torres, em verde, que saiu do Turiaçu para Bragança e depois para Ourém.

## **2.5. A prisão e interrogatório de Agostinho Moreira: algumas revelações**

A prisão do comandante cabano do rio Guamá e Capim, bem como a de outros cabanos em outras localidades, presos durante a perseguição a Agostinho Moreira, pode ser reveladora da organização e das intenções desses sujeitos durante a guerra cabana. Antes de partir para Vigia, Agostinho Moreira foi interrogado em Bragança, pelo alferes e ajudante do detalhe, João Baptista e Mello. No interrogatório, o comandante cabano responde algumas perguntas que, em sua maioria, dizem respeito aos bens materiais que portava. Pode-se observar que Agostinho Moreira e sua família tinham uma boa quantia de moedas, assim como uma quantidade de ouro e prata. Não fica explícito se pertenciam a ele ou foram saqueados nas investidas cabanas.

Uma das perguntas feitas tinha interesse de saber sobre os bens deixados à família do comandante cabano, que respondeu que havia deixado 800 mil réis em prata, louça espanhola, uma pequena porção de ouro bruto, um par de esporas, além de joias de ouro e prata de sua esposa. Além disso, constavam nos pertences uma porção de prata em barra e uma colher com a firma do Tenente Coronel Bulhões, “Coronel que lhe tomarão no saque da Cidade, e foi tomado ao negro Silvestre do rio Capim”<sup>261</sup>. De acordo com Pinto (2020), um sujeito chamado Silvestre da Cruz, havia sido “um refinado ladrão”, que havia saqueado a residência de Benjamin e João Antônio Corrêa Bulhão, “levando para o distrito do Capim uma porção de fazenda e muitos móveis de casas”, além dos talheres de “prata bruta”, havia sido encontradas uma quantidade de “trastes” que “foram recolhidos ao depósito geral”<sup>262</sup>.

Outras perguntas foram feitas acerca dos baús que foram encontrados durante a caçada e prisão de Agostinho Moreira. Um desses baús havia sido achado pelo tenente Manito durante as partidas das tropas repressoras, nas proximidades de Mururé. Segundo a resposta de Agostinho Moreira, eram dois baús onde um continha aproximadamente 2000:000 réis em prata, e no outro continham utensílios domésticos como uma bacia, um jarro, três salvas, um faqueiro grande, e um galheteiro, todos de prata. A curiosidade do interrogador em torno

---

<sup>261</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 116.

<sup>262</sup> PINTO, 2020, p. 334.

desses bens pode estar atrelada aos baús que foram encontrados quando Agostinho Moreira foi capturado. Vale mencionar que o tenente Alencar Araripe já havia alertado, em um ofício, que a tropa de Irituia havia “deixado três bahus arrebetados no ranxo”<sup>263</sup> e que supostamente foram saqueados por ex-cabanos que foram recrutados para as tropas repressoras sob o indulto da anistia. Sobre esses baús, Agostinho Moreira respondeu que havia deixado quatro baús perto do rancho em que ficou sua esposa sem o conhecimento dela.

úm do Pai onde tinha seo facto e livros, e uma quarta de oiro bruto; em outro está seo facto que hé 2 cazacas, s sobre cazaca, 2 fardas finas, 4 Cavados de pano azul, 2 bandas, 1 faxa, 1 cananna, huma banda, hum corte de cazaca, e huma arma de espoleta, não hé seo, e nem sabe quem hé seo dono; tudo o mais que se acha no dito Bahú que hé roupa branca, hé seo; nos outros dous Bahús está também roupa sua e de sua m.<sup>er</sup>, achando-se entre a mesma roupa 1 chapéo armado, 1 Barritina, 1 par de esporas<sup>264</sup>.

Pela descrição de Agostinho Moreira, esses baús levavam um fardamento que aparenta ser da guarda nacional<sup>265</sup>. Ao analisar as fugas e deserções das tropas repressoras, Leticia Barriga observou que os soldados que fugiam levavam consigo armamento, munição e até mesmo o uniforme. Isso acontecia, segundo a autora, devido à carestia de armamento e munição que enfrentavam as tropas. Sendo assim, a apropriação desses materiais resultava em penalidades graves, ainda mais num contexto de guerra em que a disputa por esses elementos se tornou imprescindível<sup>266</sup>. O eventual saque cometido pelas tropas anticabanas desses materiais contidos nos baús de Agostinho Moreira colabora para o entendimento da crise de armamento bélico e de farda que acometiam as tropas naquele momento.

Ainda sobre as perguntas do interrogatório, Agostinho Moreira informa que sua esposa tinha um baú que havia deixado nas casas de dona Domingas na Fazenda Tajuba, além disso, o comandante cabano informa ter deixado uma quantia de cobre nas mãos do Tenente Angelo, e 300:000 réis no Igarapé Mururé, além de ter enterrado dinheiro “chemxem” na margem de um caminho que seguia até as cabeceiras do Igarapé Tucunaré, a qual estava sinalizado por um pão cortado em cima do lugar onde estava enterrado<sup>267</sup>. Os metais preciosos e as moedas que possuía Moreira podem revelar uma prática bastante comum nessa região, sobretudo nas proximidades de Viseu, Gurupi e Turiaçu que eram zonas auríferas que iam até Goiás. O ouro,

<sup>263</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 115.

<sup>264</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 116.

<sup>265</sup> Para um estudo acerca da vestimenta da guarda nacional, *cf.* ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852; a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada**. São Paulo: Universidade de São Paulo – Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Dissertação de Mestrado, 1999, 195 p.

<sup>266</sup> BARRIGA, 2023, p. 238.

<sup>267</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 116.

mas não apenas ele atraía muitos traficantes de outras províncias para o fabrico e disseminação de moedas de cobre falsas, como já foi estudado por Sueny de Souza<sup>268</sup>.

Além desses traficantes estrangeiros, os próprios habitantes da região, sobretudo indígenas, mestiços e negros – sobretudo os amocambado – aproveitavam da exploração clandestina desses metais para ampliarem suas rendas e garantirem moedas para a troca de produtos<sup>269</sup>. Ainda segundo a autora, em meio à crise monetária vivenciada pelo Império que no Pará se recrudesceu com a Cabanagem, as moedas de cobre garantiam uma importância a mais, principalmente nas relações comerciais cotidianas<sup>270</sup>. Assim as notícias de muitos valores em metais apreendidos com Moreira, nos leva a inferir que ele podia estar envolvido nesse circuito das moedas falsas, o que lhe permitia fazer inúmeras relações sociais nesse “universo já composto por muitos mocambeiros”<sup>271</sup>.

Por fim, talvez a parte mais interessante do interrogatório, é a acusação feita por Agostinho Moreira ao capitão Narcizo Gomes do Amaral ter estado presente no “Saque da Capital” e que tinha conhecimento de tudo o que havia falado no interrogatório<sup>272</sup>. O tal “saque da Capital” pode ter sido uma das duas tomadas cabanas de Belém ocorridas em janeiro e em agosto de 1835. Além disso, a acusação de Agostinho Moreira é bem grave pois Narcizo do Amaral estava atuando fortemente na caçada aos cabanos nos rios Bujaru, Guamá e Capim<sup>273</sup>, como vimos anteriormente. Provavelmente, Narcizo Amaral e Agostinho Moreira deviam se conhecer desde antes da Cabanagem, pois ambos estão na lista de Guarda Nacionais de Belém de 1833, na qual Amaral aparece listado na 3ª companhia da freguesia de Bujaru, mais precisamente no Igarapé Cravo<sup>274</sup>. Além disso, o capitão Narciso Gomes do Amaral aparece entre os assinantes de um manifesto dos habitantes dos rios Bujaru, Capim e Inhangapi contra os cabanos, escrito em 18 abril de 1835<sup>275</sup>, que já mencionamos anteriormente. Entretanto, de acordo com a documentação consultada, até então, não se encontrou algum indício de que aponte Narciso Gomes do Amaral havia participado do “saque da capital”. Na ausência de informações que confirmem a informação de Agostinho Moreira, podemos supor que o cabano tentou incriminar o capitão Amaral, numa tentativa de limpar seu nome ou mesmo livrar alguém das tropas repressoras.

---

<sup>268</sup> SOUZA, 2016, p. 119.

<sup>269</sup> *Ibid.*, p. 121.

<sup>270</sup> *Ibid.*, p. 126.

<sup>271</sup> *Ibid.*, p. 129.

<sup>272</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 116.

<sup>273</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1836, edição 205, 21 de setembro de 1836.

<sup>274</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 941, doc. 6.

<sup>275</sup> Jornal do Commercio (RJ), 1835, edição 201, 15 de setembro de 1835.

Nesse sentido, há um outro sujeito intrigante que as fontes apresentam para essa pesquisa e que nos levanta uma série de suspeitas. O tenente Francisco Manoel Manço Metello Manito, morador do rio Capim, atuou fortemente na perseguição a Agostinho Moreira, onde comandou dezenas de homens que percorreram as cabeceiras do rio Guamá, como já foi abordado no capítulo anterior. A questão curiosa em torno desse sujeito está presente nos ofícios e correspondências dos integrantes das tropas cearenses onde alegam que, por vezes, o tenente Manito tentou atrapalhar as operações contra Agostinho Moreira. Em uma cópia, datada de 12 de agosto de 1836, o tenente comandante das forças cearenses em Ourém, Xilderico Cícero de Alencar Araripe, reclama que o comandante das forças de Irituia, o major Nunes “tem querido não obedecer as ordens” de sua força “dezeno que hum tal Manito se inculca Commandante Geral”. Alencar Araripe relata que o sargento Sampaio “foi mesmo té acaza d’elle, e nada lá descobrirão, os paisanos, antes sonegarão tudo, té as Armas”<sup>276</sup>. O documento seguinte é uma cópia do que foi escrito pelo Tenente Manito ao Major Nunes, de Irituia:

Como me acho encarregado do Commando dos rios Guamá e Capim pelo Ex<sup>mo</sup> Señr. Prezidente da Província nomeio interinamente a V. S<sup>a</sup>. Capitão de huã Companhia que se vai formar no Destricto da Freguezia de S. Miguel do Rio Guamá de hum Corpo Policial, ficando V. S<sup>a</sup>. encarregado de tirar quanto antes hum alistamento de todas as famílias existentes no mencionado Destricto, assim como no Rio Irituia, com as clarezas necessárias do Artº 2º das Instruçoens que me forão dadas pelo mesmo Exmo Señr. Prezidente as quaes incluzo remeto Cópia a V. Sa.: em o dia dés do corrente pertendo estar nesse Destricto a cuidar no mais que for necessário. Deos Guarde a V. S<sup>a</sup>. meo Quartel três de Agosto de mil oitocentos e trinta e seis = Francisco Manoel Manço Metello Manito, Comandante Geral dos Rios Capim e Guamá = Señr. Antonio Manoel Nunes, Major Comandante do Destacamento do Rio Irituia. Está conforme. João batista e Mello. Alfs. e Ajude. do Detalhe<sup>277</sup>

Nesse documento, datado de 3 de agosto de 1836, Francisco Manoel Manito afirma ser o encarregado do comando dos rios Guamá e Capim, com aval do Presidente da Província, e que por conta disso nomeava interinamente o Major Antônio Nunes, então comandante do destacamento do rio Irituia, para ser capitão de uma companhia que estava sendo formada na freguesia de São Miguel da Cachoeira, no rio Guamá. Em outro documento vemos o Major Francisco Xavier Torres repassando informações ao general Soares d’Andréa sobre “o modo grosseiro com que o Tenente Manito ordena a qual quer autoridade para que remetessem a Agostinho Moreira para hir da Escuna Porto Alegre”. O relato do major cearense é interessante, pois destaca que os “Sen.<sup>es</sup> do Pará gostão de barulhar tudo, para depois se

<sup>276</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 115.

<sup>277</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 117.

aproveitarem”, indicando que os paraenses criavam muitas dificuldades nas ações tropas anticabanas vindas de outras províncias. Além disso, vale destacar que Torres pede a Andréa que “oiça Agostinho Moreira sobre este Manito e conhecerá quem elle foi, até bem pouco tempo”<sup>278</sup>. Estaria o Major Francisco Xavier Torres suspeitando que o tenente Francisco Manoel Manço Metello Manito fosse cabano e parceiro de Agostinho Moreira? Suspeitando ou não, devemos levar em consideração que o cargo de comandante dos rios Capim e Guamá, que o tenente Manito reivindica ocupar, foi o mesmo posto exercido por Agostinho Moreira sob o governo de Eduardo Angelim. Além disso, a preocupação do tenente Manito em remeter Agostinho Moreira para bordo da escuna Porto Alegre é no mínimo suspeita:

Tendo-me chegado a notícia de que Agostinho Moreira toda sua família e sequazes forão apreendidos, no Guamá. V. S<sup>a</sup> os fará quanto antes remeter com toda a segurança possível para Bordo da escuna Porto Alegre, afim de ser nella conduzido em grande segurança para a Capital o mesmo fará constar a qual quer das autoridades em puder de quem elle possa estar. Deos Guarde a V. S<sup>a</sup> Taperúcu seis de Agosto de mil oitocentos trinta e seis = Francisco Manoel Manço Metello Manito, Commandante Geral do Guamá e Capim<sup>279</sup>.

Como já foi abordado anteriormente, Agostinho Moreira foi remetido para Bragança e depois para Vigia. No entanto, essa disputa pela remoção de Moreira, travado pelo tenente Manito é bem curiosa. Estaria Manito tentando contragolpear as tropas repressoras? Se de fato era cabano e do comando de Agostinho Moreira, essa é uma possibilidade que não pode se perder de vista, pois àquela altura Eduardo Angelim e seus irmãos estavam sendo perseguidos pelos rios próximos a Belém, e a possibilidade de retomada da Capital ou um reforço das tropas cabanas era sempre uma possibilidade. Inclusive, esse tipo de ação era cogitado pelos próprios anticabanos que tentavam prever algumas movimentações dos líderes cabanos.

Para além dessas hipóteses, temos a prisão de um sujeito chamado “Manoel Manso Manito Metello”, que gera mais suspeitas. Não dá para se ter certeza se esse sujeito seja o mesmo do qual está sendo tratado aqui. Entretanto, a descrição da sua culpa diz que “espera-se pela acusação de crimes de q.~ é acusado”, que foi remetido para bordo da corveta defensora em 20 de fevereiro de 1837 e que foi solto por portaria de 24 de março de 1838<sup>280</sup>. Lúcio Flávio Pinto também registra um “Manoel Manso Metello Manito”, que segundo o autor é um “paraense (rio Capim), mulato”, de 30 anos de idade e solteiro, constam as mesmas datas de prisão e soltura da fonte do APEP, mas na descrição de culpa consta “até

<sup>278</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 113.

<sup>279</sup> APEP, SPP, Correspondência de diversos com governo, Cód. 905, doc. 118.

<sup>280</sup> APEP, SPP, Relação Nominal de rebeldes presos, Cód. 1040.

que se saiba com veracidade do crime que lhe é imputado”<sup>281</sup>. Diante dessas informações, somos levados a crer que o Manito da lista de prisioneiros teve seus supostos crimes investigados e depois solto pelo governo da província. Apesar da ausência de mais informações acerca de quem havia sido o tenente Manito durante a Cabanagem, sem dúvidas, é um sujeito que merece mais atenção.

Por fim, o destino de Agostinho Moreira ainda é incerto, pois as fontes até então consultadas não fornecem mais informações acerca do que aconteceu com Agostinho Moreira após ser levado pra Vigia. Entretanto, segundo Lucio Flavio Pinto (2020), um Agostinho de Souza Monteiro, pardo, lavrador, de 30 anos de idade, é acusado de ser “o principal chefe dos rebeldes nos distritos de Viseu, Ourém e Bragança. Consta que foi preso em Ourém, em 1836, e que “teria mandado matar imensas pessoas nos distritos de Ourém e rio Capim”. Esse Agostinho teria morrido no “Hospital de S. José, em 17 de maio de 1837”<sup>282</sup>. Pelas características, é provável que o autor tenha cometido algum engano na transcrição do nome e esteja se referindo a Agostinho Moreira. A idade do “chefe dos rebeldes” também é controversa, haja vista que, em uma correspondência datada de 18 de dezembro de 1836, Soares d’Andréa fala da presença de alguns prisioneiros com idade entre sessenta e oitenta anos que estavam presente na charrua Carioca. Ao falar que a idade não impedia de ser um “criminozo”, d’Andréa faz uma comparação ao afirmar que “bem velho he Agostinho Moreira e não o embarçou a idade de mandar matar todos chefes de família do Rio Guamá por onde hia passando, na sua retirada, já depois de perdidas as esperanças”<sup>283</sup>. Em resumo, o general d’Andréa não nos fornece a idade exata de Agostinho Moreira, mas indica que ele seria idoso. Diante disso, temos um conflito de informações que está longe de ser resolvido, mas ter sido percebido como alguém de 30 anos em 1837 podia não ser a percepção de um jovem. Temos que lembrar que Agostinho Moreira era um sujeito que teve uma vida intensa e, a princípio, morrera preso e doente nos porões de um navio prisão<sup>284</sup>. O jornal de Pernambuco, em setembro de 1837, veiculava as notícias do Pará advindas de uma carta escrita em 2 maio do mesmo ano, sem autoria informada. Em um determinado trecho informava o estado em que se encontravam as lideranças nas prisões dizendo que “Eduardos, Vinagres vivem ainda ao passo,

---

<sup>281</sup> PINTO, 2020, p. 271.

<sup>282</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>283</sup> APEP, SPP, Correspondência do governo com a côrte, Cód. 1039, doc. 30.

<sup>284</sup> Para estudos sobre prisões no contexto da Cabanagem ver: FURTADO, João Victor da Silva. **Na estrada para a Cadeia de São José: reforma prisional na Belém do oitocentos (1830-1850)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2020.

que imensos tem morrido nas prisões, e Agostinho Moreira se as bexigas o não levarem terá vida de século como a tem todos os scelerados”<sup>285</sup>. Por fim, diante das inúmeras informações, conflitantes ou não, acerca de Agostinho de Souza Moreira, constatou-se a necessidade de reforçar uma análise das "Cabanagens", no plural. Um sujeito que passa por tantos lugares, reunindo muitas pessoas que, de alguma forma, levam seu nome travando lutas contra o sistema vigente no interior da Amazônia, jamais deveria ter passado despercebido pela historiografia da Cabanagem.

---

<sup>285</sup> Diário de Pernambuco (PE), ano 1837, edição 206, p. 3 23 de setembro de 1837.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação apresentamos os desdobramentos do movimento dos cabanos numa região fronteira do antigo Grão-Pará durante o século XVIII e XIX. Ela era conhecida por ser o meio do caminho entre Pará e Maranhão, e que muitas vezes se estendia até Goiás. Esta região atualmente conhecemos por Nordeste Paraense, zona do salgado e o trecho entre o rio Gurupi e o rio Turiaçu que pertencem atualmente ao estado do Maranhão. Essa região marcada por um trânsito que se dava em função dos rios e caminhos, foi a passagem de muitas pessoas que dependiam do braço indígena e o dos negros para transitar por esses locais. Uma região marcada por ser um dos primeiros centros agrícolas do Grão-Pará, onde a economia canvieira foi pujante e que, em consequência, concentrou o maior número de escravizados da Amazônia colonial e durante o Império. Não à toa, essa região também foi palco de inúmeras convulsões sociais de suas gentes que fertilizaram um solo propício para lutas.

Foi diante desse cenário que um homem pardo, lavrador, dono de pequenas posses, que durante anos tentou alcançar um lugar no poder, sem muito sucesso, assume nessa importante região a liderança de uma das maiores revoluções sociais da história do Brasil e da América Latina. Sob o comando de Agostinho Moreira, as matas e cabeceiras dos rios Capim e Guamá se entrincheiraram e se tornaram fortes redutos cabanos que ameaçaram o controle interprovincial da fronteira, que provocou a mobilização de várias províncias no combate desses cabanos.

Ao pensarmos essa região antes da Cabanagem, nos deparamos com uma região onde se desenvolveu uma verdadeira caçada aos mocambos. Essa caçada que se dava, a princípio, para pôr fim às comunidades de “fugitivos da lei” - sejam escravos, soldados desertores ou mesmo pessoas que fugiam dos trabalhos forçados - também tinha o objetivo de acabar com uma rede de relações sociais costuradas através dos laços de reciprocidade, afetividade, influência e conhecimento da área, que resultavam em um comércio clandestino poderoso e que colocava em xeque a hegemonia das elites locais. Além do elevado número de mocambos, é perceptível a relação dessas comunidades com as vilas (do comércio, dos senhores de terra) que possibilitam pensar sobre o que valia nessa região. E também nos ajuda a pensar como se constituía a figura de Agostinho Moreira que “imensas gentes” arregimentou.

A proximidade de Agostinho Moreira, sendo ele um dono de posses, com os amocambados dessa região pode ser explicada pelas relações que podiam ser tecidas no

mundo entre senhor e escravo. O apoio da população livre às fugas dos escravizados, por exemplo, podia significar um tipo de negociação que envolvia uma apropriação do trabalho escravo, pelos novos senhores, em troca de melhores condições de vida e liberdade para os escravizados. Além disso, poderia ser bastante vantajoso para um lavrador como Agostinho Moreira, estabelecer negócios através das roças comercializadas pelos mocambos. O que, talvez, permitiu a pessoas como Agostinho Moreira tornar-se mais poderoso ou mesmo competitivo. Seja num cenário mercantil ou mesmo pelo acúmulo material que possibilitasse acúmulo de renda, que podia resultar em mais chances de disputar lugares mais relevantes no poder local, que tanto buscou nos anos anteriores à Cabanagem. Não à toa, os cabanos de Agostinho Moreira causaram a ira das elites locais que se mobilizaram em apoio à repressão. No geral, a organização de negros – escravizados, libertos e amocambados – indígenas, soldados desertores provocou o terror em uma sociedade escravista que era assombrada pelo temor do Haitianismo se fazer presente naquelas redondezas.

Ainda assim, só foi possível perceber a participação dos amocambados na Cabanagem graças ao exercício metodológico proposto pelo paradigma indiciário, de Carlo Guinzburg. As documentações escritas por anticabanos tentam escamotear as evidências da participação desses sujeitos nas fontes que, no caso desse estudo, só foi possível identificar através da comparação das características das investidas da contraofensiva imperial com as caçadas aos mocambos da década de 1820, em Ourém, Viseu e Turiaçu. A semelhança das narrativas chega a ser gritante, pois o que significava a presença de “vários ranchos” durante a apreensão de Moreira e seus comandados se não uma evidência da participação de negros, indígenas e soldados desertores amocambados na guerra cabana?! Esses sujeitos, aliás, desenvolviam importantes táticas de defesa em suas comunidades que puderam conversar com a experiência militar de Agostinho Moreira no comando dessa guerra.

Também acreditamos que a trajetória pelos espaços do poder local possibilitou à Agostinho Moreira conhecer muitas pessoas, seja dentro da legalidade ou da ilegalidade. Moreira ocupou cargos que estavam, sobretudo, nos espaços das câmaras, e que possibilitavam a ele uma fiscalização de produções como a cachaça que era bastante produzida e consumida na região, principalmente por negros escravizados e indígenas nos trabalhos exaustivos que faziam, sendo a cachaça utilizada, muitas das vezes, como moeda de troca. Esses cargos também possibilitavam à Agostinho Moreira um contato com os mocambos, pois eram as Câmaras Municipais que organizavam as partidas contra essas comunidades. Ainda sobre esses cargos, vale ressaltar o curto tempo que Agostinho ocupou

alguns deles e a baixa remuneração e qualidade destes que podiam levar a uma deserção, como ocorreu nas Guardas Nacionais em 1833.

Nesse mundo cortado por rios, furos, igarapés, terra, estrada, mocambos, gentes, refúgio, não somente serviam de proteção, como também era responsável pelo acesso a alimentação. Enquanto as tropas imperiais estavam carecendo desses mantimentos para fazerem suas buscas, os cabanos detinham o conhecimento terrestre, as relações com os amocambados e com os “gentios”. Isso foi fundamental para gerar terror e garantir a Agostinho Moreira a importância que assumia nesse contexto de guerra. Devemos ter em vista o entendimento de que o domínio de uma região que detinha uma produção de uma economia de subsistência em pleno contexto de guerra, fazia de Agostinho Moreira um homem poderoso. Moreira ameaçava o domínio de uma economia do comércio de gêneros, que era a economia das feiras, que estava atrelada ao tráfico interno de escravizados. Isso nos ajuda a entender as motivações que levaram a Agostinho Moreira a ter um pé na Câmara, no Juízo Ordinário e em seguida como líder cabano.

Durante a caçada aos cabanos, essa região ficou encurralada. Pensar uma liderança no meio do caminho entre Belém e São Luís valoriza ainda mais a notoriedade de Agostinho Moreira. Principalmente se consideramos o contexto da Cabanagem àquela altura em que os presidentes cabanos haviam deixado a capital que estava agora sob domínio do inimigo que os reprimia a todo custo. Assim, ter Moreira como um “senhor” que dominava uma economia de guerra, em uma região distante de dois grandes pontos de abastecimento, poderia dar condições vantajosas para os cabanos, seja para uma terceira tomada de Belém, ou o alcance para o Maranhão, onde anos depois explodiu a Balaiada. Vimos nessa dissertação que nenhuma dessas hipóteses ocorreu de fato, mas o itinerário dos cabanos dessa região nos permite fazer essa leitura que, inclusive, foi feita pelo próprio brigadeiro Andréa ao simular os passos dos cabanos durante a guerra. Nessa disputa de quem detinham o controle dos mantimentos contra quem detinha o controle de armamento e munição, os cabanos saíram derrotados pela força de um Estado Imperial que possuía um aparato bélico que deixavam os cabanos sem condições de competir. Isso nos ajuda a entender as dispersões de tropa que Agostinho Moreira fazia, além das emboscadas criadas ao “meter a pique” suas gambarras artilhadas para impedir a passagem dos navios imperiais pelos rios. Essas características denotam uma responsabilidade militar que Agostinho Moreira possuía. Ao constatar que estava derrotado seria mais vantajoso assegurar a sobrevivência de seus comandados que os levar para uma morte certa.

Sendo assim, as conexões com muitas pessoas somada a experiência no poder local e militar, permitiu a Agostinho Moreira estabelecer um comando fortemente organizado, que através dos laços de solidariedade tecidos entre essas pessoas que o colocou na posição de liderança cabana no Capim e no Guamá. Tendo a sua autoridade reconhecida e elevada pelo último presidente cabano, Eduardo Angelim, e reconhecida, ainda que de forma temerosa, pelas tropas repressoras de Soares d'Andréa. Além de ter tido seu nome e sua influência na guerra bastante veiculados pelos periódicos que circulavam pelo Império brasileiro, tornando uma liderança de nome tão importante quanto Malcher, os Vinagres e Angelim.

Por fim, estudar essa região que vai do rio Capim ao rio Guamá, do Caeté ao Turiaçu, significa falar da história de um povo que sempre esteve em constante luta, em uma região marcada pela luta dos mocambos, pela forte presença e influência indígena, pelas deserções, pela conexão entre Pará e Maranhão, as rotas de comércio, comunicação e fuga. Numa região repleta de engenhos, fazendas, minas de ouro. Para a historiografia atual é muito importante estudar esse território, sobretudo porque existe nessa região uma economia e um povo que hoje é central, e que tem perdido suas terras para posseiros e para mineradoras, que destroem as florestas, o solo, os rios e igarapés e conseqüentemente a alimentação e fonte de renda desses povos. Através da exploração predatória da Amazônia, o capitalismo acaba atacando principalmente os defensores da floresta e dos rios: as comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas. Entretanto, a tradição de luta em defesa da terra, de uma cultura e de um povo, que se estende desde as lutas cabanas, continua viva, sobretudo na atualidade em que os olhos do mundo se voltam para cá. E para nós, historiadores desse território, cabe a responsabilidade de cumprir com nosso ofício estudando cada vez mais a luta dos povos da Amazônia.

## FONTES

### **Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)**

#### **Fundo: Secretária da Presidência da Província.**

Código 854 (1827 - 1838) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 884 (1829) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 905 (1830 - 1836) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 926 (1832) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 941 (1833) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 973 (1834) Correspondência de diversos com o governo.  
 Código 1039 (1836 - 1839) Correspondência do Governo com a Côrte.  
 Código 1040 (1836 - 1840) Relação Nominal de Rebeldes Presos.

### **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.**

#### **Jornais:**

Jornal do Commercio (RJ) – 1831, 1832, 1834, 1835, 1836;  
 Correio Official: In Medio Posita Virtus (RJ) – 1836, 1840;  
 Jornal O Paquete do Rio (RJ), 1836;  
 Diario de Pernambuco (PE) – 1837.

### **Arquivo Palma Muniz/Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP):**

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM. Livro de Termos de Vereação, 1826-1839.

#### **Legislação:**

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm)

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828.

Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm) >

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm)

CONSTITUIÇÃO Política do Império, 1824.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)>

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; FERREIRA, Eliana Ramos; MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Patrimônio Cultural e Territorialidade dos Quilombolas do Rio Capim*. Belém-IPHAN, 2014
- ALMEIDA, Adilson José de. *Uniformes da Guarda Nacional: 1831-1852; a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Departamento de História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - Dissertação de Mestrado, 1999, 195 p.
- ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de. *Ocupação, colonização e relações de trabalho em Ourém do Grão-Pará (1751-1798)*. 2018. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a província do Pará*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004. p. 242.
- BAENA, Tenente Coronel Antonio Ladislau Monteiro. Resposta a Ilmo. e Exmo. Sr. Herculano Ferreira Pena, Presidente da província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goiás em 1847, *RIHGB*. 1848. Vol. 10, pp. 80-107.
- BARRIGA, Leticia Pereira. *Entre leis e baionetas: Independência e Cabanagem no médio Amazonas (1808-1840)*. 2014. 209f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- BARRIGA, Leticia Pereira. *O Quadrilátero cabano e as Cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)*. 2023. 348 f. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém.
- BARROSO, Daniel Souza. *Múltiplos do Cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870)*. Afro-Ásia, Salvador, n. 50, p. 93- 128, jul.-dez. 2014.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Ousados e insubordinados: protesto e fugas de escravos na província do Grão-Pará - 1840/1860*. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro-RJ, v. 02, p. 73-112, 2001.
- BRITO, Adilson Ishihara. *Viva a Liberté! Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- CASTRO, Edna. *Escravos e Senhores de Bragança (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará)* / Edna Maria Ramos de Castro (organização). Belém: NAEA, 2006

CLEARY, David. *Race, nationalism and social theory in Brazil: rethinking Gilberto Freyre*. University of Oxford. Transnational Communities Programme, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução da população da Amazônia*. 2. ed. Belém: Cejup, 1986.

FERREIRA, Eliana Ramos. As Mulheres na Cabanagem: presença feminina no Pará insurreto. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas & LIMA, Maria Roseane Pinto (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, 519-544.

FERREIRA, Eliana Ramos. *Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará – 1835-1860)*. Tese (Doutorado em História Social). 283p. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERREIRA, Elias Abner Coelho. *Oficiais canoieiros, remeiros e pilotos Jacumaúbas: mão de obra indígenas na Amazônia colonial Portuguesa (1733-1777)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de PósGraduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *A Evolução do Sistema Eleitoral Brasileiro*. Secretaria de Documentação e Informação do Tribunal Superior Eleitoral, 2005. Link: Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/eleitoral.html>>

FURTADO, João Victor da Silva. *Na estrada para a Cadeia de São José: reforma prisional na Belém do oitocentos (1830-1850)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2020.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício* / Carlo Ginzburg; tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Ed. Schwarcz Ltda., 1987.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs, XVII-XIX)*. 1997. 773f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

GUIMARAES, Renato. “Cabanagem: a revolução do Brasil”. *Temas de ciências humanas*, vol. 4, p. 1-45, 1978.

GUIMARAES, Renato. *Dois estudos para a mão esquerda. Cabanagem. Guerrilha ou luta de massas*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: a Cabanagem, raça, e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840*. / Mark Harris; tradução: Gabriel Cambraia Neiva e Lisa Katarina Grund. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1ª reimpressão, 2019.

HOBBSAWM, Eric. “Bandidos Sociais”. In: *Rebeldes Primitivos. Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª Edição, Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936a.

HURLEY, Henrique Jorge. *Traços cabanos*. Belém: Oficina Gráfica Instituto Lauro Sodré, 1936b.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil: províncias do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. 312 p. -- (Edições do Senado Federal; v. 103)

LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Revoltas Camponesas no Vale do Acará-Pa (1822-1840)*. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. *Cabanagem: Uma Revolta Camponesa no Acará*. 1. ed. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 2004. v. 800. 88p.

LIMA, Leandro Mahalem. *Rios Vermelhos: Perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835*. São Paulo: USP 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2008.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. *Entre batalhas e papeis: a Cabanagem e a imprensa brasileira na Menoridade (1835-1840)*. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém. 2016.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da cabanagem e o papel do parlamento*. *Revista de História (São Paulo)*, p. 281-317, 2016.

MEDEIROS, Juliana Nascimento. *Nos Sertões da Província do Grão-Pará: Escravidão, Engenhos e Engenhocas e atividades econômicas no Oitocentos (1810-1850)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, p. 165, 2022.

MORAES, Cleodir. Os "malvados" de Muaná e outras "independência" no Grão-Pará. In: Magda Ricci; Michelle Barros de Queiroz. (Org.). *A independência vista de dentro: caminhos e jogos de escala entre o provincial e o local*. 1ed. São Paulo: Alameda, 2023, v. 1, p. 153-203

MOTTA, Kátia Sausen da. *Juiz de paz e cultura política no início do Oitocentos (Província do Espírito Santo, 1827-1842)*. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 211, 2013.

MOURA, Danielle Figuerêdo. "*Malfadada província*": lembranças de anarquia e anseios de civilização (1836-1839). Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, 2009.

MUNIZ, Palma. *O município de Ourém: estudo de limites e apontamentos históricos*. Belém: OficinasGraphics do Instituto Lauro Sodré, 1925.

NASCIMENTO, Wesley David Silva do. *Cabanagem em Ourém: revolução popular e redes de solidariedades nas matas e cabeceiras do rio Guamá*. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2020.

NOGUEIRA, Shirley Maria. *A "Soldadesca desenfreada": politização militar no Grão-Pará da Era da Independência (1790-1850)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2009.

NUNES, Herlon Ricardo Seixas. *A Guarda Nacional na Província Paraense: representações de uma milícia para-militar (1831-1840)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 158, 2005.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Projetos de colonização de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança: 1740-1760*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

PANTOJA, Ana Renata. *Terra de Revolta: Campesinato, Experiências Sócio-culturais e Memórias Cabanas entre a voz e a letra*. Tese de Doutorado em Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFPA, 2010.

PEREIRA, Thailana de Jesus Cordeiro. *A suspensão Constitucional no Pará com a Lei nº 26 de 22 de setembro de 1835 e as medidas para a repressão aos cabanos (1835-1840)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, p. 124, 2018.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro. Do Mocambeiro a Cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. *Terra das Águas: Revista de Estudos Amazônicos*, Brasília, v.1, nº 1, 1999, pp. 148-172.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Nos Subterrâneos da Revolta: Trajetórias, Lutas e Tensões na Cabanagem*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. Manaus: Valer, 2001.

PINTO, Luciano Rocha. Sobre a arte de punir no código criminal imperial. *XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO*, v. 19, 2010.

PINTO, Lúcio Flávio. *Cabanagem – o massacre*. Belém: edição do autor, fevereiro de 2020. 354 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p.64 8.

RAIOL, Domingos Antônio (barão de Guajará). *Motins políticos; ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2. ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970, v.3, (1865-1890, 5v).

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. “Eles podem mexer nos nossos galhos, nas nossas folhas, mas nas nossas raízes não”: território, violências e as agências Tenetehar-Tembé no alto rio Guamá (PA) / Benedito Emílio da Silva Ribeiro. — 2022. 192 f

RICCI, Magda Maria de Oliveira. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840), In: MOTTA, Márcia Maria Menendes e ZARTH, Paulo (Orgs). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 1: Concepções de Justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008, p.153-170.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *A revolução geral das coisas e o florescer do “direito das gentes”*. *Grão-Pará (1790-1809)*. Livre Docência (Tese) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2021.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Revista Tempo*, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, Secretaria de Cultura / Arquivo Público do Estado do Pará, v. 4, T. 1, 2001.

RICCI, Magda Maria de Oliveira; LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Letrados da Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, p. 845-867, 2015.

RICCI, Magda. Resenha: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. Llagas de guerra y actos de fe política: La “Cabanagem” en la narrativa historiográfica y antropológica. *Boletín americanista*, n. 64, p. 33-57, 2012.

- ROCQUE, Carlos (1984). *Cabanagem epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 2 vols.
- RODRIGUES, Dilke Barbosa. *A vida singular de Angelim*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936.
- RODRIGUES, João Barbosa (1875). *O rio Capim*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional.
- SALES, Noêmia Pires. *Pressão e Resistência: os Índios Tembé-Tenetebara do Alto Rio Guamá e a relação com o território*. Belém: UNAMA, 1999.
- SALGADO, Graça (Cord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e militantes excluídos*. Belém: Paka-tatu, 2001
- SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: SEJUP, 1992.
- SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: FGV/UFPA, 1971.
- SEIXAS, Romualdo. *Memória dos diferentes sucessos de uma viagem: do Pará até ao Rio de Janeiro*. Jornal de Coimbra. Coimbra, 1814. Disponível: [https://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16/UCBG-RP-2-1-1812-1\\_16\\_item1/index.html](https://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RP-2-1-1812-1_16/UCBG-RP-2-1-1812-1_16_item1/index.html)
- SILVA, Ignacio Accioli Cerqueira e. *Corografia paraense: ou descrição física, histórico e política da Província do Grão-Pará*. Bahia [Salvador]: Tipografia do Diário, 1833.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O sistema eleitoral no Império (com apêndice contendo a legislação eleitoral no período 1821-1889)*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Uso das fronteiras: Terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)*. 2016. 208 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.
- SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; RICCI, Magda. Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850. *Revista Diálogos*, v. 18, n. 3, 2014
- SOUZA, Sueny Diana Oliveira de; MEIRELES, Marinelma Costa. Para além do Amazonas: as fronteiras entre o Pará, o Maranhão e o Piauí nas disputas da independência. In. RICCI, Magda; QUEIROZ, Michelle Barros de (orgs.) *A independência vista de dentro. Caminhos e jogos de escala entre o provincial e o local*. São Paulo: Editora Alameda, 2023, p. 59-94.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou o planetário dos erros uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELLASCO, Ivan de Andrade. O juiz de paz e o código do processo: vicissitudes da justiça imperial em uma comarca de Minas Gerais no século XIX. *Justiça & História*, Rio Grande do Sul, v. 3, n.6, p. 65-96, 2003.

WALLACE, Alfred Russel (2004). Viagens pelos rios Amazonas e Negro. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial. Edições do Senado Federal, v. 17